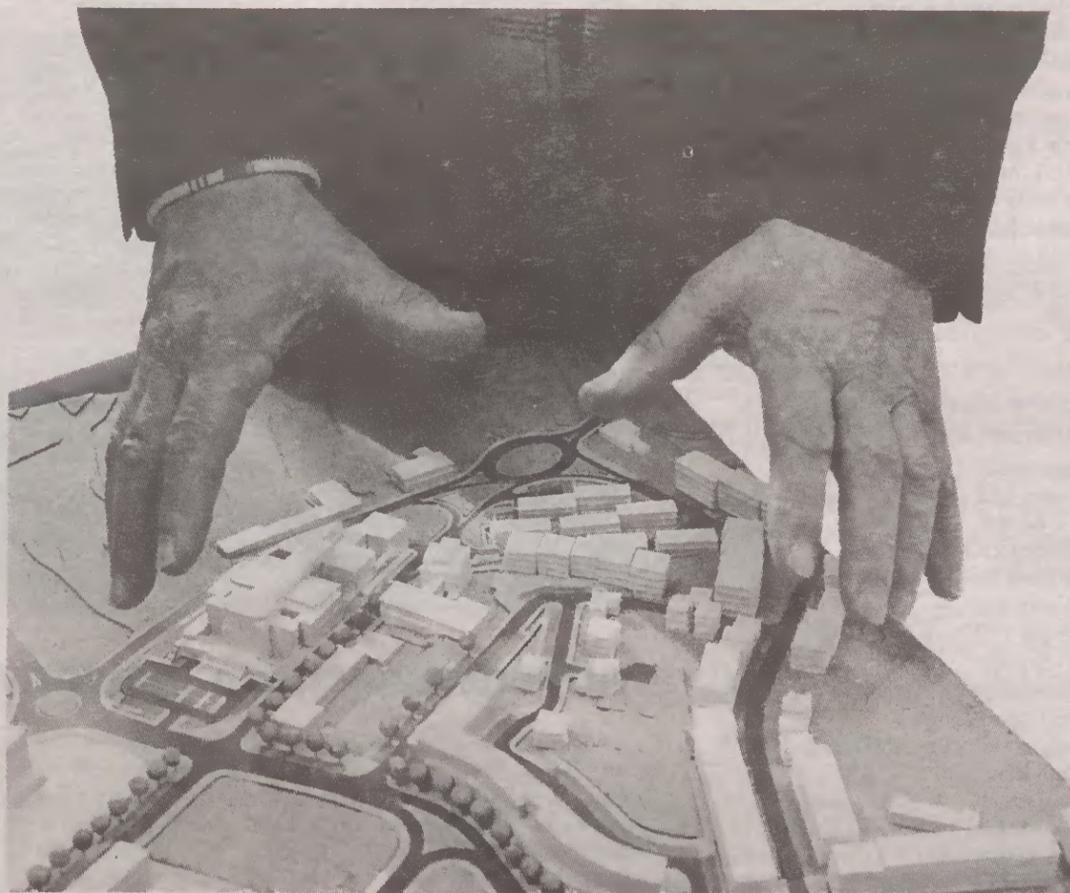


# Ataque PS e PSD pretendem alterar sistema eleitoral ao Poder Local

As propostas do PS e do PSD, hoje submetidas à votação na AR, constituem um verdadeiro ataque ao Poder Local democrático. Baseadas em argumentos falsos, que o PCP refuta, tais propostas põem em causa



a democraticidade do Poder Local, limitam o pluralismo e reduzem gravemente a possibilidade de fiscalização da actividade das câmaras municipais.

Págs. 5, 14 e Centrais

## Reuniu o Comité Central do PCP O caminho está na luta



O Comité Central do PCP, que reuniu no passado fim-de-semana, debateu aspectos essenciais da situação política nacional e das tarefas próximas do Partido, salientando que, «numa perspectiva consequente de esquerda», o desenvolvimento activo da luta é a melhor resposta às manobras de direita do Governo.

Págs. 10 e 11

## 70.º aniversário do Avante!

Sessão Pública comemorativa  
com a participação dos camaradas  
Arménio Carlos • Fernando Vicente  
Fernando Correia • Jorge Cortez  
Bruno Dias • Rui Paz  
no Centro de Trabalho Vitória  
Sábado, 10, às 17 horas

### Fórum Social Mundial

#### Expressão da luta de classes

Em entrevista ao «Avante!», Ilda Figueiredo, que participou como representante do PCP no Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, no Brasil, refere a iniciativa como «expressão da luta de classes».

Págs. 24 e 25

### Protestos no Secundário

#### Estudantes na rua

Os estudantes do ensino básico e secundário saem hoje à rua, em todo o País, prossequindo na luta pela suspensão da revisão curricular proposta pelo Ministério.

Pág. 32

### A NATO mentiu

#### O massacre que nunca existiu

O chamado massacre de Racak, pretexto para a agressão à Jugoslávia, nunca existiu, confirmou a coordenadora da autópsia às alegadas vítimas. Baixas do UCK foram apresentadas como civis.

Pág. 20

**Avante!**  
 Periódico de todos os países  
 UNI-VOS!

**PROPRIEDADE**  
 Partido Comunista Português  
 R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
 1600 - 196 Lisboa  
 Tel. 21 781 38 00

**ADMINISTRAÇÃO**  
 Editorial «Avante!», SA  
 Av. Almirante Reis, 90,  
 7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.  
 Capital social:  
 15 000 000\$00.  
 CRC matricula: 47058.  
 NIF - 500 090 440

**DIREÇÃO E REDACÇÃO**  
 R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
 1600 - 196 Lisboa  
 Tel. 21 781 71 90/91  
 Fax: 21 781 71 93  
 E-mail:  
 avante.pcp@mail.telepac.pt  
 Web:  
 http://www.pcp.pt

**Director**  
 José Casanova

**Chefe de Redacção**  
 Leandro Martins

**Chefe Adjunto**  
 Anabela Fino

**Redactores**  
 Carlos Nabais  
 Domingos Mealha  
 Henrique Custódio  
 Isabel Araújo Branco  
 João Chasqueira  
 Lígia Calapez  
 Margarida Folque

**Grafismo**  
 José Araújo

**Fotografia**  
 Jorge Caria  
 Sérgio Morais

**Secretaria da Redacção**  
 Ivone Dias Lourenço  
 Noémia Presúncia

**DISTRIBUIÇÃO**  
**DISTRIBUIÇÃO ADE's**  
 Editorial Avante!  
 Av. Gago Coutinho, 121,  
 1700 Lisboa  
 Tel. 218 429 836

**Alterações de remessa**  
 Até às 17 horas  
 de cada sexta-feira:  
 Tel. 218 429 836

**DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL**  
**DELTA PRESS**  
**Delegação Lisboa:**  
 Tapada Nova - Capa Rota  
 Linhão - 2710 Sintra  
 Tel. 21 924 04 47  
**Delegação Norte:**  
 Zona Industrial da Maia  
 Sector IX  
 Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
 Tel. 22 941 76 70

**ASSINATURAS**  
 Av. Gago Coutinho, 121,  
 1700 Lisboa  
 Tel. 218 429 836

**TABELA DE ASSINATURAS\***  
 (IVA e portes incluídos)

**PORTUGAL**  
 (Contínente e Regiões  
 Autónomas)  
 50 números: 8 100\$00  
 25 números: 4 200\$00

**EUROPA**  
 50 números: 21 850\$00

**EXTRA-EUROPA**  
 50 números: 30 600\$00

**GUINÉ-BISSAU,  
 S. TOMÉ E PRÍNCIPE  
 e MACAU**  
 50 números: 23 000\$00

\*Enviar para  
 Editorial «Avante!»  
 nome, morada  
 com código Postal  
 e telefone  
 a acompanhar cheque  
 ou vale de correio.

**Composição e impressão**  
 Heska Portuguesa, SA  
 Campo Raso  
 2710 - 139 Sintra  
 Depósito legal n.º 205/85



O Comité Central do PCP analisa a situação política e as tarefas daí decorrentes

## Resumo

### 31 Quarta-feira

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, anuncia reabertura da incineradora do Hospital de São João no Porto, após as obras de requalificação ● Na Bélgica, o Ministério da Defesa confirma mais três casos de cancro em militares que serviram nos Balcãs ● O Conselho de Segurança das Nações Unidas decide manter em Timor, até Janeiro do próximo ano, a Administração Transitória das Nações Unidas ● Depois de novo interrogatório num tribunal em Paris, Jean-Christophe Mitterrand reafirma a sua inocência no caso do tráfico de armas para Angola ● Os soldados israelitas fazem mais uma vítima palestina na faixa de Gaza.

### 1 Quinta-feira

O SairGroup suíço rompe acordo de parceria com a TAP ● Portugal procede à destruição de carne de bovino própria para consumo por falta de capacidade para realizar testes de despistagem da BSE ● A PJ desmantela uma rede de falsários responsáveis pela emissão de cartas de condução e outros documentos ● O governo moçambicano decreta luto nacional em homenagem ao coronel-general, Sebastião Marcos Mabote, figura-chave da luta de libertação de Moçambique ● A Organização Mundial de Saúde lança apelo à comunidade internacional para financiar um fundo de urgência para o estudo dos efeitos do urânio empobrecido.

### 2 Sexta-feira

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, demite o Conselho de Administração do Hospital Curry Cabral, com base na instabilidade vivida neste estabelecimento ● O antigo número dois da ELF, Alfred Sirven, é preso nas Filipinas ● O presidente da Indonésia, Abdurrahman Wahid, afirma não se demitir do cargo, apesar da suspeita de envolvimento em dois escândalos financeiros relacionados com o uso indevido de fundos públicos ● A força aérea angolana confirma a queda por acidente de um avião Antonov-26 no aeroporto de Luena.

### 3 Sábado

Inicia, em Lisboa, uma reunião do Comité Central do PCP para definir o calendário de

intervenção política para 2001 ● Oficiais das Nações Unidas testemunham a violação por parte dos israelitas da «linha azul» na fronteira com o Líbano que divide a aldeia de Ghajar ● À sua chegada ao aeroporto alemão, Alfredo Sirven, é interpelado pela polícia e conduzido perante o juiz ● Os EUA decidem suspender temporariamente a importação de produtos brasileiros à base de carne bovina, como prevenção da BSE.

### 4 Domingo

O Comité Central do PCP termina a sua reunião, onde define a nova organização da direcção ● José António Carlos sucede a Mota Torres na liderança do PS/Madeira ● Ehud Barak, primeiro-ministro cessante de Israel, apela ao eleitorado árabe para que inverta a situação que apresenta o seu rival, Ariel Sharon, como favorito nas eleições ● O jornal britânico The Sunday Times, noticia responsabilidade do dirigente líbio Moammar Khadafy no atentado de Lockerbie contra um avião da Pan Am em 1988.

### 5 Segunda-feira

A derrocada no túnel do metro de Campanhã leva o PCP a exigir uma pausa nas obras e estudos geológicos da zona ● O presidente do Instituto Português do Sangue, Almeida Gonçalves, afirma que «Portugal não importa sangue do Reino Unido» ● O ministro do Negócios Estrangeiros reúne-se em Berlim com Ramos Horta e garante o reforço do apoio do seu país a Timor-Leste ● O xeque Naim Qassem, número dois do Hezbollah, apela a partir do Líbano ao boicote das eleições israelitas.

### 6 Terça-feira

O Tribunal de Contas, após auditoria à Câmara de Santo Tirso, de maioria socialista, aponta «eventuais infracções financeiras» que ultrapassam um milhão de contos ● O Primeiro-Ministro da Sérvia admite negociações com os albaneses de Presevo ● Ariel Sharon é eleito primeiro-ministro israelita ● Alfred Sirven é extraditado para França por decisão do ministério público alemão ● Depois de ter sido decretado o estado de emergência no Equador, o presidente Gustavo Noboa reúne-se com os dirigentes dos povos indígenas.

## Aconteceu

### «Combate ao trabalho infantil»

A conferência sobre «Políticas de Combate à Exploração do Trabalho Infantil na Europa» que reuniu em Lisboa 380 especialistas entre autarcas, inspectores de trabalho, professores, dirigentes de comissões de protecção de menores e de Centros de Emprego e Formação Profissional, concluiu que o trabalho infantil não pode ser justificado como consequência das dificuldades financeiras sentidas pelas famílias.



seguir por outros países».

Com efeito e apesar de Portugal registar os níveis mais elevados de exploração de tra-

balho infantil na União Europeia e ser visto tanto no estrangeiro como internamente como exemplo a não seguir, Hans Kruger

elogia a «melhoria da situação» nos últimos três anos embora tal melhoria não seja detectável na sociedade portuguesa.



### «Incineradora em funcionamento ou não?»

A incineradora do Hospital de Santo António, no Porto, foi alvo de um estudo efectuado pelo Instituto do Ambiente e Desenvolvimento de Aveiro, numa acção cofinanciada pela Direcção-Geral do Ambiente e pela

Comissão Europeia. Este estudo revelou que a incineradora não cumpria as normas europeias e emitia, durante o seu funcionamento, 60 vezes mais dioxinas que o valor considerado seguro pela União Europeia.

O facto de se situar em pleno centro da cidade é uma das razões que levam ao seu encerramento definitivo, passando os lixos a serem encaminhados para uma empresa privada que procede depois à sua destrui-

ção. No entanto, ninguém se entende em relação ao fecho desta incineradora. Enquanto o Ministério da Saúde continua a incluí-la nas estruturas que terão de fechar no corrente ano, a administradora-dele-

gada do HSA, Hélia Gomes, garantiu ao DN que, desde o mês de Agosto, esta incineradora se encontra encerrada tendo a informação relativa ao fecho seguido nessa altura para a Direcção-Geral de Saúde.

### «Escorregamento de Frades»

O deslizamento ocorrido a sete de Dezembro em Frades, nos Arcos de Valdevez, que provocou a destruição de cinco habitações e a morte de quatro pessoas, levou a um

estudo por parte dos técnicos do Instituto Geológico Mineiro.

Os técnicos explicaram no relatório que o que denominavam por «escorregamento de Frades» teve origem

«na forte pluviosidade» que se fez sentir e teve como consequência o «aumentar a escorrência de água subterrânea» que existe no cume do monte.

Também segundo

os peritos, a acumulação das águas das chuvas e de outras nascentes provocaram «pressão sobre a rocha que rebentou» e deixou a água «deslizar como torrente encosta abaixo».

Os técnicos do IGM referem que «será difícil» voltar a haver outro deslizamento, porém aconselham as autoridades a não permitir mais construções naquela zona.

### «Queixas na PT contra o «audiotexto»

As chamadas de valor acrescentado têm originado na

Portugal Telecom inúmeras queixas. De tal modo que a

PT decidiu avançar com um pedido de barramento de todos estes serviços junto ao Instituto das Comunicações de Portugal.

É de salientar que esta medida já era defendida desde há largos tempos pelas associações de consumidores e pelo Instituto de Consumidor, que defendiam o acesso a estas

chamadas somente a quem o desejasse. Mas, devido a retracção por parte do Governo, só os «serviços» para adultos foram barrados.

Decisão criticada pelo jurista Matos Pereira, provedor do cliente da PT, que adianta que «o problema são as linhas de conversação». Este jurista explica ainda que não é

contra as chamadas de audiotexto, mas contra as burlas que sofrem as pessoas desinformadas acerca destas chamadas. A Internet ainda é mais problemática visto que não é necessário o utente ter o computador ligado para ter acesso ao «audiotexto», basta para tal que já tenha «clicado» uma vez num desses sites.



## Crónica Internacional

• Jorge Cadima

### Parasitas

**D**urante os anos que antecederam as recentes vagas privatizadoras, fomos bombardeados com gigantescas campanhas para nos convencer das virtudes da gestão privada. «Público» era sinónimo de ineficiente, mal gerido, dinheiro dos contribuintes deitado fora. Pelo contrário, «privado» era eficiente, bem gerido, bom para o consumidor. Como em muitos outros campos, a realidade está a deitar por terra este mito tão falso quanto interesseiro.

**O**s outrora eficientes caminhos-de-ferro britânicos são um atentado à vida dos passageiros após a sua privatização, porque a «privada» não investe na segurança das linhas, preferindo embolsar o mais possível, no menor espaço de tempo possível. Idêntica sorte estão a ter os serviços de abastecimento de água, os serviços de emissões de passaportes, e até o grande símbolo dos outrora eficientes serviços públicos britânicos, o Serviço Nacional de Saúde, vítima duma privatização rastejante que começou nos tempos da outra senhora e continua sob a alçada de Blair. E temos agora o caso da Califórnia, onde se vive há várias semanas num «estado de emergência energético» e grande parte do Estado sofre apagões sucessivos, não devido à existência de gigantescos bandos de cegonhas nidificadoras mas devido ao «aparente fracasso da desregulamentação parcial do mercado da electricidade», nas cautelosas e compreensivas palavras do *Financial Times* (6.1.01). As duas grandes empresas privadas de abastecimento de energia eléctrica ao maior estado dos EUA (que gosta de se apresentar como sendo a oitava economia do mundo) estão às portas da falência, e isto apesar de terem recebido 18 mil milhões de dólares em subsídios e isenções fiscais como resultado da legislação desregulamentadora (*FT*, 6.1.01). As «eficientes» empresas privadas californianas, não contentes com terem desbaratado essa colossal soma de dinheiro dos contribuintes (sem aspas) anunciaram na semana passada que apenas iriam pagar 15% das suas dívidas aos fornecedores. Uma delas, a Pacific Gas & Electric, anunciou ir «faltar aos seus compromissos em relação a títulos comerciais no valor de 437 milhões de dólares, esperando faltar a compromissos relativos a outros 436 milhões de dólares até Março, a menos duma alteração dramática na sua situação financeira» (*Reuters*, 2.2.01). Em palavras menos diplomáticas, trata-se dum calote. As duas empresas já acumularam dívidas no astronómico valor de 12 mil milhões de dólares (*Reuters*, 2.2.01).

**E**o que fazer perante tamanha catástrofe produzida pela tradicional «eficiência» da gestão privada, liberta das «amarras» da regulamentação estatal? Claro, e como de costume: recorrer à teta do Estado, e do dinheiro dos contribuintes e consumidores. É para isso que eles lá estão. Assim, o governador do estado da Califórnia «assinou um plano de emergência» para salvar a indústria energética, no valor de «muitos milhares de milhões de dólares». E chegaram a ser consideradas propostas «que incluem a formação duma entidade energética estatal para tomar o controlo das empresas privadas de geração» (*FT*, 6.1.01). Ou seja, e em palavras mais chãs: a nacionalização. Que só é má quando feita a pensar nos interesses do país, da comunidade, dos consumidores e trabalhadores. Mas passa a ser algo perfeitamente normal quando serve para limpar os estragos feitos pelos sempre magnificamente bem remunerados gestores privados.



**O**uvimos dizer com frequência que não há dinheiro para a segurança social, para a saúde, para o ensino; que «o Estado não tem vocação para gerir empresas»; que tudo o que seja despesa social é «esbanjar dinheiro dos contribuintes». Mas nas últimas décadas não assistimos a «uma redução do papel do Estado», assim sem mais. Assistimos, isso sim, a uma redução da função social do Estado, da intervenção do Estado para garantir um pouco menos de injustiças e desigualdades sociais. Mas para encher os bolsos dos grandes capitalistas há Estado e Orçamento até nunca mais acabar. E, infelizmente, não só na forma de subsídios, isenções fiscais e planos de salvação. Também sob a forma bem mais perigosa do reforço e aumento dos aparelhos militares e repressivos. Que servem, como sempre serviram nas sociedades divididas em classes, para garantir a «ordem» interna e externa das classes exploradoras.

**A**ssistimos, isso sim, a uma redução da função social do Estado, da intervenção do Estado para garantir um pouco menos de injustiças e desigualdades sociais. Mas para encher os bolsos dos grandes capitalistas há Estado e Orçamento até nunca mais acabar. E, infelizmente, não só na forma de subsídios, isenções fiscais e planos de salvação. Também sob a forma bem mais perigosa do reforço e aumento dos aparelhos militares e repressivos. Que servem, como sempre serviram nas sociedades divididas em classes, para garantir a «ordem» interna e externa das classes exploradoras.

## Editorial

# NO SÍTIO CERTO

**H**á uns meses, o Governo do PS – já então em nítido deslize pela rampa do descrédito popular – anunciou profusamente um «novo ciclo» da sua acção governativa, no decorrer do qual prometia corrigir «erros» cometidos («erros» que, cautelosamente, nunca identificou) e acabar com as causas do descontentamento (causas que, usando das mesmas cautelas, jamais especificou). Tratava-se, obviamente, de uma operação propagandística com vários objectivos: sacudir a pressão popular vendendo aos portugueses uma falsa autocrítica sobre os maus dias passados e uma igualmente falsa promessa de melhores dias futuros e esconder, tanto quanto possível, a intenção de prosseguir a política de direita que tem vindo a levar à prática. A operação foi um fracasso, como aliás se previa e, de então para cá, o descrédito do Governo acentuou-se e o descontentamento popular

nova política, a política de esquerda de que o País precisa».

Com efeito, só um forte desenvolvimento da luta de massas garantirá a defesa dos direitos e dos interesses imediatos dos trabalhadores, do povo e do País e, simultaneamente, o fortalecimento e a ampliação das aspirações populares a uma política que, ao contrário da política de direita, sirva os interesses da maioria dos portugueses e assegure a soberania e a independência nacionais – sempre tendo como permanente preocupação o enriquecimento da democracia.

**A** política de direita exhibe a sua verdadeira natureza quer no processo de privatizações, quer na questão dos Balcãs, quer na tentativa de alteração das leis eleitorais, para citar apenas três exemplos. O processo de privatizações, cujas consequências são bem visíveis nomeadamente na situação da TAP, da Siderurgia Nacional e da EDP, é elucidativo quanto ao conteúdo de classe dessa política que tem como beneficiários prioritários os grandes grupos económicos e ignora e ofende os interesses dos trabalhadores. O seu conceito de independência e de soberania do País está patente na posição seguidista e subserviente do Governo face à política militarista e agressiva do imperialismo: a política externa portuguesa tem como preocupação essencial acatar e aplicar ordens superiores, muito particularmente as provenientes do governo dos Estados Unidos da América. E se atentarmos na alteração da lei eleitoral para as autarquias que o PS e o PSD pretendem impor – e que constitui um verdadeiro atentado ao conteúdo democrático do Poder Local – constataremos a extrema pobreza do conceito de democracia que suporta a política de direita.

Daí a importância da luta contra esta política, luta na qual, como a realidade mostra todos os dias, o PCP desempenha um importante e reconhecido papel.

**O** reforço do Partido, condição indispensável para corresponder àquilo que os trabalhadores e o povo dele esperam, apresenta-se, assim, como a tarefa de maior relevância para o colectivo partidário na situação actual. Trata-se, em resumo, de dar continuidade e concretização às orientações e linhas de trabalho definidas pelo XVI Congresso – quer no que respeita ao reforço orgânico do Partido quer no que toca ao seu reforço interventivo.

Muitas, difíceis e complexas são as exigências que hoje se colocam aos comunistas, mas muita é igualmente a determinação de lhes dar a resposta necessária.

No ano em que o PCP comemora o seu 80.º aniversário e, com orgulho, recorda um passado de luta e de coragem singulares no quadro partidário nacional, fá-lo reafirmando e assumindo claramente o seu papel no presente e com a consciência de que, hoje como ontem, o Partido, os seus militantes, estão onde devem estar e com quem devem estar, no sítio certo: ao lado dos trabalhadores e das massas populares; na luta contra a política de direita, pela defesa e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das populações e por uma alternativa de esquerda; na primeira linha do combate pela construção de um Portugal de progresso, livre e soberano.

## “O reforço do Partido é a tarefa de maior relevância para o colectivo partidário na situação actual”

umentou. Daí a necessidade sentida de substituir o velho «novo ciclo» pela recente «nova fase», a partir da tentativa de explorar partidariamente os resultados das eleições presidenciais e da manobra protagonizada pelos partidos de direita e pelo PS – aqueles acusando este de ter virado à esquerda, este fingindo-se em conflito com a direita mas, de facto, convergindo com ela em tudo o que é fundamental: privatizações, política laboral, leis eleitorais, revisão da Constituição, introdução da prisão perpétua para a adesão ao Tribunal Penal Internacional.

**N**ão é difícil prever para esta «nova fase» um destino semelhante ao do «novo ciclo». Na verdade, continuando o Governo de António Guterres a praticar uma política ao serviço dos interesses do grande capital – e que só por força da luta foi, nalguns aspectos, condicionada – mantêm-se as causas reais do descontentamento popular e torna-se cada vez mais evidente e sentida a necessidade de intensificar e ampliar a luta dos trabalhadores e das populações. E não há manobras nem operações que escondam esta realidade.

Como sublinha o Comité Central do PCP no Comunicado aprovado na sua reunião do passado fim-de-semana, «a melhor resposta para estas manobras e o melhor caminho para uma evolução positiva da situação política nacional estão num activo e confiante desenvolvimento da luta contra a política de direita do Governo e numa forte intervenção do PCP em defesa dos interesses populares e pela afirmação dos grandes eixos da

## Actual

## Recado ao PSD

• Vítor Dias

No «Público» de domingo, comentando nomeadamente a proposta do Governo de alteração da lei eleitoral para as autarquias, o sociólogo Sérgio Faria enunciou um conjunto de observações críticas de inegável lucidez e pertinência.

E, a dado passo, sem usar a expressão mas referindo-se implicitamente ao que se costuma designar por «bipolarização», chamava a atenção para que «com o desaparecimento dos vereadores da oposição, os partidos políticos com menor densidade autárquica, designadamente o CDS-PP e o PCP, perderão as suas posições de participação política mais intensiva e regular nos municípios onde estão em minoria», apontando como consequência a prazo «a erosão da sua expressão eleitoral nos mais diversos tipos de sufrágio».

Em geral, estamos inteiramente de acordo que não apenas o «o desaparecimento dos vereadores da oposição»

mas mais globalmente o fim da eleição directa dos executivos municipais (em qualquer das variantes propostas) acentuará a «presidencialização» das eleições autárquicas, reforçando obviamente as pressões bipolarizadoras.

E compreendemos que Sérgio Faria apenas tenha identificado como grandes prejudicados o PP e o PCP. Porque fala-se tanto, no plano político geral, de «bipolarização» entre PS e PSD que é compreensível a tentação de a transplantar para o plano autárquico.

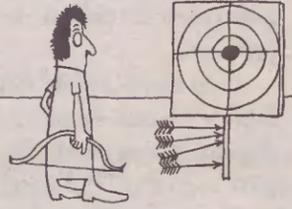
Mas, em rigor, as coisas não são apenas assim. É que, nas eleições autárquicas (que, no mínimo dos mínimos, são 307 eleições), não há uma «bipolarização» mas duas.

Uma que, em geral, é patente no centro e norte do país e é protagonizada pelo PS e pelo PSD, exercendo pressões para deslocações de votos oriundos respectivamente do eleitorado do CDU e do PP.

E outra, mais esquecida, que é patente em concelhos dos distritos de Lisboa e de Santarém, no distrito de Setúbal, no Alentejo e em dois ou três concelhos do Algarve, e é protagonizada pela CDU e pelo PS, registando-se nas últimas eleições autárquicas uma significativa erosão das votações do PSD em benefício do PS, sendo lembrar que em 97 a CDU perdeu algumas câmaras apesar de ter subido em votos e percentagens nesses concelhos, que não conseguiram porém compensar a deslocação de votos de direita para o PS.

O balanço destas duas «bipolarizações» é claro: CDU e PP são prejudicados com as duas; só o PS ganha com as duas; mas o PSD também perde e muito com a segunda, a do sul.

E não havendo grande esperança de convencer nem o PS nem o PSD pelo lado dos valores democráticos, aqui fica o recado ao PSD sobre se não seria do seu interesse não alinhar num sistema eleitoral que, em quase metade do território nacional, deixaria o seu eleitorado bastante à mercê dos apelos ao «voto útil» no PS.



## Espelhos

• Leandro Martins

Apesar de abordado o assunto que hoje mais premente nos preocupa, nas páginas do nosso jornal, dando-lhe o relevo mais do que merecido pela importância que encerra, não resisto, também aqui, a tecer algumas considerações sobre o tema.

O caso é o golpe que o PS e o PSD se preparam para desferir no Poder Local democrático, pretendendo ambos desfigurá-lo, extirpar-lhe os seus traços mais democráticos e pluralistas, configurá-lo às pretensões que ambos os partidos acalentam de dividir o País, de alto a baixo e de Norte a Sul, de submetê-lo aos interesses aparentemente contraditórios de governar sem peias, com a participação popular reduzida ao voto, a oposição confinada, o pluralismo arredado dos lugares onde se tomam decisões.

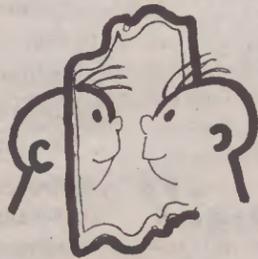
Pretendem ambos – ao arrepio de uma prática que tem dado os melhores frutos a nível local, onde muitas vezes se juntam vontades que, sendo partidárias, convergem em soluções no interesse das populações respectivas, tomadas frequentemente em consenso quando não por unanimidade –, pretendem ambos fazer do Poder Local um arremedo daquele que, centralmente, vigora. Em cada

Câmara um governo monocolor, sem as «interferências» da oposição, afastando-a das decisões e das responsabilidades, remetendo-a para uma assembleia municipal onde a fiscalização é mais difícil quando os executivos são avessos à prestação de contas.

O processo não irá acabar aqui, que a ambição é muita e há longo tempo se anuncia a determinação dos dois «maiores» partidos em avançar para uma representação parlamentar – também ela limitadora do pluralismo e desfiguradora da democracia – que afaste os mais incómodos, com a criação de círculos uninominais, que possam, em processo aritmético, dividir por dois o poder.

Seria a chamada «bipolarização». Termo impróprio, digo eu, e que introduz a falsa ideia de uma verdadeira oposição entre «direita» e «esquerda». Os últimos anos têm demonstrado que o PS tem levado a cabo a política da direita, o que estará na origem de muitas das dificuldades do PSD, «usurpado» da sua «identidade».

É mais um jogo de espelhos. Com a maioria a rever-se na sua imagem virtual. Ou vice-versa. O que os divide é mais fino que uma superfície polida... Um espelho.



## Falso dilema

• Anabela Fino

Que escolhemos? A fidelidade aos princípios ou meios repressivos excepcionais e especificamente adequados e eficazes? Eis a questão!

A questão, momentosa, foi esta semana colocada por Almeida Santos, presidente do PS e da Assembleia da República, numa entrevista a «O Diabo», a propósito da alegada necessidade de proceder à revisão da Constituição para possibilitar a adesão de Portugal ao Tribunal Penal Internacional (TPI).

A polémica, como se sabe, respeita à prisão perpétua, proibida na legislação nacional mas admitida pelo TPI.

Almeida Santos, afirmando embora que tanto a proibição da prisão perpétua como da pena de morte «são valores fundamentais da nossa civilização e da nossa identidade nacional», con-

sidera por outro lado que o «novo inimigo da actual civilização» obriga a «respostas específicas, universalmente concertadas, (...) que possam ser eficazes...». Respostas «novas, excepcionais», que Almeida Santos espera não serem «tímidas de mais para poderem ser eficazes».

Não se vislumbra onde está a novidade da prisão perpétua ou da pena de morte – cuja existência em numerosos países nunca serviu de resto para impedir o crime –, mas percebe-se claramente que a pergunta reproduzida no início é para o presidente do PS de pura retórica. O dilema, se o houve, está resolvido. Como o próprio afirma, «chegou a hora de optar. E a nova situação é tão alarmante que coerência [de princípios] pode significar ingenuidade».

Deite-se então fora os princípios e

os valores fundamentais da nossa civilização e identidade nacional, e abra-se a porta, em nome da modernidade, ao regresso à barbárie.

Prenda-se e mate-se, não porque os princípios e valores humanistas deixaram de ter razão de ser, mas porque os poderes instalados, incapazes de encontrar solução para os crimes que ajudam a fomentar, não querem ser tomados por ingénuos.

Volte-se à Inquisição e à fogueira, que mais vale um inocente condenado do que um culpado absolvido. Abaixo os princípios, viva o pragmatismo!

Pode haver, naturalmente, quem discorde da escolha. Pode até dar-se o caso desta ser uma daquelas matérias que justificaria – e exigiria – um referendo nacional. Afinal, como reconhece Almeida Santos, em causa estão valores fundamentais do povo português. A questão, no entanto, não se coloca. Pragmáticos, os que preferem reprimir em vez de prevenir optam por decidir sozinhos. Sem sombra de ingenuidade nem de princípios.



## Frases

“Bem estaria o país se as fugas ao fisco se resumissem às que vão decorrendo no mundo do futebol.”

(Paulo Ferreira, *Diário Económico*, 05.02.01)

“Não quero antecipar (...) as conclusões do relatório final, mas tenho um sentimento que posso dar uma resposta muito clara. Não existe contaminação generalizada (de plutónio empobrecido) nos Balcãs.”

(Mariano Gago, ministro da Indústria e Tecnologia, *Público*, 06.02.02)

“A informação que temos é que o número de casos de leucemia (entre os expedicionários dos Balcãs) se situa nos níveis normais da população. Não há motivo para procurar causas de um fenómeno que não existe.”

(idem, *ibidem*)

“Essas pessoas que ficam de fora e dizem que trabalham no interesse da população mais pobre... dão-me vontade de vomitar. Porque as pessoas mais pobres do nosso planeta são as que mais precisam de nós.”

(Mike Moore, director-geral da Organização Mundial do Comércio, *idem*)

“O problema é que a TV é um electrodoméstico que vende ideologia. E sob a capa da isenção, ou até sob a capa do verdadeiro serviço público, vendem-se os modelos ideológicos.”

(Fernando Seara, *24 Horas*, 04.02.01)

“Não se pode pedir a um órgão de comunicação social que faça o milagre de mudar a maneira de pensar das pessoas.”

(Emídio Rangel, director da SIC, *Jornal de Notícias*, 03.02.01)

“Por eu ter sobrevivido, sinto que sou menos dó que os que morreram – os milhares que morreram. É por isso que nunca poderei perdoar ou esquecer os massacres. Não nos compete perdoar ou esquecer.”

(Abu Mujahed, refugiado palestino sobrevivente dos massacres cometidos por Israel nos campos palestinos de Sabra e Chatila em 1982, sob comando directo de Ariel Sharon, *Público*, 05.02.01)

“(Os recentes casos de Pinochet, de Milosevic e dos autores dos genocídios no Ruanda) são razões imperativas para acabar com a impunidade de que Ariel Sharon tem beneficiado.”

(Frases de uma campanha internacional actualmente em curso para indiciar Ariel Sharon como criminoso de guerra, *idem*)

“As relações entre Portugal e Espanha fazem lembrar um jogo de futebol, em que duas equipas entram em campo e já se sabe que os espanhóis vão ganhar.”

(Rui Teixeira Santos, *Semanário*, 02.02.01)

“O Tribunal Penal Internacional tem grandes objectivos e boas causas e isso é indelével. Mas tem uma fragilidade crucial: faz justiça selectiva e aceita implicitamente fazê-la com base numa geografia do poder.”

(José Pacheco Pereira, *Público*, 01.02.01)



Alterações do PS e PSD ao sistema eleitoral para as câmaras municipais

# O ataque ao poder local democrático

**O PS e o PSD querem alterar o sistema eleitoral para as Câmara Municipais. As propostas nesse sentido ocuparam ontem a agenda parlamentar e são hoje submetidas à votação. A ir por diante do seu propósito, como tudo fazia prever à hora de fecho da nossa redacção, está-se perante um verdadeiro ataque ao poder local capaz de desfigurar o seu funcionamento democrático tal como o definiu a Lei Fundamental.**

Trata-se, com efeito, de alterações que põem em causa a democracia do poder local e comprometem a essência da sua legitimação enquanto expressão directa do sufrágio popular. Como empobrecida fica a vida política, pela limitação à colegialidade e ao pluralismo na gestão das autarquias, para não falar do rude golpe que esta alteração introduz nos mecanismos de fiscalização e controlo democrático.

## Por mais democracia

E por isso o repúdio firme do PCP publicamente expresso quer junto das populações através de uma acção (ver centrais) de informação e denúncia quanto aos intentos do PS e PSD quer ao nível da Assembleia da República onde apresentou o seu próprio projecto sobre a matéria, não para subverter o sistema eleitoral mas para reforçar os poderes e competências das assembleias municipais.

A questão das competências destes órgãos tem sido, aliás, muito provavelmente, o principal aspecto que tem motivado críticas ao funcionamento do poder local. Apontadas - com razão -, são a falta de reais poderes e condições de fiscalização da actividade municipal por parte das Assembleias Municipais e os excessivos poderes dos presidentes de Câmara.

Ora é precisamente a isso que o PCP dá resposta no seu projecto, reforçando os poderes e competências das assembleias municipais, dos direitos dos seus membros e dos seus meios de funcionamento, sem que esse reforço seja obtido à custa da eliminação da eleição direc-

ta das câmaras e da exclusão dos vereadores da oposição.

## Executivos monocolores

Exactamente o contrário do que pretendem o PS e o PSD. E embora estejam de acordo quanto aos aspectos essenciais, invocando nomeadamente os mesmos argumentos, há que referir que as propostas por si apresentadas não são coincidentes. Sendo certo que para qualquer dos casos se pode dizer que «venha o diabo e escolha», não deixa de ser sintomático e pouco dignificante que seja o PS a torpedear as regras da proporcionalidade e a ferir grosseiramente o funcionamento democrático das câmaras municipais.

É o que está em causa com a proposta do Governo quando este advoga o fim da eleição directa das Câmaras Municipais. Enquanto actualmente os cidadãos elegem em listas separadas a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, o Governo quer que seja apenas a Assembleia Municipal o único órgão a ser eleito de forma directa. O cabeça de lista da força política mais votada ficaria assim como Presidente da Câmara e escolheria todos os vereadores de entre os membros da Assembleia Municipal. Ou seja, como sublinhou em declarações ao «Avante!» o deputado António Filipe na véspera do debate, no Executivo municipal ficaria apenas representada uma força política, dependendo todos os vereadores da confiança política e pessoal do Presidente da Câmara. Este Executivo responderia perante a

Assembleia Municipal, mas só poderia ser destituído por maioria qualificada de dois terços. Nesse caso, o presidente da Câmara teria de escolher novo executivo, mas o seu próprio mandato nunca seria posto em causa.

## Fiscalização diminuída

Resulta claro, pois, que a aplicação das medidas preconizadas pelo Governo, na perspectiva da bancada comunista, «desariam gravemente a democraticidade do funcionamento dos órgãos autárquicos, diminuiria a representatividade dos eleitos e quase que anularia as reais possibilidades de fiscalização da sua actividade».

Isto porque, desde logo, muitos cidadãos, ou seja,

todos os que não votassem no partido vencedor, deixariam de estar representados no executivo municipal. E, conseqüentemente, muito alterada ficaria a presença nesse órgão das várias forças políticas.

## As propostas do Governo e do PSD são motivadas por uma visão de exercício do poder absoluto

Se associarmos a esta alteração o facto de os vereadores a designar pelo presidente da Câmara não serem responsáveis perante a população, que não os elege, mas apenas perante aquele, sendo evidentemente da sua confiança, não há dúvidas que estaremos perante um quadro muito debilitado de fiscalização da actuação do executivo municipal e de responsabilização dos seus membros.

Para além de unipartidárias, as câmaras tornar-se-iam

também unipessoais, sobrepondo-se a vontade do seu presidente a qualquer ideia de projecto ou de trabalho colectivo. É a personalização absoluta, com prejuízos evidentes para a transparência e a democracia política.

## Distorcer a proporcionalidade

O PSD não vai tão longe como o PS, mas não deixa de propor também que exista apenas a eleição para a Assembleia Municipal, defendendo que o cabeça-de-lista da força política mais votada possa escolher a maioria absoluta dos vereadores de entre os membros da Assembleia Municipal, mesmo que não a tenha obtido. O que provoca, como salientou António Filipe, «uma grave distorção na proporcionalidade, na medida em que a conversão de votos em mandatos

pode não corresponder à vontade dos eleitores».

Em síntese, se forem por diante as intenções do Governo e do PSD, podemos estar no limiar de uma alteração profundamente descaracterizadora do funcionamento do poder local, que tem sido geralmente reconhecido como uma experiência positiva para o desenvolvimento local e para a democracia, sobretudo através da aproximação dos cidadãos ao poder que propicia e da participação democrática e pluralista que permite.

«Reduzir tudo isto ao poder pessoal de um presidente da Câmara que põe e dispõe sobre a vereação e que é supostamente fiscalizado por uma Assembleia Municipal cujos poderes reais de fiscalização são reduzidos à ineficácia» - como sublinhou António Filipe -, «é um enorme passo atrás na democracia do poder local.»

## Argumentos falsos

«Um péssimo serviço à democraticidade do poder local», assim classifica António Filipe as propostas do Governo PS e do PSD que subvertem profundamente o sistema eleitoral para as autarquias locais. Os argumentos por aqueles invocados, como demonstra o deputado comunista em declarações ao nosso jornal, são rigorosamente falsos. Não são razões «ditadas pelo interesse do poder local e das populações», denuncia, mas apenas pela tentação do «exercício do poder absoluto sem qualquer acção fiscalizadora».

**Entre as razões aduzidas pelo Governo e pelo PSD em defesa das suas propostas surge a da estabilidade dos executivos municipais. Há algum fundamento neste argumento?**

É inteiramente falso. A verdade é que não há no presente como não houve no passado qualquer problema de instabilidade dos executivos municipais que aconselhe a proceder a uma alteração da actual legislação. E nada melhor do que alguns números para melhor compreender a realidade. Decorre actualmente o sétimo mandato dos órgãos de poder local eleitos na vigência da Constituição de 1976. Foram eleitos até à data 2135 executivos municipais (sem contar as comissões instaladoras de Vizela, Trofa e Odiveiras, que não resultaram de eleição). Nestes 25 anos apenas foi necessário recorrer a 20 eleições intercalares, o que corresponde a menos de 1% dos executivos eleitos, e em 11 desses 20 casos existiam maiorias absolutas de um só partido no executivo municipal.



**Ao que parece a evolução do período mais recente mostra mesmo uma tendência no sentido de uma maior estabilidade.**

Tem-se constatado, com efeito, que a estabilidade dos executivos municipais tem sido ainda maior sobretudo nos últimos anos. No mandato em curso, resultante da eleição de Dezembro de 1997, em 276 dos 305 executivos eleitos (90% do total) existe maioria absoluta de um só partido. E na última década, desde 1990, apenas se realizaram duas eleições intercalares: Albufeira em 1996 e S. Pedro do Sul em 2000. Em qualquer dos casos existiam maiorias absolutas e as câmaras não caíram por qualquer acção desestabilizadora de oposições, mas por factos exclusivamente imputáveis às maiorias.

**Outro dos argumentos utilizados a favor da alteração da lei diz respeito a supostos ganhos de eficácia e de coesão.**

Também nesse plano a vida e a experiência mostram não existirem fundamentos que justifiquem qualquer alteração. A prática das autarquias revela que, apesar dos executivos serem pluripartidários, mais de 80% das suas deliberações são tomadas por unanimidade e não são raros os casos em que os vereadores das forças políticas não maioritárias assumem pelouros executivos.

A representação pluripartidária por eleição directa dos executivos municipais tem-se revelado responsabilizante para os eleitos das várias forças políticas e valorizadora da participação democrática e do respeito pela vontade popular.

# Kosovo: más desculpas para graves responsabilidades

• João Amaral

O debate parlamentar sobre a presença nos Balcãs e sobre as munições com urânio empobrecido mostrou que lamentavelmente o PS não consegue deixar de ter como critérios fundamentais as suas conveniências políticas e o servilismo face à NATO e à potência dominante, os Estados Unidos.

O PCP pôs em evidência que, em processos como estes, os critérios fundamentais deviam ser quatro. Primeiro, a defesa do direito internacional, do princípio da não ingerência e dos direitos dos povos e nações e a opção pela via negociada localmente (sob a eventual égide da ONU ou da OSCE). Segundo, a prevalência de critérios de interesse nacional e de solidariedade para a definição da eventual participação portuguesa em operações de paz, sempre com respeito pelas posições das partes e no quadro da Carta das Nações Unidas. Terceiro, a protecção adequada dos militares portugueses, incluindo quanto às condições de actuação e de permanência. Finalmente, a busca intransigente da verdade.

No decurso do debate, o PS negou estes critérios. Antes de tudo, com uma mistificação quanto ao enquadramento político. Tentando passar de "acusado" a "acusador", o PS afirmou que as oposições partiam do princípio de que "desde que seja para atacar o Governo tudo se justifica e todos os meios são válidos". Isto é, o PS põe-se na posição

o PS fez a triste figura de defender o indefensável.

Instado a explicar qual a razão pela qual, sabendo o Governo como tinha de saber dos perigos dos bombardeamentos com urânio empobrecido, não avisou o país (nem o Presidente, a Assembleia, ou os militares da Força enviada para o Kosovo), o PS ficou mudo. Argumentou que o Governo... era crédulo e desatento. Mas, como podia não saber quando há abundante informação sobre o assunto? Quando o próprio Jornal do Exército publicou um artigo alertando para esses perigos? Quando a força que foi para o Kosovo levava instrumentos de medição de radiações e meia dúzia de fatos protectores (já desactualizados!), além de haver a proibição do consumo de alimentos e bebidas locais?

Um deputado do PS chegou a dizer que devia ter sido a oposição a tomar medidas. Foi um despudorada confirmação da incapacidade do Governo em assumir responsabilidades! Quanto à presença nos Balcãs a falta de argumentação do PS foi ainda mais penosa. O PS não sabe dizer qual é o objectivo político que actualmente define a missão nos Balcãs. Não sabe explicar quanto tempo se prepara para lá manter as tropas portuguesas, que, aliás, foram em 1995 com prazo de um ano, e já lá permanecem passa de cinco anos. Não sabe explicar a razão pela qual, tendo mudado profundamente o panorama político dos países e regiões da zona, tudo está na mesma quanto à resolução política local dos diferendos.

A única explicação do PS é a fidelidade à NATO e às suas orientações. É a famigerada questão de que só têm "visibilidade" os países que se envolverem nos propósitos expansionistas das NATO e aceitem a liderança americana. Para quem pensa assim, que interessa que haja justificação para a participação portuguesa nos Balcãs? O que interessa é que, assim, a subsistência da NATO se "autojustifica", bem como o seu alargamento e a redefinição do seu objectivo estratégico, no sentido expansionista e agressor. É este o quadro que explica o secretismo quanto ao urânio empobrecido. O silêncio durante a guerra foi cúmplice: o essencial era fazer a guerra sem alarmar a opinião pública.

O silêncio visava credibilizar a ideia mentirosa da guerra cirúrgica, com "zero baixas".

É esta mesma razão, de submissão à NATO que levou o PS a negar a defesa da moratória. O argumento foi só um: Portugal tem de fazer como os outros, isto é, como os Estados Unidos.

A regra de comportamento do PS foi fugir às responsabilidades. Até o ministro da Defesa lá continua, incólume, apesar das expressões humilhantes dirigidas aos militares, apesar das canhestras tentativas de esconder a verdade. Até ver, claro!

## Redução de riscos da toxicodependência Para melhor tratar e recuperar

Medidas no sentido da redução de riscos e danos no consumo de drogas em situação de dependência estiveram em debate no Parlamento. As propostas, oriundas do BE e do Partido Ecológico «Os Verdes», visavam, respectivamente, a criação de «salas de chuto» e a distribuição de seringas nas prisões. Ambas foram inviabilizadas pelos votos do PS, PSD e CDS/PP.

A utilização de seringas por várias pessoas «é a verdadeira praga no fenómeno da toxicodependência», considerou Francisco Louçã, justificando a iniciativa da sua bancada. Nessa medida, defendeu, faz todo o sentido avançar já com a aprovação legal das salas de injeção assistida. Defendido pela deputada Isabel Castro, por sua vez, foi a possibilidade de os reclusos terem condições de acesso a compartimentos onde possam, em caso de necessidade, «e sempre que esteja em causa a redução de danos, consumir

e reinserção social a vontade de diminuir a visibilidade pública do fenómeno», advertiu o deputado do PCP, referindo-se também a iniciativas já anunciadas pelo Governo nesta matéria.

**A redução de danos visa diminuir a vulnerabilidade dos toxicodependentes e restringir os riscos para a saúde pública**

Pronunciando-se sobre a proposta de «Os Verdes», o parlamentar comunista disse ser merecedora da «melhor atenção», não apenas por corresponder a uma temática em relação à qual permanece «uma certa indefinição na política do Governo», como por ser um problema de saúde nas prisões que não pode ser ignorado

substância quanto ao conteúdo foram invocadas pelo secretário de Estado da Presidência, Vitalino Canas, para justificar as divergências do Governo em relação a ambos os projectos. Referindo-se ao projecto do BE, sustentou que «este tipo de políticas necessitam de um alargado debate público antes de serem concretizadas». No caso da iniciativa de «Os Verdes», invocou a necessidade de analisar primeiro as condições em que uma medida deste tipo poderá ser aplicada nas prisões, sublinhando, por outro lado, a importância da prévia realização de estudos científicos acompanhados de uma análise profunda da realidade do meio prisional.

Críticas aos diplomas vieram também do PSD, pela voz do deputado Nuno Freitas, por partirem de «cima para baixo, sem debate público e, portanto, sem causas, sem compreensão pública e sem o necessário gradualismo», enquanto o CDS/PP, mais radical, definiu-se com frontalmente contra, invocando que as prioridades neste



A recuperação e a reinserção social devem estar sempre presentes em qualquer medida de combate à toxicodependência

por via endovenosa um estupefaciente».

Embora estando plenamente de acordo com o incremento de medidas tendentes à redução de danos - sobretudo pelo que elas possam significar em termos da diminuição da vulnerabilidade dos toxicodependentes a certas doenças e restrição de riscos para a saúde pública -, o deputado comunista Bernardino Soares fez notar que tal orientação não «pode nunca estar desligada de uma perspectiva permanente de encaminhamento para o tratamento e a recuperação».

É à luz deste princípio que o diploma do Bloco de Esquerda deve ser encarado. Ou seja, na perspectiva da bancada comunista, no quadro de uma planificação global e não como uma medida isolada. «Não podemos admitir qualquer risco de sobrepor à perspectiva da recuperação

e cuja resposta não pode ser «indefinidamente adiada».

Razões de oportunidade, metodologia, filosofia e de

domínio «são o tratamento, a reinserção social dos toxicodependentes e o combate ao tráfico de droga».

## Jornadas Parlamentares

O Grupo Parlamentar do PCP realizará nos próximos dias 16 e 17 de Fevereiro as suas Jornadas Parlamentares. O local escolhido é a cidade de Moura, distrito de Beja. A sessão pública de abertura decorrerá na Sala das Sessões da Câmara Municipal, com início às 11.30 horas, e nela estará presente Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP.

O tema destas Jornadas estará centrado no empreendimento de fins múltiplos do Alqueva, estando, durante a tarde do dia 16, prevista uma visita dos deputados às obras da barragem.

Durante a sua presença na região os deputados comunistas cumprirão ainda um programa de contactos e reuniões com estruturas sindicais, autarcas, representantes da Região de Turismo, agricultores e suas associações representativas com vista a uma abordagem às questões que envolvem o aproveitamento do Alqueva.

PORTUGAL

FORA  
DOS  
BALCÃS

PCP

de ter o monopólio da interpretação do que é o interesse nacional e de, à maneira do "antigamente", a oposição só existir para perturbar o que o PS entende ser esse interesse nacional. Estranho discurso!

A mesma falta de argumentos (misturado com um certo desprezo pelo Parlamento, outro sinal do espírito do "antigamente" com que o PS actuou no debate) levou o Governo a faltar ao debate. Nem o ministro da Defesa, nem o dos Negócios Estrangeiros, nem os respectivos secretários de Estado. Assim, sem Governo e sem argumentos,

## Sinistralidade laboral

## Nem protecção, nem prevenção

O flagelo dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, como o PCP tem insistentemente denunciado, continua a ser no nosso país uma triste realidade. As causas são diversas, mas muito pouco se fez para debelar o problema.

Apesar de ser o próprio Governo a reconhecer que as coisas neste capítulo vão mal, a verdade é que persistem as más condições de trabalho, sobretudo no Norte, na região de Lisboa e Vale do Tejo, nos distritos do Porto e Aveiro.

E a questão não reside apenas na ausência de medidas que contrariem o dramático quadro actual. Para a deputada Odete Santos, que levou uma vez mais a questão ao plenário da Assembleia da República, em declaração política proferida em nome do Grupo comunista, igualmente grave é o facto de, objectivamente, continuarem a ser criadas condições que «levem ao aumento da sinistralidade laboral»

Concorrem nesse sentido, segundo a parlamentar do PCP, o trabalho precário (como causador directo de más condições saúde), bem como o aumento alucinante dos ritmos de trabalho exigido em nome da competitividade sem respeito pelo ser humano. Os longos períodos de duração da jornada de trabalho, o trabalho clandestino vitimando sobretudo os imigrantes, e o trabalho clandestino constituem outros tantos factores que estão na

origem do agravamento da sinistralidade laboral.

E o que é mais chocante - levando Odete Santos a apontar o dedo acusador ao Governo - é que tudo isto ocorre perante a inexistência de uma verdadeira política de prevenção e sem que a Inspeção Geral do Trabalho actue eficazmente.

«O facto de ainda ser mais barato reparar do que prevenir agrava a situação da sinistralidade laboral», sublinhou a pro-

pósito a deputada comunista, numa alusão crítica à legislação finalmente aprovada em 1997, que, não obstante alguns «aspectos positivos», manteve manifestas injustiças que o PCP logo na altura denunciou.

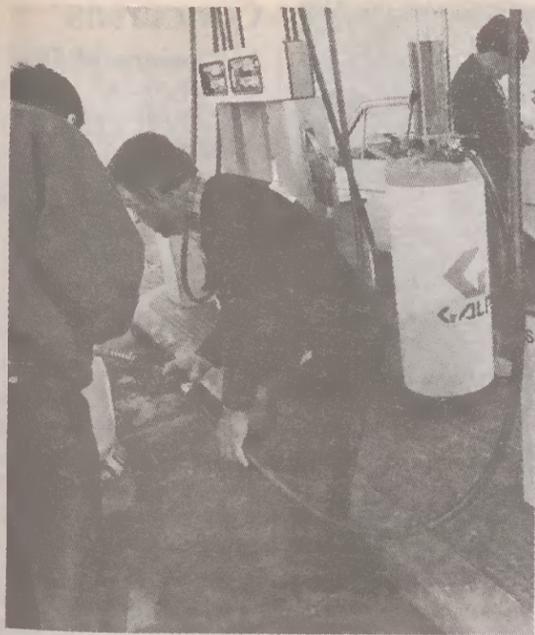
E tudo, explicou, porque a nova lei visou principalmente «proteger os interesses das seguradoras» e a manutenção dos seus lucros e não resolver os dramas dos trabalhadores e das suas famílias. Por isso, as pensões das vítimas de trabalho continuam baixas, na razão directa dos salários dos trabalhadores

portugueses - os mais baixos da União Europeia -, e tudo indica que o Governo parece continuar apostado em manter a situação de degradação salarial.

«Basta-lhe em certas situações ser abstencionista e alhear-se da sorte da contratação colectiva», observou Odete Santos, exemplificando, a este respeito, com o

que se passa no sector têxtil onde se chegou a uma situação de impasse sem que o Governo adopte qualquer medida de urgência como a situação recomendaria.

**Os lucros das seguradoras, para o Governo, são mais importantes que os dramas dos trabalhadores**



## Uma política cega

• Vicente Merendas

O caso da venda pelo Estado e pelo «núcleo accionista português de referência» de uma participação social do capital da GALP à ENI é demonstrativo dos prejuízos que para a economia nacional advêm do prosseguimento de uma política cega e fundamentalista de privatização de empresas e sectores de importância relevante para o País.

Dos depoimentos ouvidos na Comissão de Inquérito e da documentação fornecida, conclui-se que a estratégia do Governo quanto ao futuro da GALP foi profundamente alterada depois das eleições de Outubro de 1999 e que essa alteração estratégica continua sem explicação e justificação aceitáveis por parte do Governo.

A forma como a ENI veio a obter uma minoria de bloqueio de 33,34% do capital social da GALP consubstancia um tratamento de privilégio que lhe foi concedido, relativamente ao dispensado às restantes empresas internacionais que foram objecto de consulta internacional.

A alteração das perspectivas de participação de um parceiro internacional no capital social da GALP para além dos 15% deveria, por razões de rigor, transparência e credibilidade internacional do País, ter determinado o cancelamento do concurso internacional e a reabertura de um novo concurso com novas e mais iguais regras para todos os potenciais interessados.

A PETROCONTROL, independentemente da sua vontade efectiva, só vendeu a sua participação social na GALP, assim possibilitando a aquisição da minoria de bloqueio pela ENI, porque o Governo o quis, com a invocação de que isso seria do interesse nacional. A inscrição de tributação das mais-valias obtidas pela PETROCONTROL, ou melhor, formalmente obtidas pelos accionistas daquela SGPS, suscita legítimas e fundadas dúvidas sobre a sua sustentação na lei vigente.

No âmbito do acordo, não está impedido que a ENI venha, nos próximos cinco anos, a deter a maioria do capital social da GALP o que manifestamente conflita com o interesse nacional.

Os Deputados do PCP que integravam a Comissão de Inquérito contribuíram activamente para as conclusões aprovadas.

As três grandes conclusões do inquérito foram apontadas pelo PCP:

- As dúvidas de regularidade do mandato do Presidente da GALP, a serem objecto de apreciação pela Procuradoria-Geral da República;

- A salvaguarda da manutenção futura de ambas as refinarias, dado que não está consagrado no acordo para-social outorgado entre o Estado e a ENI, contrariamente ao que se verifica no Acordo Para-social entre o Estado e Petrocontrol;

- O preservar, ao longo deste processo de privatização, a manutenção do centro de decisão da GALP em Portugal e assegurada a prevalência de um núcleo accionista português de referência. Devendo o Estado português dar continuidade à vontade sempre afirmada em todos os decretos-lei e resoluções do Conselho de Ministros produzidos, sobre a reestruturação do sector do petróleo e do gás, de manter uma componente nacional neste sector.

No decorrer de todo o inquérito mantivemos um contacto estreito com os representantes dos trabalhadores e tivemos oportunidade de constatar que a destruição do sector empresarial do Estado tem caminhado a par de uma ofensiva contra os trabalhadores.

Os processos e a política de privatizações está a levar a uma situação em que quem determina a política nacional é cada vez menos o povo português, pelos seus interesses, a sua opinião e o seu voto, mas que ilegítimamente se vão apropriando dos mecanismos fundamentais da economia portuguesa.



Os ritmos e as condições de trabalho estão na origem directa de muitos acidentes laborais

## Alteração ao estatuto da Ordem dos Advogados

Foi aprovada a proposta do Governo de alteração do Estatuto da Ordem dos Advogados, que, entre outras medidas, consagra a reaplicação da expulsão como medida disciplinar. O diploma, em debate na passada semana, reuniu o consenso de todos os partidos. Ainda assim, pela voz da deputada Odete Santos, sobrevieram da bancada comunista críticas dirigidas sobretudo ao facto de o Governo não ter ido mais longe no que respeita às regras do acesso ao Direito e aos tribunais.

Esta foi com efeito a questão mais sublinhada pela parlamentar do PCP que, sem deixar de reconhecer o carácter positivo da generalidade das alterações,

lamentou não terem as mesmas avançado mais na «definição de um quadro mais vasto de intervenção da Ordem em matéria de acesso ao direito».

Isto porque, no entender de Odete Santos, se é certo que em relação ao estatuto propriamente dito da Ordem, enquanto associação, só aos advogados compete decidir, a verdade é que há outras matérias - como é a questão do exercício pelos cidadãos do direito fundamental de acesso ao Direito, constitucionalmente consagrado - em relação às quais cabe ao Estado definir as regras exactamente por se tratar de uma associação pública que cumpre uma função social no quadro da sua intervenção.

«O patrocínio forense é fundamental na administração da Justiça, tal como se refere no texto Constitucional», observou Odete Santos, lembrando assim que a Ordem dos Advogados prossegue «fins da comunidade em geral», e, conseqüentemente, por essa via, o «advogado desempenha uma função social, uma vez que, por seu intermédio, são colocados à disposição do cidadão os conhecimentos técnicos necessários ao acesso ao Direito e aos tribunais».

Além de prever a reaplicação da pena de expulsão para casos mais graves de violação do Estatuto dos Advogados (actualmente a pena máxima é a suspensão), o

diploma flexibiliza ainda as regras para a mediatização de processos ainda pendentes em tribunal.

O ministro da Justiça, António Costa, intervindo no debate sobre a proposta, explicou que os advogados podem responder publicamente sobre os processos apenas em «circunstâncias de urgência», o que já sucede actualmente, mas à revelia do estipulado na lei. A criação em cada distrito de um Conselho Deontológico e a regulamentação da inserção na Ordem dos Advogados de advogados dos estados-membros foram outras das alterações previstas no diploma que mereceram o consenso do hemiciclo.

## Concessão de energia aos municípios

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de lei que prorroga por dois anos a vigência dos contratos de concessão de energia eléctrica em baixa tensão celebrados entre os municípios e a EDP. A quase totalidade destes contratos, de acordo com a legislação, caduca em 2002, mas a renovação contratual tem de ocorrer até final do corrente mês de Fevereiro, por

igual período de 20 anos e nos exactos termos em que foram estabelecidos.

Sucedem, porém, que desde 1982 - altura em que foram firmados os actuais contratos - ocorreram profundas alterações no quadro legislativo, quer por força da transposição para o nosso país de normas comunitárias quer por alterações entretanto operadas na natureza da empresa concessionária.

Acresce ainda ser vontade de todas as partes, manifestada por diversas formas e em várias ocasiões, que se proceda a uma alteração das condições legislativas e contratuais, tendo em conta a evolução registada não apenas no sector da energia eléctrica como no âmbito do poder, sem esquecer as crescentes exigências que hoje se colocam na prestação de um serviço público de qualidade.

Trata-se, pois - e é nesse sentido que vai o projecto de lei do PCP -, de compatibilizar os interesses em presença, nomeadamente os interesses dos municípios enquanto concedentes e da EDP enquanto concessionária, o que implica uma «profunda reflexão e ponderação», incompatível, como sublinha a nota preambular do diploma, com os prazos estabelecidos no actual enquadramento.

## Porto

Salários inferiores à média nacional, mão-de-obra desqualificada e aumento da precariedade continuam a caracterizar a situação laboral no Porto. Um estudo da USP/CGTP, citado pela Lusa, refere que a média salarial do distrito é inferior à nacional, quer considerando a remuneração-base (menos 5,7 por cento), quer considerando a remuneração auferida (menos 7,2 por cento).

O estudo indica que a remuneração-base média no distrito era, em 1998, de 107 mil escudos, enquanto a média nacional se situava nos 113 mil escudos.

A disparidade na remuneração efectiva ia de 126 mil escudos, no distrito, contra uma média nacional de 136 mil escudos. As mulheres do distrito são vítimas de discriminação como no resto do País, ganhando menos 23 (remuneração-base) ou 27 por cento (remuneração ganha) do que os homens em idênticas funções.

A USP contrapõe ainda os valores do salário mínimo em Portugal (67 mil escudos) e em países como o Luxemburgo (245 mil escudos), Holanda (223), Bélgica (220), França (217), Inglaterra (214), Irlanda (197), Grécia (88 mil escudos) e Espanha (85 mil escudos).

## «Madrugada»

As cerca de 70 trabalhadoras da fábrica de conservas «A Madrugada», da Póvoa de Varzim, concentraram-se dia 25 de Janeiro à porta da empresa, durante uma hora, para exigirem o pagamento de salários em atraso. José Lapa, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Conservas do Norte, disse à Lusa que as trabalhadoras pretendem que o dono da empresa pague dois meses de salários e metade do subsídio de Natal em dívida. As operárias defrontam muitas dificuldades, agravadas pelo facto de os seus maridos também viverem do mar mas, por causa do temporal, estarem em terra há mais de dois meses.

## Pescadores

A paragem das embarcações, retidas nos portos devido ao mau tempo, está a provocar «situações de extrema gravidade socioeconómica, com reflexos altamente negativos na degradação das condições de vida dos pescadores e suas famílias», alertou a Concelhia de Olhão do PCP. Num comunicado em que manifesta solidariedade e disponibilidade para apoiar as formas de luta que os pescadores decidam desenvolver, para que «sem mais demoras» lhes sejam atribuídas as verbas previstas no Fundo de Compensação Salarial criado pelo Governo e que os comunistas pretendem ver corrigido.



O Governo estimula, com o seu exemplo na Administração Pública, a política de baixos salários

CGTP apela à intensificação da luta em todos os sectores, regiões e empresas

# Melhores salários em 2001

Um grande número de trabalhadores recusa continuar a auferir salários baixos, enquanto uma minoria é fartamente beneficiada pelo crescimento económico.

«Vamos todos intensificar a luta pelo aumento dos salários», apela a CGTP, num folheto onde nota que «Portugal tem vivido uma situação de crescimento económico» mas que este «tem beneficiado sobretudo as empresas e uma minoria de pessoas de elevados rendimentos, enquanto uma elevada percentagem de trabalhadores continua com muito baixos rendimentos».

Esta é uma situação que a Intersindical Nacional entende que não é justa e deve ser alterada. «Os trabalhadores portugueses merecem mais» e os salários «têm de crescer significativamente em 2001», defende a central, apontando o caminho da reivindicação, da resistência e da luta. «Em todas as regiões do País, em qualquer empresa, é legítimo levantar a voz, cerrar fileiras em defesa dos nossos interesses», propugna a Inter, realçando que «estes são os meses determinantes».

**A maior riqueza criada pelo trabalho beneficia apenas uns poucos**

Para um aumento significativo dos salários, é preciso vencer a posição do patronato, que «genericamente» continua a optar por «um enriquecimento rápido e sem olhar a meios», recorrendo a «baixos salários, mão-de-obra desqualificada, lucro especulativo, com fuga aos impostos». Mas «as políticas governamentais, por sua vez, não contradizem o patro-

nato nem promovem outras soluções», protesta a CGTP, lembrando que o Governo, na Administração Pública, «utiliza as mesmas soluções», «não negocia realmente, impõe e aplica (com algum conluio à mistura!)».

A Inter apela à intensificação da luta e à convergência de acções, para «demonstrar aos patrões e aos governantes que temos razão» e «temos direito a beneficiar mais da riqueza que o nosso trabalho gera». «Sabemos de experiência feita que não podemos contar com facilidades», previne-se no documento, que apela à mobilização dos trabalhadores e dos seus repre-

sentantes para discutir as reivindicações nas empresas e avançar para negociações a todos os níveis.

A central reafirma a reivindicação de aumentos salariais de 5,5 por cento, em 2001, e recusa-se a considerar definitivo qualquer aumento abaixo dos 6 contos mensais. Reivindica a subida do salário mínimo para 69.800\$00, ainda no corrente ano.

Nos valores dos salários e das pensões de reforma, exige a CGTP, devem reflectir-se a subida da inflação, bastante acima das previsões do Governo, e o aumento da produtividade do trabalho.

## Onde nasce o endividamento

Em Portugal, um número elevado de trabalhadores recebe salários significativamente abaixo das suas necessidades vitais e correntes, refere a CGTP, que vê neste facto uma das principais causas para o «alarmante endividamento das famílias».

No nosso país, lembra a Inter, ganhamos metade ou menos de metade da média europeia.

A partir de estatísticas oficiais, o documento divulgado pela Intersindical aponta sete sectores onde são praticados valores salariais

que não chegam aos 80 mil escudos, considerando a remuneração média dos trabalhadores não qualificados (em 2001):

- Agricultura - 78,1 contos,
- Indústria têxtil - 74,5 contos,
- Outras indústrias transformadoras - 76,2 contos,
- Construção e Obras Públicas - 75,7 contos,
- Comércio a retalho - 76,9 contos,
- Alojamento e restauração - 76,5 contos,
- Diversos serviços - 74,8 contos.

# Greve nos Serviços Sociais

Ao fim de cinco dias de greve dos trabalhadores dos Serviços de Acção Social do Ensino Superior, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública foi recebida «por técnicos da Secretaria de Estado, que pouco souberam adiantar sobre cada um dos problemas pendentes». Na nota que divulgou segunda-feira à comunicação social, a FNSFP/CGTP informa que «aguarda agora o início das negociações com o secretário de Estado do Ensino Superior, sem o que poderão ser convocadas novas acções de luta, incluindo a greve».

Os trabalhadores dos Serviços de Acção Social das universidades e politécnicos, ao longo da semana passada,

«manifestaram o seu descontentamento, com uma adesão à greve que, em muitos casos, se cifrou nos cem por cento», e realizaram uma concentração frente ao Ministério da Educação, no dia 30 de Janeiro.

Em conferência de imprensa, dada na ocasião, um dirigente sindical explicou que em 1980 os trabalhadores dos serviços sociais do Ensino Superior foram integrados na Função Pública, através do decreto-lei 132/80, que mandava regulamentar as reformas, o que não aconteceu até agora, levando a que haja trabalhadores que se reformam e continuam a descontar para a Caixa Geral de Aposentações. Artur Sequeira chamou ainda

a atenção para o facto de haver trabalhadores que fazem 40 horas semanais, enquanto outros trabalham 35 horas, haver uns que descontam para a ADSE e outros que não...

O direito ao abono para falhas, consagrado, desde 1989, para todos os trabalhadores que manuseiem ou tenham à sua guarda valores ou numerário, não é pago aos trabalhadores dos serviços de acção social das universidades e politécnicos.

## CEPIS

Também foi convocada uma greve, durante os primeiros dois dias desta semana, dos trabalhadores não

docentes dos Centros de Educação e Protecção à Infância dos Serviços de Acção Social do Ministério da Educação, que exigem a reestruturação das suas carreiras e a aplicação retroactiva do DL 404-A/98. A valorização das carreiras, que ainda não beneficiou os auxiliares de educação e ajudantes de creche e de jardim de infância do ME, já vigora no Ministério do Trabalho «há largos meses», segundo a federação da Função Pública.

O problema é agravado com a falta de pessoal não docente nos CEPIS, «que provoca constantes violações dos direitos, designadamente em matéria de conteúdos funcionais».

## Concursos

As transferências de escola devem ser anuladas e deve ser aberto novo concurso para os docentes do Secundário e dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, defendeu na semana passada a Federação Nacional dos Professores. A Fenprof pretende, assim, que todos os professores interessados possam concorrer e que sejam tidas em consideração também as vagas que não foram postas a concurso devido ao processo de transferências. A federação, salientando que este é um processo cujas consequências atingem milhares de docentes, admitia recorrer para a Provedoria de Justiça e os tribunais, caso o ME não aceitasse alargar o prazo do concurso para além de 5 de Fevereiro.

## Vínculos

Mais de 150 professores deslocaram-se sexta-feira ao Governo Civil de Viseu para entregar uma moção exigindo vinculação aos quadros, mas ficaram-se pelo livro de reclamações, por não haver ninguém para os receber. Na ausência do Governador Civil de Viseu ou qualquer outro elemento do seu gabinete, a delegação exigiu o «Livro Amarelo» de reclamações, onde protestou contra a falta de interlocutor para o «diálogo do Governo socialista», disse à Lusa um dirigente do SPRC. Na moção, aprovada em plenário por mais de seiscentos professores desempregados ou sem vinculação, exige-se um novo modelo de concursos que garanta um regime dinâmico de vinculação de professores, respeitando os direitos adquiridos. Caso o Ministério da Educação não corresponda às suas expectativas, os docentes e os sindicatos da Fenprof admitem fazer greve a 30 de Março e preparam uma manifestação nacional no dia 22 de Março, coincidindo com o VII Congresso Nacional dos Professores.

## Não-vagas

As 7600 vagas anunciadas pelo ME, que levariam à vinculação de outros tantos professores, mais não são do que uma operação de marketing e uma «atitude demagógica» da tutela, denunciou segunda-feira o Sindicato dos Professores da Zona Sul. Em comunicado, citado pela Lusa, o SPZS afirma que às 9216 vagas colocadas a concurso pelo Ministério da Educação para o próximo ano lectivo correspondem 10 128 vagas negativas, ou seja, vagas que não serão preenchidas. No Sul, às 856 vagas a concurso correspondem 1098 vagas negativas.

## 1000\$ por dia

Uma equipa de activistas do sindicato metalúrgico, numa visita aos concelhos de Pombal e Ansião com o fim de estabelecerem contacto directo com grandes focos de trabalhadores imigrantes ilegais, depararam-se com constantes referências à existência de trabalhadores imigrantes a auferirem salários da ordem dos mil escudos. Isto, lembra o sindicato, apesar do sector metalúrgico ter, desde Agosto de 2000, um Contrato Colectivo de Trabalho cuja cláusula 89.ª estipula, na ocupação de trabalhadores estrangeiros, a igualdade de tratamento, particularmente no que toca à retribuição, relativamente a trabalhadores portugueses que, na empresa, tenham categorias e funções idênticas. Além das referências aos baixos vencimentos, os sindicalistas depararam-se com relatos de extorsão de parte destes ordenados por parte de «mafiosos». No final, e segundo a nota do sindicato, os sindicalistas «confrontaram os empresários com esta realidade, que a admitiram ainda que nenhum na sua empresa, e até da existência de aluguer de mão-de-obra». O sindicato exige das autoridades que aprofundem este assunto até às últimas consequências e que tomem as medidas necessárias à sua resolução.

## PT Interrogações

«Por que foram goradas as expectativas?» é a pergunta que faz a Comissão de Trabalhadores relativamente aos aumentos para 2001, já que os bons resultados económicos e financeiros das empresas do Grupo PT deixavam no ar a esperança de mais do que 3,5%. A Comissão de Trabalhadores, no seu comunicado, refere que as expectativas de melhorias salariais goraram-se por acção das organizações sindicais próximas da Administração e lança outra questão: «Será que a abertura de flanco na batalha pela defesa dos interesses dos trabalhadores foi inocente ou estamos na presença da máxima que diz "antes de ser já era"?». O que não se nega é o contributo destas forças sindicais «para o descrédito que se vai instalando no seio dos trabalhadores». A CT denuncia que, a par dos baixos aumentos salariais impostos «a quem trabalha e produz a riqueza», os vencimentos dos administradores – que eram 7 e são, agora, mais de 100 – aumentaram de cerca de 700 contos em 1995 para mais de 5000 em 2001. Citando a CT, «ou há moralidade ou comem todos!».

# Para anular o despedimento na Clark Solidariedade activa

**Uma forte manifestação de protesto teve lugar sexta-feira, em Arouca, contra a multinacional inglesa e a impunidade em que o Governo a deixa liquidar 368 postos de trabalho.**

Amanhã, durante a sessão de perguntas ao Governo, o PCP vai levantar na Assembleia da República a questão do despedimento colectivo que a C&J Clark pretende levar a cabo em Arouca. Este compromisso foi assumido, na sequência de outras iniciativas dos comunistas, pelo secretário-geral do Partido. Carlos Carvalhas, o deputado Vicente Merendas e membros da direcção regional de Aveiro integraram a delegação do PCP que participou na manifestação de 2 de Fevereiro.

Promovida pela comissão sindical da empresa e pelo Sindicato do Calçado dos distritos de Aveiro e Coimbra, a manifestação reuniu, segundo a Agência Lusa, um milhar de pessoas. Aos trabalhadores da Clark juntaram-se ainda outros dirigentes políticos, autarcas e muitos trabalhadores e sindicalistas, nomeadamente da

União dos Sindicatos de Aveiro e de duas dezenas de estruturas de diferentes sectores de actividade.

Ao intervir em Arouca, Carvalho da Silva considerou que a situação decorre de uma política de emprego assente nos baixos salários e

na precariedade. O secretário-geral da CGTP informou que a central pediu audiências ao Presidente da República e ao primeiro-ministro, para lhes expor o contexto em que a multinacional inglesa avançou com o despedimento e para reclamar medidas que o impeçam.

Num requerimento entregue a 29 de Janeiro na AR,

Actualmente, «não regista problema de produção que possa justificar esta drástica medida».

Ao Governo, através do Ministério da Economia, Vicente Merendas pergunta que medidas urgentes tenciona tomar junto da administração da Clark para anular o processo de despedimento colec-

**A Clark quer sair de Arouca para pagar salários ainda mais baixos**



Na luta contra o despedimento os trabalhadores contam com um forte e amplo movimento de solidariedade



Carlos Carvalhas integrou a delegação do PCP que participou na manifestação

## Gáspeas e contas

A C&J Clark é uma multinacional inglesa, com sede em Londres, que se estabeleceu em Portugal em 1986. A fábrica de Santa Eulália, no concelho de Arouca, emprega 430 trabalhadores. Em 1998 abriu outra unidade de produção em Castelo de Paiva, com cerca de 800 trabalhadores.

A empresa produz gáspeas (sapatos sem a sola) para fábricas no Reino Unido, onde é finalizada a produção. No ano passado exportou cerca de dois milhões de gáspeas.

Este é o segundo despedimento em massa na fábrica de Arouca, depois de em Setembro de 1999 ter despedido 51 funcionários. A empresa justifica agora o fecho das secções de corte e costura e de grande parte da montagem, a concretizar até Julho, com uma quebra na produção, embora o Sindicato do Calçado de Aveiro e Coimbra contraponha que o verdadeiro objectivo é transferir a produção para a Índia, onde os salários são mais baixos.

Há cerca de ano e meio houve investimentos na modernização da empresa e a administração reafirmou a intenção de manter os postos de trabalho. Afinal, pretende ficar apenas com 55 efectivos.

Cerca de 70 por cento dos trabalhadores da Clark são mulheres, com idades entre os 20 e os 35 anos.

A eventual criação de emprego alternativo noutras localidades, aventada pela Associação Patronal de Calçado, significaria custos acrescidos de transporte na ordem dos 21 contos mensais, incomportáveis para quem ganha salários que rondam os 70 contos, como referiu à Lusa um dirigente do Sindicato do Calçado de Aveiro e Coimbra.

depois de se ter encontrado com os trabalhadores da Clark, Vicente Merendas dá conta da «angústia e inquietação» que observou, bem como do «forte movimento social de solidariedade» que está criado, a par do «grande repúdio» pela atitude da multinacional, que age «com arrogância e impunidade, sem que se verifique da parte do Governo qualquer tipo de intervenção».

O deputado comunista refere que a C&J Clark se instalou em Portugal em 1986, em Arouca e Castelo de Paiva, «com apoios públicos, comunitários e das autarquias, no sentido de criar e manter postos de trabalho nesta região do interi-

tivo e como pensa intervir para que a multinacional respeite os compromissos assumidos, face aos elevados apoios e benefícios que obteve».

Ilda Figueiredo solicitou resposta da Comissão Europeia sobre os apoios comunitários recebidos pela Clark. «Se foram atribuídos subsídios com o objectivo de criar e/ou manter empregos, que medidas vão ser tomadas para defender o emprego dos trabalhadores da C&J Clark», questionou ainda a deputada do PCP no PE.

Apelando à continuação da luta dos trabalhadores e das suas estruturas de classe contra o despedimento, o PCP mantém a sua solidariedade activa.

## Acção no SBSI

No passado dia 24 de Janeiro, dois sócios do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), eleitos pelas Listas Unitárias em Comissões Sindicais de Empresa, colocaram a Direcção deste Sindicato no banco dos réus, através de uma acção judicial apresentada no Tribunal do Trabalho de Lisboa.

O motivo da acção prende-se com a atitude «a todos os títulos condenável pelos actos que praticou ao assinar um protocolo com o BCP, no âmbito do Sistema de Assistência Médico-Social», lê-se numa nota de imprensa dos eleitos das Listas Unitárias.

Consideram que este protocolo, «para além de ter aberto um precedente gravíssimo para os beneficiários do SAMS, criando uma desigualdade de direitos entre os trabalhadores do BCP e os restantes bancários, atropelou as regras básicas da democracia» pois, segundo os estatutos do sindicato, cabe ao Conselho Geral deliberar sobre a assinatura de protocolos. É este «acto prepotente e antidemocrático», como lhe chamam os eleitos nas Listas Unitárias, que dá corpo ao processo judicial que requer a imediata suspensão da eficácia do citado instrumento e a declaração da invalidade do protocolo.

## Arsenal

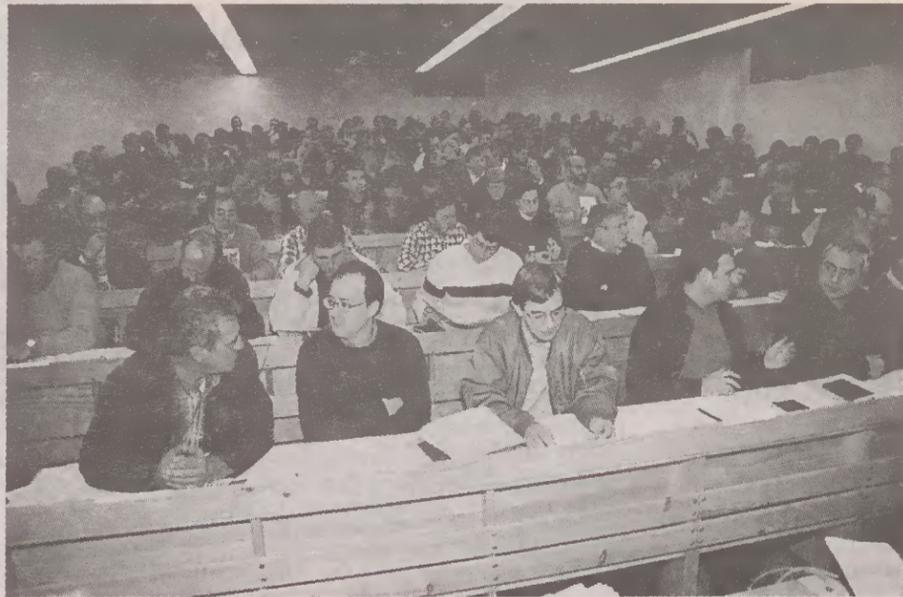
Nas medidas de reestruturação do Arsenal do Alfeite, quer por parte do Governo e do Ministério da Defesa quer por parte da administração do estaleiro, os trabalhadores exigem ser previamente ouvidos. «Ninguém, mais do que os trabalhadores, quer um Arsenal moderno e próspero», afirma-se numa resolução aprovada dia 31 de Janeiro, em plenário geral, e divulgada no dia seguinte pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas. No plenário, o STEFFAs/CGTP e a Comissão de Trabalhadores ficaram mandatados para, no quadro das orientações expressas na resolução, desenvolverem as acções necessárias, incluindo a marcação de formas de luta.

## Guardas

As greves e vigílias dos guardas prisionais, previstas para este mês, foram suspensas, mas poderão acontecer em Março. O presidente do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional deu conta à Lusa da decisão tomada sábado em assembleia de delegados, em virtude de uma parte importante das reivindicações, relativa à reestruturação das carreiras e ao estatuto remuneratório, aguardar publicação em Diário da República. No entanto, persistem ainda situações que o sindicato quer ver resolvidas, relativas a fardamento, pessoal militar de Santarém e subsídio de risco.

## Sargentos

O direito ao associativismo e à progressão nas carreiras foi defendido na reunião da Associação Nacional de Sargentos que reuniu, em Lisboa, perto de 500 sargentos, no encerramento das comemorações do 31 de Janeiro de 1891, data da revolta dos sargentos das guarnições militares do Porto. «Somos cidadãos de pleno direito e pretendemos assumir este tipo de cidadania», explicou, em declarações à Lusa, o presidente da direcção da ANS, a propósito do direito ao associativismo. Por outro lado, Lima Coelho sublinhou que, em muitos casos, existem sargentos que não têm qualquer perspectiva de promoção até abandonarem a carreira militar, «situação impensável em qualquer outra instituição ou empresa». Na reunião da ANS, que decorreu sob o lema «Princípio e valores: Firmeza e Dignidade», foram ainda discutidas questões relacionadas com a higiene e segurança no trabalho.



O Comité Central do PCP denuncia a política anti-social do Governo e alerta para alianças à direita

## PS e PSD fingem antagonismos

Reunido nos dias 3 e 4 de Fevereiro de 2001, o Comité Central debateu aspectos essenciais da situação política nacional e das tarefas próximas do Partido, salientando que, «numa perspectiva consequente de esquerda», o desenvolvimento activo da luta é a melhor resposta às manobras de direita do Governo.

O Comité Central do PCP salienta que apesar da tentativa do PS para explorar partidariamente os resultados das presidenciais e se relançar uma nova operação de marketing político, para difundir a ideia de que vamos ter «uma nova fase» na sua acção governativa depois de falhado o «novo ciclo» prosseguem e avolumam-se os factores de erosão e descrédito do Governo do PS e o alargamento do descontentamento popular com a sua política, já fortemente evidenciados antes das eleições de 14 de Janeiro.

O Comité Central considera essencial não se perder de vista que, exceptuando algumas matérias pontuais onde o Governo foi fortemente condicionado pela pressão popular e pelas propostas e luta do PCP, na política governamental continuam a pesar de forma determinante opções de direita e ao serviço do grande capital, a par de uma ostensiva incapacidade para enfrentar os mais graves problemas da sociedade portuguesa.

O Comité Central adverte para o carácter artificial e derivado da conjuntura eleitoral deste ano, quer da manobra desencadeada pelos partidos de direita no sentido de acusarem o PS de ter virado à esquerda, quer da manobra do PS no sentido de empolar a sua conflitualidade e supostos antagonismos em relação à direita, quando na prática converge e se alia à direita nas questões mais estruturantes e fundamentais e de regime (privatizações, política laboral, revisão constitucional, introdução da prisão perpétua para a adesão ao Tribu-

nal Penal Internacional e leis eleitorais).

O Comité Central salienta que, numa perspectiva consequente de esquerda, a melhor resposta para estas manobras e o melhor caminho para uma evolução positiva da situação política nacional estão num activo e confiante desenvolvimento da luta contra a política de direita do Governo e numa forte intervenção do PCP em defesa dos interesses populares e pela afirmação dos grandes eixos da nova política, a política de esquerda de que o País precisa.

O Comité Central apela a todas as organizações e militantes para que se empenhem na concretização das orientações do XVI Congresso, para responder àquilo que os trabalhadores, o povo português e Portugal exigem do Partido nesta fase da vida nacional, e para com redobrada energia tomarem a iniciativa na resposta aos problemas e aspirações dos trabalhadores e das populações no desenvolvimento das acções de massas, no contacto com cidadãos sem filiação partidária para uma participação activa e o alargamento da CDU, na dinamização da acção política do Partido e no trabalho para o seu reforço orgânico e o aumento da sua influência.

### Subversão eleitoral

O Comité Central do PCP manifesta a sua mais viva oposição aos projectos de desvirtuamento e empobrecimento democrático que PS e PSD, uma vez mais coligados em torno das principais questões estruturais e de

regime, pretendem impor ao poder local com a alteração da lei eleitoral para as autarquias, numa chocante tentativa de subverter as regras eleitorais a poucos meses das eleições. Ao proporem a eliminação da eleição directa das Câmaras Municipais e a construção de um poder absoluto assente num único partido, PS e PSD estão não apenas a retirar às populações o direito de escolherem a composição da Câmara Municipal e quem aí os represente, como estão a contribuir para a construção de um poder local assente em critérios de poder pessoal e sem controlo e fiscalização democráticas. O Comité Central do PCP apela à intervenção de todos quantos se revêem num poder local democrático e pluralista, com um indelével património de provas dadas e realizações responsáveis pelas mais profundas transformações nas condições de vida das populações nos últimos 25 anos, para se manifestarem activamente contra a as tentativas de alteração agora apresentadas e que constituiriam, a serem aprovadas um grave factor de empobrecimento e retrocesso democrático.

O Comité Central do PCP, de acordo com a importância que atribui ao trabalho de preparação das próximas eleições autárquicas, apela ao conjunto das organizações e militantes para uma activa e empenhada intervenção com vista à afirmação da CDU, como uma grande força autárquica com um projecto e um trabalho impar e largamente reconhecido, e ao reforço da sua influência e presença no plano nacional, regional e local. Neste quadro, sublinha-se a necessidade de prosseguir e ampliar o trabalho com vista ao alargamento da expressão unitária da CDU, ao processo de constituição de listas que conduzam a uma ampla presença no concurso aos órgãos autárquicos do país, à valorização do trabalho e à prestação de contas, ao envolvi-

mento e participação das populações, à afirmação das propostas e projecto para a melhoria das condições de

vida e para o desenvolvimento local e regional, ideias a ter presentes no trabalho desde já e que orientarão

a preparação da iniciativa Nacional do PCP sobre as eleições autárquicas marcada para 5 de Maio.

## O caminho está na luta

O Comité Central, considerando que o desenvolvimento da luta de massas é decisivo para alcançar melhores salários, reformas, pensões e melhores condições de vida, sendo esta luta indissociável do combate em torno da efectivação de direitos dos trabalhadores, de acções contra as privatizações e suas consequências, bem evidentes na situação da TAP, Siderurgia Nacional e EDP, do reforço da intervenção das mulheres em defesa dos seus direitos e pela sua participação em igualdade, da intensificação das lutas dos jovens por melhores condições de ensino e de trabalho, da luta dos agricultores pelos seus interesses e a defesa da agricultura nacional, das populações pela resolução dos graves problemas que as afectam, aponta algumas acções e iniciativas para os próximos meses:

– A continuação da acção de solidariedade com todos os que foram vítimas das cheias e inundações, bem como a exigência e a luta por medidas adequadas do Governo para o levantamento rigoroso e reparação urgente dos prejuízos (danos pessoais, infra-estruturas públicas, sectores económicos) das populações atingidas.

– O prosseguimento das acções e iniciativas contra o aumento dos preços dos serviços públicos e pela melhoria da sua qualidade, em particular a exigência da melhoria dos transportes públicos e o alargamento do movimento contra as crescentes interrupções do abastecimento de energia eléctrica, para que este seja garantido com padrões de qualidade e em condições de igualdade em todo o País.

– O desenvolvimento de uma acção para a exigência do uso, ao serviço do país, da agricultura nacional e do desenvolvimento do Alentejo, do investimento público de mais de 350 milhões de contos no perímetro do regadio de Alqueva, que evite a intolerável situação que constituiria a sua canalização para o enriquecimento de um número reduzido de grandes proprietários latifundiários e de grupos multinacionais.

– A realização de uma Campanha Nacional de Contacto com os Trabalhadores entre 15 e 31 de Março, onde se dará destaque aos problemas da juventude trabalhadora, à divulgação das iniciativas para a prevenção e reparação da sinistralidade no trabalho, dos contratos a prazo, da defesa da integridade física e psíquica dos trabalhadores, dos créditos em atraso devidos aos trabalhadores de empresas falidas.

– O desenvolvimento da intervenção e propostas do Partido na área da saúde designadamente no que diz respeito ao regime de gestão dos serviços públicos, combatendo a orientação privatizadora e de precarização dos vínculos laborais da política do governo, pela melhoria do Serviço Nacional de Saúde e dos direitos dos utentes.

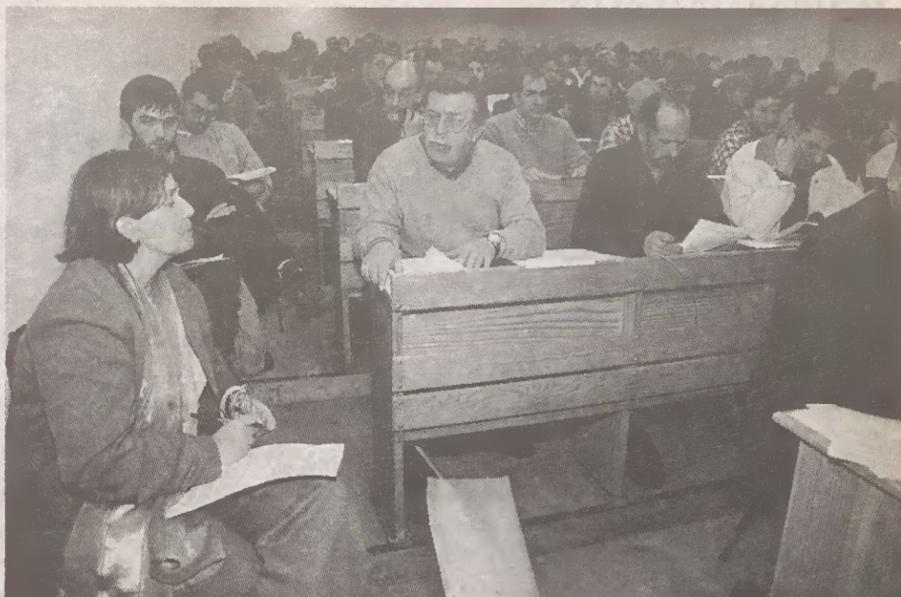
### Não à estratégia da NATO

O Comité Central salienta a grande importância da jornada nacional de protesto realizada pelo partido (nomeadamente as acções desenvolvidas em vários pontos do país no dia 25 de Janeiro, com destaque para a concentração em Lisboa frente à residência oficial do

Primeiro Ministro), contra a permanência de militares portugueses nos Balcãs, de esclarecimento sobre as consequências do uso militar de urânio empobrecido, de solidariedade com as populações afectadas pelos bombardeamentos e pela dissolução da NATO.

Apesar da crescente indignação e contestação ao inaceitável comportamento do Governo Português sobre esta matéria, em que cada vez são mais patentes a troca de culpas, a ocultação de informação, o não assumir de responsabilidades e a negação autista de evidências sobre as criminosas consequências dos bombardeamentos da NATO, o governo português numa posição seguidista e subserviente face à política militarista e agressiva do imperialismo, persistiu no envio novo contingente para os Balcãs.

Confrontado com a tentativa do governo português, e em especial do ministro dos Negócios Estrangeiros, de escamotear a indignação da opinião pública e as justas reivindicações populares e prosseguir o perigoso envolvimento de Portugal na estratégia agressora da NATO e da união europeia militarizada, o Comité Central realça a importância do prosseguimento e intensificação das acções de protesto e esclarecimento, das mais variadas formas, nomeadamente através da dinamização da recolha de assinaturas para o abaixo assinado lançado pelo PCP contra a presença militar portuguesa nos Balcãs e de novas acções contra a corrida aos armamentos de que o projecto de defesa anti-míssil dos Estados Unidos (“Guerra das Estrelas”) significa uma grave escalada.



## 80 anos ao serviço do povo

O Comité Central realça que neste ano de início de um novo século, em que se comemora o seu 80.º Aniversário, o PCP comprova a sua afirmação como Partido necessário, indispensável e insubstituível para os trabalhadores, o povo e o País, Partido cuja intervenção e reforço são decisivos para o futuro de Portugal.

O Comité Central destaca a importância da concretização do conjunto das orientações definidas pelo XVI Congresso com vista ao reforço do Partido em particular: a definição do plano de trabalho para o reforço da organização e intervenção junto dos trabalhadores, nomeadamente as medidas de direcção para acompanhamento de vários sectores e da acção e organi-

ção de quadros e o rejuvenescimento de organismos.

O Comité Central decide iniciar em Março uma campanha de contacto com os membros do Partido a propósito da entrega do novo Cartão do Partido, concretizando com cada um os diversos aspectos da sua participação e empenhamento, visando a integração em organismos, a responsabilização por tarefas regulares, a actualização de dados, o aumento do valor e o pagamento regular das quotas - Cartão Novo, Quota Nova - o conhecimento dos Estatutos do Partido e também o esclarecimento da situação real de muitos cuja actual ligação ao Partido tem sido na prática inexistente.

O Comité Central apela ao empenhamento de todas as

guião culminando na 25.ª Festa do "Avante!" em 7, 8 e 9 de Setembro.

O Comité Central apela a que as organizações do Partido e a JCP se empenhem na preparação das comemorações do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e do 24 e 28 de Março, dias do Estudante e da Juventude - e que, quer essas iniciativas assumam carácter específico quer se insiram nas comemorações do 80.º Aniversário do PCP, contribuam para dinamizar a luta das mulheres e da Juventude pelos seus direitos e afirmar o PCP como o grande Partido da emancipação feminina, como grande Partido da Juventude Portuguesa.

### Reforçar o PCP

O Comité Central salienta que o 80.º Aniversário do PCP constitui um marco relevante na vida nacional. Comemorar o Aniversário do PCP significa comemorar 8 décadas de luta abnegada ao serviço dos trabalhadores, do povo e do País, luta determinante na resistência ao fascismo, na luta pela liberdade, pela institucionalização do regime democrático e pelo socialismo. Comemorar 80 anos de luta passada, é também reafirmar o seu papel no presente e projectar no futuro os justos e generosos princípios e objectivos do seu Programa, a ampla divulgação das suas propostas e sua afirmação como grande Partido, indispensável para a construção de um Portugal de progresso, livre e soberano.

O Comité Central chama a atenção de todas as organizações que as comemorações, abrangendo um muito amplo conjunto de iniciativas, mobilizando milhares de militantes e simpatizantes, deverão constituir um importante momento para o reforço orgânico do Partido e simultaneamente factor dinamizador da luta dos trabalhadores e das massas populares, contra a política de direita, pela defesa e a melhoria das condições e qualidade de vida dos trabalhadores e das populações.

organizações, organismos e militantes na promoção da Campanha Nacional de Fundos, valorizando que a contribuição de cada um e de todos é não apenas indispensável para suportar materialmente as actividades políticas e em particular as campanhas eleitorais, como constituem em si mesmas importantes formas de dinamização das organizações e participação no apoio político ao Partido e à CDU.

O Comité Central decidiu assinalar o 70.º Aniversário da publicação do "Avante!" com várias iniciativas, em que se destaca uma grande acção de promoção e venda pública do número especial que assinala o aniversário em 15 de Fevereiro e que prosse-

## Organização da Direcção Central

**O Comité Central também debateu e aprovou uma resolução sobre a organização da Direcção Central.**

O Comité Central ratificou a composição da Comissão Central de Quadros e da Comissão Administrativa e Financeira, decidida conjuntamente pelo Secretariado e Comissão Central de Controlo.

A **Comissão Central de Quadros** é composta por Agostinho Lopes, Albano Nunes, Aurélio Santos, Domingos Abrantes, Francisco Lopes, José Vitoriano, Luísa Araújo, Maria da Piedade Morgadinho, Maria Rosa Rabiais e Virgílio Azevedo.

A **Comissão Administrativa e Financeira** é composta por Alexandre Araújo, Álvaro Pato, Carlos Costa, Euclides Pereira, Jaime Serra, Joaquim Anacleto, Joaquim Gomes e Virgílio Azevedo.

O Comité Central tomou conhecimento das medidas de direcção já decididas e da distribuição de tarefas e responsabilidades ao nível da Comissão Política e Secretariado e Direcções Regionais e que nos seus aspectos fundamentais são as seguintes:

**A nível da Comissão Política são responsáveis por Organizações Regionais:** António Lopes (Braga e Viana do Castelo); Armindo Miranda (Coimbra); Jerónimo de Sousa (Leiria); Jorge Pires (Setúbal); José Casanova (Açores e Madeira); José Neto (Algarve); Luísa Araújo (Santarém); Maria Rosa Rabiais (Lisboa); Sérgio Teixeira (Porto e Trás-os-Montes); Armindo Miranda é responsável pelo Organismo Inter-Regional das Beiras e José Sociro pela Direcção Regional do Alentejo.

**São ainda responsáveis directos por Organizações Regionais:** António Vitória (Beja); Armando Morais (Castelo Branco); Branca de Carvalho (Viana do Castelo); Edgar Silva (Madeira); Fernando Carmosino (Portalegre); João Abreu (Guarda); João Frazão (Aveiro); José Augusto Esteves (Leiria); José Catalino (Litoral Alentejano); José Decq Mota (Açores); José Teles (Viseu); Mário Costa (Trás-os-Montes) e Raimundo Cabral (Évora).

**Em termos de Secretariado,** acompanham Direcções Regionais: Agostinho Lopes (Évora, Beja, Portalegre, Litoral Alentejano e a Direcção Regional do Alentejo); Albano Nunes (Braga, Viana do Castelo, Trás-os-Montes e Porto); Domingos Abrantes (Lisboa); Euclides Pereira (Açores, Madeira e Santarém); Francisco Lopes (Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda e Castelo Branco) e o Organismo Inter-Regional das Beiras; Rui Fernandes (Leiria, Algarve e Direcção da Organização da Emigração) e Virgílio Azevedo (Setúbal).

**Áreas de Trabalho e intervenção política e seus responsáveis:** Área do Movimento Operário, Sindical e das Questões Laborais - Jerónimo de Sousa; Área para os Assuntos Sociais - Fernanda Mateus; Área para os Problemas e o Movimento das Mulheres - Fernanda Mateus; Área do Trabalho Autárquico, do Ambiente, do Movimento

Associativo e do Desporto - Jorge Cordeiro; Área dos Assuntos Constitucionais e Justiça - José Neto; Área da Economia - Agostinho Lopes; Área dos Serviços Públicos e Defesa do Consumidor - Francisco Lopes; Área da Saúde - Bernardino Soares; Área da Educação, Ciência e Tecnologia - António Abreu; Área da Juventude - Luísa Araújo; Área da Cultura - José Casanova; Área da Comunicação - Vítor Dias; Área da Defesa e Administração Interna - Domingos Abrantes; Área da Integração Europeia - Agostinho Lopes; Área dos Assuntos Internacionais e da Política Externa - Carlos Carvalhas.

**Sectores e empresas de âmbito pluridistrital e nacional** têm como responsável pela frente, Francisco Lopes; pelo Sector Têxtil - António Lopes; pelo Sector da Energia - Euclides Pereira; pela Administração Pública - Domingos Abrantes; pelo Sector da Banca e Seguros - Jorge Pires; pelo Sector das Comunicações e Telecomunicações - Francisco Lopes; pelo Sector dos Transportes - Jerónimo de Sousa; pelo Sector das Celuloses e Papel - Virgílio Azevedo; pelo Sector dos Cimentos - Jerónimo de Sousa; pelas empresas do Sector das empresas de Auto-Estradas - Rui Fernandes; pelo Sector do Comércio - Fernanda Mateus.

**Ainda no âmbito da Comissão Política** são responsáveis: Agostinho Lopes pelo Grupo Parlamentar do Parlamento Europeu e pelas questões dos Pequenos e Médios Empresários, da Agricultura, das Pescas e do Turismo; Domingos Abrantes pelas questões dos Reformados, Deficientes e Sinistralidade no Trabalho; Fernanda Mateus pela Direcção da Organização da Emigração e pelas questões dos Imigrantes e Minorias Étnicas; Francisco Lopes pelas questões da Toxicodependência; José Casanova pelo «Avante!»; Octávio Teixeira pelo Grupo Parlamentar da Assembleia da República; Paulo Raimundo pela ligação à JCP no quadro da área da Juventude; e Vítor Dias pelo Gabinete de Imprensa e o Departamento de Propaganda.

No âmbito do Secretariado e para além da multiplicidade de tarefas decorrentes das funções deste organismo e das tarefas já referidas, nomeadamente a ligação às Direcções Regionais e Organismos Inter-Regionais, Albano Nunes é responsável pela Secção Internacional; Francisco Lopes, pelo Gabinete e pela Comissão de Organização; Jorge Cordeiro pelo Departamento de Propaganda e Gabinete de Imprensa; e Virgílio Azevedo, pelo Secretariado da Festa do «Avante!».

São directores do «Avante!» e do «Militante», respectivamente José Casanova e Albano Nunes, sendo a responsabilidade do «Avante!», a nível do Secretariado, de Domingos Abrantes.

O Comité Central encarregou a Comissão Política e o Secretariado de dar continuidade à arrumação das estruturas de apoio ao trabalho de direcção central, mantendo-se em funcionamento as comissões e grupos de estudos existentes na altura da realização do XVI Congresso.

PCP 1921 ▶ 2001



**a fazer história  
a construir futuro**

zação nas empresas com mais de mil trabalhadores; o desenvolvimento do trabalho junto da juventude para o fortalecimento da JCP e o alargamento da influência do Partido; a adequada estruturação da intervenção junto de outras camadas e sectores sociais; a dinamização das organizações de base, do seu funcionamento regular (nomeadamente com a realização de plenários mensais de militantes), da sua intervenção e vida própria; a realização das Assembléias das Organizações; o recrutamento de novos militantes e a sua integração na vida partidária; a elevação da militância e o fomento da iniciativa dos comunistas; a responsabiliza-

## SANTIAGO DO CACÉM Contra encerramento das minas do Cercal

O encerramento das minas do Cercal, resultante da «política de destruição do aparelho produtivo» levada a cabo pelo Governo do PS, merece a viva condenação da Comissão Concelhia da Santiago do Cacém do PCP, para quem tal medida traz «imensos prejuízos para 34 famílias» e tem reflexos evidentes na vida local e em toda a freguesia do Cercal.

O PCP alerta, ainda, para a tentativa de desmembramento a prazo da Petrogal e para a falta de medidas e investimentos indispensáveis à protecção, «quer dos postos de trabalho quer do meio ambiente na plataforma industrial de Sines e envolventes» e, depois de saudar a luta da população de Alvalade Sado pela saída de toneladas de farinhas de carne e ossos da zona, denuncia a rejeição pelo PS das propostas do PCP para introdução no PIDDAC de obras fundamentais para o Litoral Alentejano.

## TRAFARIA Governo esquece compromissos

O Governo «quer pôr a Trafaria fora do mapa do desenvolvimento», acusa, por sua vez, a Comissão de Freguesia da Trafaria do PCP. De facto, ignorando compromissos assumidos, o Governo não introduziu no PIDDAC verbas para a conclusão do troço de Pêra, não implementou a constituição da empresa Costagest e colocou em hasta pública o Presídio, obrigando a Câmara Municipal de Almada a despendar uma avultada verba na sua aquisição.

A última investida, denunciaram os comunistas, é agora a de rejeitar construir o terminal rodofluvial da Trafaria por implicar «a realização de avultados investimentos» e (supostamente) por «questões de segurança». Assim, o Governo prefere investir noutras carreiras e deixar a população da Trafaria a «atravessar o rio em barcos com mais de 50 anos», continuando a desrespeitar compromissos anteriormente assumidos.

## CASTELO BRANCO Abuso de poder na Covilhã

Em reunião recentemente realizada, a Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP, depois de expressar sentidas condolências à família do mineiro Carlos Matias, falecido num trágico acidente de trabalho, sublinha a necessidade de proceder ao completo apuramento das causas que estiveram na origem do acidente e reafirma a necessidade de medidas de segurança urgentes em sectores de alto risco e o reforço da capacidade de inspecção do IDICT.

O PCP manifesta ainda o seu apoio às lutas desencadeadas pelos trabalhadores de diversos sectores, nomeadamente têxteis, lanifícios e professores, em defesa do emprego, de melhores salários e pela dignidade e estabilidade profissionais.

Definindo, por fim, as eleições autárquicas de Dezembro como «tarefa maior», a DORCB manifesta a sua «preocupação pelo clima político vivido em algumas autarquias, como a Covilhã, onde se assiste «ao abuso do poder» pela maioria PSD e «à total confusão entre partido e autarquia local».

## OVAR Escola dos Combatentes com verba irrisória

Na sequência do protesto recentemente promovido pela Associação de Pais da Escola Primária dos Combatentes, a Comissão Concelhia de Ovar do PCP, solidária com pais, alunos e profissionais desta escola, apresentou na Assembleia de Freguesia de Ovar, através da representante da CDU, Manuela Mourão, um requerimento onde coloca questões referentes ao estado «deplorável» da mesma.

Manuela Mourão quer em primeiro lugar saber que medidas pretendem a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal tomar a curto prazo para resolver os problemas mais urgentes e solicita, depois, o agendamento urgente da questão e a constituição de uma comissão para o seu acompanhamento. Por fim, a representante da CDU, tendo em conta que «este problema tem vindo a ser adiado há pelos menos 7 anos», manifesta preocupação pelo facto de a Câmara, no seu Plano de Actividades para 2001, ter apenas contemplado a verba irrisória de 2500 para beneficiações para a Escola dos Combatentes.

Acidentes e atrasos marcam passo nas obras  
do Metro do Porto e impõem tomadas de posição do PCP

# Porto dois mil e quantos?...

**Em apenas quinhentos metros de percurso, o túnel do Metro do Porto já desalojou várias famílias, destruiu casas e bens, interrompeu uma artéria fundamental da cidade e provocou a morte a uma pessoa. PCP pede responsabilidades e exige decisões políticas da administração e da Junta Metropolitana.**

«Não é técnica nem politicamente admissível o que tem vindo a público sobre insegurança, desconhecimento dos problemas do terreno, não existência de uma carta de subsolo», afirma a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, na conferência de imprensa, realizada na segunda-feira, em conjunto com os eleitos da CDU na região.

O PCP recusa, pois, pactuar «com a condução de uma obra, o funcionamento de uma máquina, a actividade de uma empresa que, depois de todos os prazos ultrapassados à chegada e outros percalços (recorde-se que esteve marcado para 1999 o início dos trabalhos com a tuneladora), no percurso de pouco mais de 500 metros tenha já no seu «curriculum» este montante de imprevistos» e defende o apuramento de culpas da empresa construtora, atribuindo também à Administração do Metro do Porto e à

Junta Metropolitana a responsabilidade pelas conclusões e decisões daí decorrentes.

Para o PCP, «o encerramento da circulação nas linhas ferroviárias entre a Senhora da Hora e a Trindade» deve ser analisado à luz da situação concreta e acessibilidade da cidade do Porto, sendo, em seu entender, tecnicamente possível efectuar as obras necessárias naquele troço sem interromper totalmente a circulação.

### Estado de sítio

Com medidas desta natureza, o acesso diário ao centro da cidade dos actuais cerca de 15 mil passageiros – na Trindade ou na Boavista – traduzir-se-ia por cerca de 200 autocarros a «deslocarem-se num e noutro sentido, com várias paragens obrigatórias, pelas entupidíssimas vias, por entre estaleiros de obras», o que o PCP conside-

ra ser um problema «demandado sério e incompatível com medidas avulso» que não garantem a transformação do inevitável transtorno «num pesadelo» para muitos milhares de pessoas.

Entretanto, a abertura anunciada de novas frentes de obras no centro da cidade – designadamente a construção da estação subterrânea do Bolhão –, agravando substancialmente a situação e fazendo prever a instalação de um «estado de sítio» durante o ano em curso, «obriga a uma reflexão e à adopção de autênticas medidas de excepção em todos os planos».

A DORP e os eleitos CDU na região consideram que

«não são sustentáveis nem credibilizam a execução da primeira fase do projecto» os sucessivos atrasos na construção da Ponte do Infante e do financiamento para o avanço da Via de Ligação 9, não se percebendo as razões por que «as obras que actualmente decorrem no Aeroporto não contemplam qualquer conexão com a futura linha do Metro». Por fim, o PCP responsabiliza por esta situação o PSD e o PS que, por razões político-partidárias, «não têm assumido com verdadeiro sentido de Estado», quer na Assembleia Metropolitana do Porto quer nas autarquias do Grande Porto e no Conselho de Administração, a realização desta obra.

## Em defesa de Almada

O Plenário Concelhio de Quadros de Almada, realizado no passado dia 27, analisou a situação social e política e apontou como prioridade para a sua intervenção no ano 2001 o desenvolvimento da luta na defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações, a preparação das Eleições Autárquicas, bem como as comemorações do 80.º aniversário do Partido e dos 70 anos do «Avante!».

«As opções seguidas pelo Governo do PS de destruição dos sectores produtivos e na privatização de sectores básicos da economia» continuam a ter repercussões concelho», diz o PCP, exemplificando com o encerramento dos estaleiros da Margueira que, favorecendo os capitalistas, «tocou dolorosamente a população do Concelho de Almada – salários em atraso, despedimentos, fome e miséria em muitos lares».

No que respeita aos terrenos – agora disponíveis – da

Margueira, o PCP afirma-se contra o chamado «Manhattan» de Cacilhas e qualquer projecto «que não respeite a vontade e os interesses da população do concelho de Almada e as competências da autarquia em matéria de planeamento e ordenamento do território».

O Plenário abordou, ainda a questão do empenhamento do Poder Central na resolução dos problemas das populações e questões relacionadas com a segurança, a saúde, o emprego e a educação, que continuam a «arrastar-se e agravar-se».

No que ao poder autárquico diz respeito, os comunistas consideram que «o PCP e a CDU apresentam-se à população com uma obra», operada em vinte e cinco anos de Poder Local democrático, que colocou «o concelho de Almada no primeiro plano em termos nacionais», apesar «da desordem urbanística herdada».

## PCP saúda MPLA

O Comité Central do PCP saudou, no passado dia 4, o Comité Central do MPLA pela passagem do 40.º aniversário do início da luta armada desencadeada por este Movimento, que «levaria o povo angolano à sua conquista maior, a independência de Angola».

O Secretariado do PCP lembra que, «ao longo da luta contra o colonialismo e o fascismo forjaram-se laços de amizade e solidariedade entre o PCP e o MPLA que hoje, nas novas condições, continuam a ser uma realidade e uma necessidade para as

relações de amizade» entre os dois povos e países «e a luta por um mundo de paz e progresso».

Os comunistas portugueses confirmam, ainda, a sua solidariedade ao MPLA na «luta pela defesa da integridade territorial de Angola e da independência nacional, pela desmilitarização da Unita e pela extensão da administração do Estado a todo o território angolano», garantindo que prosseguirão a sua acção no sentido de reforçar «os laços tradicionais de amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos».

### ▼ CAMARADAS FALECIDOS

#### Carlos Simões Bogalho

Faleceu, no dia 1 de Fevereiro, o camarada Carlos Simões Bogalho, de 98 anos de idade, natural de Figueira da Foz, freguesia de S. Julião, tipógrafo reformado. O camarada estava organizado na freguesia do Estoril.

#### Francisco António Anacleto

Faleceu, no dia 29 de Janeiro, com 59 anos, o camarada Francisco António Anacleto, reformado da profissão de vendedor de automóveis. O camarada estava organizado na freguesia de Marrazes, Leiria, onde gozava de grande estima.

#### João Oliveira Cordeiro Melo

Faleceu, no dia 31 de Janeiro, com 78 anos de idade, o camarada João Oliveira Cordeiro Melo, residente na freguesia de Aldeia Galega da Merceana. Era um destacado militante do Partido e eleito na Assembleia de Freguesia. Era responsável pelas quotizações e pela distribuição do «Avante!».



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Comunistas da Moita reúnem 7.ª Assembleia

Reforçar o trabalho do Partido na freguesia, divulgar as propostas do Partido ao Povo e avançar com confiança a caminho das eleições autárquicas», são os princípios «pontos de orientação» da Resolução aprovada por unanimidade no passado sábado pela 7.ª Assembleia da Organização da Freguesia da Moita do PCP, que teve lugar na Associação de Moradores do Bairro Novo do Pinhal da Areia.

Num concelho de maioria CDU mas onde na freguesia a Junta é gerida pelo PS, a reconquista da maioria para a CDU a este nível foi naturalmente consignado como «o nosso principal objectivo», a par das muitas tarefas que a organização da freguesia assume no quadro das decisões do 16.º Congresso e do

normal funcionamento do Partido no concelho. No plano organizativo, foi decidida a realização de reuniões descentralizadas da Comissão de Freguesia nas várias localidades e bairros da freguesia, visando o contacto e enquadramento de todos os militantes nela organizados. Procedendo a uma autocrítica, mas partindo da valorização do trabalho realizado, a Assembleia não deixou de recensear dificuldades e debilidades partidárias, para cuja superação as medidas apontadas deverão contribuir decididamente.

A Assembleia, que teve ainda funções electivas quanto à Comissão de Freguesia, congregou mais de 40 delegados e nela participou o camarada Valdemar Santos, da DORS e do Comité Central.

## PORTO Queima de resíduos provoca demissão

No passado dia 26, pouco mais de um mês após a sua nomeação como Director Regional do Ambiente e Ordenamento do Território - Norte (DRAOT/N), o Professor Paulo Monteiro pediu a demissão do cargo. Em causa está a polémica em torno da queima de resíduos hospitalares do Hospital de S. João e os graves inconvenientes daí resultantes para a saúde das populações, caso não sejam adoptadas medidas de limpeza de fumos. A situação foi objecto de uma exposição feita pela Escola Superior de Educação ao ministro do Ambiente, dando origem ao procedimento legal adequado por parte da DRAOT/N. Mas a ministra da Saúde, em vez de zelar, como lhe compete, pela saúde da população, teceu críticas à aplicação da lei, o que levou à demissão de Paulo Monteiro, a quem a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP manifesta o seu apreço, «pela dignidade» demonstrada na defesa do bem-estar e da saúde públicas.

## SETÚBAL Situação laboral agrava-se na Câmara

Em reunião há pouco realizada, a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP manifestou preocupação face à evolução de problemas laborais nalgumas empresas, como a Merloni ou a Inapa, onde já existe pré-aviso de greve, e considerou a suspensão de quatro bombeiros da Companhia de Sapadores de Setúbal como uma tentativa do Governo de, face à incapacidade da Câmara em apresentar soluções, travar de forma administrativa a luta dos bombeiros. O PCP registou ainda o agravamento dos problemas laborais na generalidade dos serviços da Câmara Municipal de Setúbal, que não só ignora os problemas e solicitações dos trabalhadores como continua a perseguir inúmeros funcionários, e apelou à população para que prossiga as manifestações de descontentamento contra a instalação do processo de co-incineração na serra da Arrábida.

Por fim, a Concelhia do PCP aprovou um plano de trabalho com vista às eleições autárquicas e iniciou a discussão em torno dos objectivos e candidatura da CDU.

## ÍLHAVO Abaixo-assinado exige regresso da EDP

A Comissão Concelhia de Ílhavo do PCP e a CDU estão, por sua vez, preocupadas com o encerramento do balcão da EDP em Ílhavo, pelo enorme transtorno que causa às pessoas, sobretudo às mais idosas e com dificuldades de mobilidade. Assim, e considerando que a EDP e as autoridades que a apoiam «não podem fazer aquilo que querem», até porque Ílhavo «não é uma qualquer aldeia perdida nos contrafortes» de uma serra, a CDU vai promover um abaixo-assinado, a subscrever pela população, para que a delegação da EDP volte à sede do concelho e para que abra um balcão na Gafanha da Nazaré. O PCP critica a privatização da EDP, de que resultou o agravamento para as populações da prestação de um serviço que é público, e entende que os portugueses o que devem exigir é que esta empresa, que já foi pertença de todos e tem um valor estratégico para o País, seja bem gerida e colocada ao serviço das populações.

# A bolsa ou a vida

**É** este o dilema que um destes dias o Governador do Banco de Portugal, militante do PS, Victor Constâncio, apresentou aos trabalhadores portugueses. Ou moderação salarial ou desemprego!



Agostinho Lopes  
Membro da Comissão Política

Criticando o Governo pelo brutal (!?! aumento de salários acordado com organizações da UGT para os trabalhadores da Função Pública, 3,71%, Victor Constâncio traçou um quadro negro - desemprego, recessão - caso os assalariados portugueses exijam aumentos de salários e não dirijam parte dos seus magros salários para a poupança.

Tudo acompanhado da conhecida receita do corte da Despesa Pública o que significa, além de restrições nos vencimentos dos trabalhadores do Estado, redução das despesas com a saúde, com a educação...

O Sr. Governador começa por se esquecer que parte desses 3,71% corresponde à correcção salarial de 2000 - promessa solene do sr. Primeiro-Ministro na Assembleia da Repúbli-

por-se que os trabalhadores da Função Pública vejam o seu poder de compra reduzido em 2001!

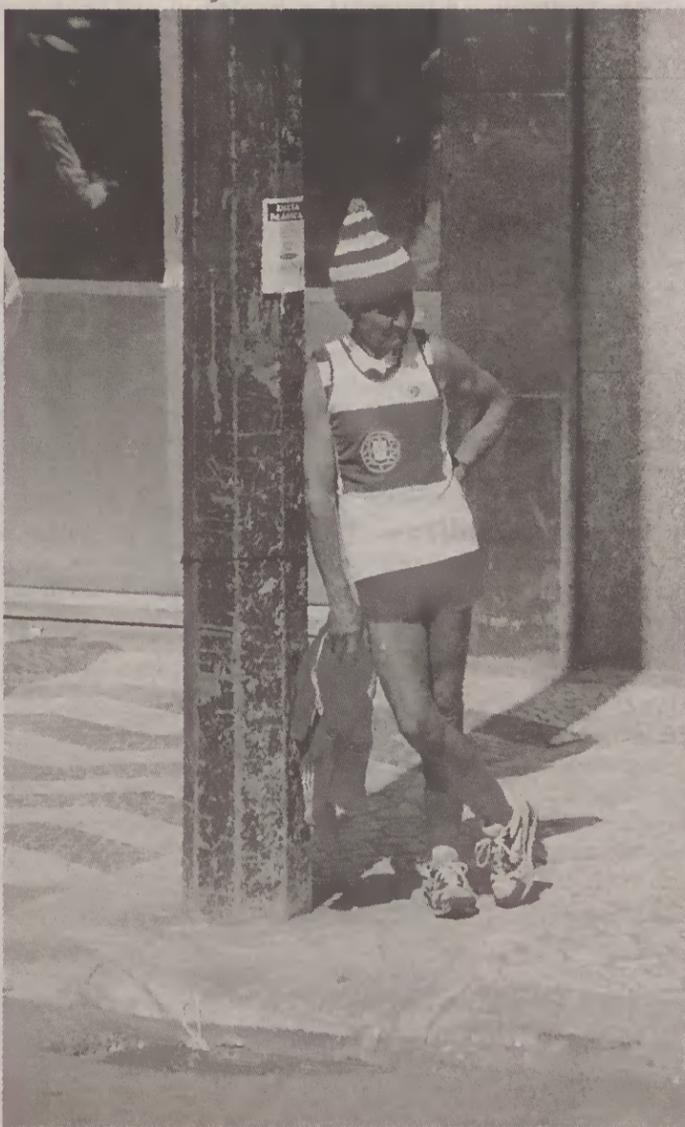
Aproveitando a embalagem, o ministro das Finanças, Pina Moura, que passa ao lado das críticas implícitas na intervenção do Governador do Banco de Portugal à gestão do seu Ministério, corrobora, «a escolha é entre um crescimento mais forte e mais sustentado, com mais moderação salarial, embora com ganhos reais nos salários, ou numa perspectiva de médio prazo, recessão e desemprego». No caso dos trabalhadores da Função Pública, estão-se mesmo a ver «os ganhos reais»! Só se nos esquecermos do ano 2000 (!), ou acreditarmos na taxa de inflação prevista pelo Governo (2,7% a 2,9%)!

A argumentação, para não se dizer que se está a receber ordens do Banco Central Europeu, era a inevitável! Estamos na moeda única. Logo, a manutenção da competitividade das empresas portuguesas só se pode fazer à custa dos salários! Ou então, desemprego a curto ou médio prazo. E

## “O que se passa com a competitividade e produtividade da nossa economia?”

ca, pelo facto de o aumento negociado com a função pública em 2000 ter sido decidido na base de uma taxa de inflação calculada antes da subida do preço dos combustíveis! Logo, como a taxa de inflação que o próprio Governador admite ser a previsível para 2001 vai de 2,9% a 3,3%, está a pro-

depois, o arrazoado sobre a baixa produtividade da economia portuguesa, o que é real, e a também conhecida tese de que os salários dos portugueses deverão ter como referencial de crescimento o aumento dos custos do trabalho na área Euro e os diferenciais de produtividade real.



### Interrogações e constatações

Mas só se lembram da produtividade depois da opção que tomaram (juntamente com o PSD e o CDS/PP) pela moeda única? Ou o raciocínio foi: cria-se o espartilho da moeda única, do Pacto de Estabilidade, etc., e depois dizemos ao mexilhão: é uma chatice mas não há outra solução, aperta o cinto!

Mas de quem depende o crescimento da produtividade? Não é da condução da política económica, da política educativa... isto é, do Governo e dos empresários? Logo, o que se propõe, mais uma vez, é que pague o justo pelo pecador!

Então, depois de todas as privatizações que iam melhorar a eficiência da economia portuguesa (por exem-

plo, a banca privada ia tornar mais barato e mais fácil o crédito para as empresas investirem!); depois de todos os milhões de contos de fundos comunitários e nacionais, de todos os PEDIP etc., oferecidos às empresas para investirem em organização e tecnologia; depois de todos os milhões de contos do Fundos Social Europeu gastos em formação profissional; depois de todas as «reestruturações empresariais», com o despedimento, reformas e pré-reformas de milhares de trabalhadores, suportados pelo orçamento da Segurança Social, e com trabalhadores com os salários mais baixos da União Europeia (insista-se: inferiores aos da Grécia), o que se passa com a produtividade e a competitividade da economia portuguesa?! Ou será que é verdade o comentário feito, a propósito da produtividade das empresas portuguesas, por um jornalista um dia destes: «(...) há um factor do qual raramente se fala mas que nos deve temperar as expectativas: boa parte do empresariado português é avesso a inovações e a riscos. Prefere salários baixos e trabalhadores conformistas a mão-de-obra culta e melhor preparada e prefere muitas vezes aplicar as mais-valias na ostentação do que na melhoria dos bens que produz» (Manuel Carvalho, Público de 27 de Janeiro de 2001).

### Moderação para alguns

Uma evidência a constatar: a convergência dos salários dos portugueses com os valores da Comunidade Europeia fica para as calendas gregas!

Outra constatação, como o PCP previu e preveniu, os salários e o desemprego, no quadro da moeda única, passaram a constituir, para o Governo, o grande capital e muitos «especialistas», as únicas variáveis de ajustamento da economia portuguesa. Os lucros são uma realidade intangível. Melhor, não existem. Moderação salarial sempre, moderação dos lucros nunca.

Um bom exemplo dessa visão da política económica são os valores já conhecidos para o crescimento dos lucros de alguns bancos em 2000. Os três maiores, BES, BPI e BCP, somam 178 milhões de contos, com crescimentos, respectivamente, de 11%, 22% e 87,2%! O Banco espanhol BBVA teve mesmo um crescimento dos seus lucros de 90,9%!

Há outro caminho e outras soluções. Pensar noutra repartição do Rendimento Nacional. Reflectir sobre as consequências económicas de salários revalorizados, na dinamização do mercado interno, no impulso à aceleração da produtividade. Na exigência junto dos órgãos comunitários das medidas necessárias para a convergência real das economias.

Mas esta é uma música que a política de direita do Governo PS não conhece.

## Paranhos

A convocação, por requerimento da CDU, de uma Assembleia de Freguesia extraordinária para discussão das questões ambientais motivadas pelo funcionamento da incineradora do Hospital de S. João, é uma das expressões do descontentamento popular naquela freguesia por razões ambientais. Em nota de imprensa, a CDU de Paranhos confirma o apoio à «justa luta dos estudantes e moradores» e refere que reafirmará, uma vez mais, as suas preocupações e as suas propostas concretas «sobre um conjunto de problemas ambientais que se colocam aos paranhenses e a todos aqueles que estudam e trabalham na freguesia», propostas essas que, segundo a CDU local, não têm merecido da Junta a atenção necessária.

## Moita

A Câmara Municipal da Moita, através do seu vereador José Fernandes, participa na reorganização da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo. Esta comissão, anteriormente designada por Comissão de Protecção de Menores, sempre contou com o apoio de duas técnicas da autarquia, que acompanharam alguns dos casos mais alarmantes. A Comissão de Protecção de Menores foi criada no município da Moita, em Novembro de 1994, encontrando-se a funcionar nas instalações da Câmara Municipal da Moita, junto à ex-Socorquex. Outra medida de apoio às populações mais desfavorecidas deste concelho, promovida pela autarquia, é o reforço do abastecimento de água aos bairros da Esperança e 25 de Abril, situados na localidade do Penteadado, executando uma obra de interligação das redes da Moita e do Penteadado. Estes dois bairros não dispõem de redes públicas de água, possuindo apenas um furo de capacidade reduzida. Esta obra, no valor de 45 mil contos, insere-se num plano mais vasto de melhoria dos sistemas de abastecimento.

## Évora

A campanha de higiene e limpeza «Évora cidade limpa» continua a digressão pelos jardins de infância e escolas do ensino básico do concelho. Estas visitas só irão «terminar quando todos estes estabelecimentos de ensino tiverem sido contemplados», assegura a autarquia, na nota de imprensa enviada sobre o assunto. Esta preferência pelas escolas e jardins de infância prende-se com as prioridades da câmara em incrementar os hábitos de higiene e limpeza nos mais novos o que, segundo a Câmara Municipal, facilita a tarefa de fomentar estes hábitos a todos os habitantes do concelho. Este processo estará terminado no próximo dia 13 de Fevereiro com a visita às escolas que faltam.

CDU manifestou-se contra as alterações à lei eleitoral das câmaras municipais que PS e PSD propõem

# Quem não deve não teme

**A coligação afirma não ter medo da fiscalização dos outros partidos e que, para a lei passar, é preciso que regresse o Bloco Central, o que confirmaria a equivalência dos dois partidos nas questões essenciais.**

A serem aprovadas, as alterações à lei eleitoral autárquica, propostas por PS e PSD, corresponderão à destruição do poder local marcado por características de pluralidade e participação, considerou a Comissão Coordenadora da CDU, em conferência de imprensa realizada na passada terça-feira, dia 6. Jorge Cordeiro, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP — que aparecia na mesa ladeado por José Luís Fernandes, da Comissão Executiva Nacional do PEV, e por Hélio Bexiga, da ID —, afirmou que a capacidade de realização do poder local «não é alheio um sistema eleitoral que consagra uma composição dos órgãos como espaço de participação democrática, que favorece a cooperação de eleitos de forças políticas diversas e a unidade em torno dos problemas concretos e da sua resolução».

### Têm surgido opiniões de autarcas do PS e do PSD contra as alterações

Para a CDU, é incontestável que em matéria de fiscalização legal e democrática, «a presença de eleitos de outras forças políticas nas câmaras municipais são uma garantia mínima de legalidade, de efectivo conhecimento e verificação dos processos e actos de gestão e de decisão». Assim, a constituição de executivos monocolores traduzir-se-ia num efectivo empobrecimento dos mecanismos de fiscalização e constituiria um rude golpe na transparência da gestão de muitas das autarquias. A Comissão Coordenadora da CDU sublinhou ainda, «com a autoridade que lhe confere o seu reconhecido percurso de trabalho e realizações nas autarquias e na construção do poder local, que prosseguirá a sua luta e intervenção por um funcionamento colegial das autarquias assente em critérios de diálogo, de apelo à participação e



A CDU considera que, mesmo que seja aprovada, a lei não deve entrar em vigor este ano

ao envolvimento no trabalho de todos os eleitos».

«Com a tranquilidade de quem, convivendo bem com opiniões diferentes e com contribuições diversas, não teme a presença fiscalizadora e exigente de outros», afirmou Jorge Cordeiro.

### Uma lei a travar

«Para já, vamos travar a batalha para que a legislação não seja aprovada e confiamos que haja um movimento suficientemente expressivo na opinião pública que impeça este arranjo entre PS e PSD», afirmou o dirigente do PCP, antes de referir que, caso a lei

seja aprovada, «é necessário saber se alguém está disponível para alterar regras de jogo, que são fundamentais e básicas, a poucos meses do acto eleitoral».

A CDU afirma que não está sozinha e que têm surgido na comunicação social opiniões, inclusive de eleitos autárquicos do PS e do PSD, «diversas daquelas que estão patentes nos projectos de lei dos seus próprios partidos», que olham com desconfiança e protesto as intenções dos promotores das propostas legislativas.

«A grande questão é saber se PS e PSD se entendem e se mais uma vez, em questões fundamentais do regime, o

bloco central funciona», disse Jorge Cordeiro, que lembrou que esta lei para ser aprovada precisa do voto de dois terços dos deputados, pelo que todas as outras questões se tornam secundárias, pois só um entendimento entre estes dois partidos somará os dois terços necessários.

As críticas da CDU às propostas de alteração à lei não significa que a coligação considere que tudo está bem — daí a apresentação do projecto de lei 179/99, que reforça os poderes da Assembleia Municipal —, mas considera que o «sistema eleitoral corresponde às necessidades das autarquias e à realidade autárquica do nosso país».

## Fomentar o desporto no Alentejo

Iniciou-se, no passado dia 3 de Fevereiro, a primeira edição dos Jogos do Alentejo. A abertura foi marcada pela participação de centenas de crianças nas cerimónias realizadas nas cidades alentejanas do Redondo, Moura e Portalegre. Os organizadores esperam mais de 25 mil participantes em cerca de 30 modalidades, ao longo de cinco meses.

Para os promotores, estes Jogos serão «a mais vasta organização desportiva do País e uma forma de demonstrar a capacidade organizativa da Região, afirmando-a em termos nacionais através de uma iniciativa inédita». Os Jogos assentam em dois princípios fundamentais: a coordenação de esforços entre todas as entidades que têm a ver directa ou indirectamente com o desporto (movimento associativo, autarquias, escolas) e a descentralização da organização de forma a garantir que chegue a todas as localidades, freguesias e concelhos. Os Jogos do Alentejo não devem «ser entendidos somente como uma organização desportiva interdistrital (ou interassociações de municípios) que vise, unicamente, apurar as melhores equipas existentes nos concelhos». Para isso, dizem os organiza-

dores, existe o desporto federado — que abrange um grupo muito restrito. Assim, «devem ser entendidos como a organização de um serviço que é prestado a toda a população e, em especial, à juventude».

Os Jogos decorrerão em quatro fases, de forma a permitir a participação de todos quantos desejarem. Haverá o apuramento das equipas por freguesia, por concelho, por sub-região (norte alentejano, distrito de Beja, de Évora e litoral) e, o culminar, as finais regionais. Cada associação de municípios promove as actividades que entender no âmbito do quadro definido pela comissão organizadora, de forma a descentralizar ao máximo os eventos, para que estes cheguem ao maior número de jovens possível.

«As autarquias locais do Alentejo têm tido, ao longo dos anos, uma actividade consistente e persistente na criação de condições para a prática desportiva e na promoção e desenvolvimento das actividades desportivas» afirmou, em declarações ao «Jornal dos Jogos», Abílio Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Évora e co-organizador do evento considerado o inspirador destes Jogos: as Olimpíadas Populares do Distrito de Évora.

A Comissão Coordenadora da CDU de Santarém deu uma conferência de imprensa para fazer o balanço da actividade municipal e das perspectivas futuras. A CDU considera que «a gestão da maioria do Partido Socialista e do senhor presidente da Câmara está conduzindo o concelho para uma degradação cada vez maior, a todos os níveis» e que o ano 2000 confirmou a «incapacidade do senhor presidente de administrar democraticamente a Câmara Municipal, agravando-se o défice democrático, a secundarização e o afrontamento com as instituições e organizações que de alguma forma deram sinais de discordância com a sua política».

Analisando mais ao pormenor o que foi a gestão PS no ano 2000, consideram que o Plano de Actividades «mais não foi do que um mero enunciado de carências» e que «o documento apresentado pela maioria PS do Executivo e da Assembleia Municipal, caracteriza-se por não estabelecer claramente os objectivos a atingir, permitindo uma gestão casuística em função de interesses e com resultados seguramente não benéficos para o Concelho e o seu desenvolvimento».

A CDU de Santarém acusa o executivo camarário de atrasos graves em obras necessárias. Dão como exemplos ilustrativos, entre outros, o «novo centro de saúde e o seu desdobramento, programado para estar concluído no ano 2000, nem sequer foi iniciado», tal como as obras de restauro e beneficiação do Teatro Sá da Bandeira, a construção do terminal de camionagem e o «desassoreamento do Tejo, numa faixa bastante para o aproveitamento recreativo do rio, projecto previsto para ser iniciado em 1997 e concluído em 2000, nem sequer foi iniciado».

«A queda das muralhas, das barreiras de Santarém, e recentemente, da estrada para Alfange, é a consequência natural da inércia e do desleixo, não só dos sucessivos governos, mas principalmente da maioria do Partido Socialista que tem gerido os destinos municipais», acusa a coligação, que lembra o pouco que foi feito pela afirmação daquela que foi a grande bandeira do PS — a candidatura de Santarém a Património Mundial. De qualquer forma, lembram, «todo o processo continua na mesma, ou até em situação

pior, devido à queda das muralhas».

### Perspectivas

«A CDU quer reforçar a sua intervenção política, ganhar mais votos e ganhar mais freguesias, e aumentar o número de eleitos nos órgãos municipais, quer na Câmara quer na Assembleia». São estes os objectivos expressos pela Coordenadora de Santarém, que se considera consciente «do quadro político actual, desconhecendo-se ainda a legislação que vai regular o próximo acto eleitoral», e que se afirma disposta a trabalhar com todas as suas forças e capacidades para intervir nessa difícil batalha «com resultados positivos para os direitos e interesses do concelho de Santarém».

A nota da CDU afirma que esta é a força política que «tem um projecto autárquico que privilegia o contacto estreito e regular com as populações, sendo porta-voz privilegiado dos seus direitos, interesses e aspirações, que se pauta pela honestidade e pela competência, pelo trabalho e pela dedicação», recusando benesses de qualquer espécie.

## Diferenças à vista

## 12.º ano obrigatório

A escolaridade obrigatória vai passar do 9.º para o 12.º ano, segundo a agência Lusa. A secretária de Estado da Educação, Ana Benavente, afirmou já que este é um objectivo a cumprir a médio prazo, «porque as escolas não estão preparadas».

Em declarações ao *Avante!*, Hélder Morais, da JCP, manifestou o seu agrado em relação à implementação desta medida, mas exigiu a sua rápida passagem do papel para a prática. «Para isso é necessário um real investimento na educação», afirmou, referindo que esta medida pode contribuir para a diminuição do abandono escolar. Hélder Morais considerou ainda que a frequência do ensino secundário pode funcionar como um impulso para a passagem para o ensino superior.

## Ovar pede obras na Escola dos Combatentes

A Associação de Pais da Escola dos Combatentes, em Ovar, protestou contra as actuais condições da instituição e exige a realização de obras de fundo. Entre outros problemas, a escola tem infiltrações de água que põem em perigo o sistema eléctrico, soalhos abatidos no primeiro andar e casas de banho sem portas. A Câmara Municipal acusa os pais de criar «factos políticos», mas estes afirmam que têm como único objectivo resolver rapidamente a situação e crítica as pequenas obras que a autarquia está a fazer na escola, classificando-as como «operações de cosmética, visando camuflar atabalhoada e apressadamente uma realidade incómoda».

## Alunos de música protestam

Os alunos da Escola Profissional de Música e Artes de Almada saíram à rua na semana passada para exigir o pagamento dos subsídios, em atraso há cinco meses, com um protesto original: concertos de música clássica, canções africanas e uma pequena encenação teatral. Os estudantes reivindicam ainda a melhoria do material didáctico e das condições de ensino e o pagamento dos salários dos professores, também em atraso. Os alunos, em greve há três semanas, alertam para o facto de muitos docentes estarem já a abandonar a escola.

## Estudantes exigem mais segurança em Lisboa

# Atacar as causas da criminalidade

Na sequência da morte de um aluno do IST, realizou-se ontem uma marcha silenciosa pelas ruas de Lisboa exigindo mais segurança. João Rosa, da Associação de Estudantes, e António Abreu, vereador da Juventude, falam ao *Avante!* desta questão.

Uma semana e meia depois do assassinato de um aluno do Instituto Superior Técnico (IST), em Lisboa, estava marcada para ontem uma marcha silenciosa pelas ruas de Lisboa pedindo mais segurança. A iniciativa, organizada pela Associação de Estudantes daquela instituição, contou com o apoio da JCP, do PCP e da Câmara Municipal de Lisboa (CML), entre outros.

Em declarações ao *Avante!*, João Santos Rosa, presidente da AE, afirmou que o luto académico só será levantado quando «haja uma reacção do poder político». «Desafio o senhor primeiro-ministro e o senhor Presidente da República a manifestarem-se publicamente sobre esta situação e a assumirem um compromisso perante a população», declarou.

O Ministério da Administração Interna - responsável pela PSP - prometeu um aumento de 10 por cento dos agentes colocados no policiamento das ruas. «Mas interessa saber quando, qual a formação que irão ter depois de estarem tanto tempo em serviços administrativos e quais os programas de combate ao crime que estão em estudo», diz o dirigente estudantil. Ainda não obtiveram qualquer resposta a estas questões.

João Rosa aponta como razões para os assaltos que se verificam na zona «um factor de exclusão social» e refere «a demolição de alguns bairros problemáticos. Tem-se sentido a mobilidade dessa população não inserida socialmente.»

**Todos consideram que as razões da criminalidade estão na sociedade**

«Se calhar não houve uma reinserção social que acompanhasse o ritmo do derrube dos bairros degradados, o que fez com que a subsistência dessas pessoas - quer por problemas de toxicodependência - quer por sobrevivência - alastrasse o fenómeno dos assaltos para esta zona da cidade», considera.

### Apoio da Câmara

A Câmara Municipal de Lisboa reuniu-se duas vezes com a AE, nesta semana. «Fizemos um apelo à CML para que reconheça publicamente que há um problema de insegurança na cidade e que, connosco, peça ao Governo que a segurança pública seja uma prioridade política. Temos um problema e gostaríamos muito que o Governo viesse ao encontro das necessidades da população», declarou João Rosa.

Na reunião que mantiveram na segunda-feira, foi decidido criar uma comissão,



«Espero que esta situação se encaminhe para uma luta realista, visando as verdadeiras causas da criminalidade», diz José Vasconcelos, da JCP

são, com o objectivo de diminuir a insegurança na zona do IST. Essa comissão será constituída por representantes da CML, da AE, do Conselho Directivo da escola e da PSP.

Em entrevista ao *Avante!*, António Abreu, vereador da Educação e Juventude, lembrou que «estes problemas não se resolvem de um momento para o outro. São problemas relacionados com a própria sociedade em que vivemos, ligados a situações de desemprego e às condições sociais».

«As possibilidades de uma câmara municipal intervir para resolver estes

problemas são limitadas. Mas temo-lo feito, ao acabar com os bairros de barracas e possibilitando condições de vida dignas às pessoas, ao facilitar a prática generalizada do desporto e contrariando a política do Governo do PSD de eliminar esquadras, concentrando as super-esquadras», considera.

Nos últimos anos foram abertas sete novas esquadras de bairro na cidade, com a disponibilização de terrenos e meios da CML. António Abreu acrescenta que o município procura abrir novas esquadras de menor dimensão, com uma

lógica de relação de proximidade com a população.

«As zonas de maior insegurança não correspondem às zonas de maior criminalidade. O problema de sentimento de insegurança é inflacionado, fenómeno a que não é estranho a comunicação social», afirma o vereador.

António Abreu não ignora as possíveis manobras políticas. «É evidente que o PP está a desencadear uma campanha de aproveitamento das questões de insegurança, em benefício político, quando é sabido que eles nada têm feito para resolver estes problemas.»

## José Vasconcelos, da JCP Apoiar os jovens desfavorecidos

José Vasconcelos, responsável do colectivo da JCP do IST, lamenta a morte do colega, mas alerta para as razões sociais do crime. «Espero que esta situação se encaminhe para uma luta realista, visando as verdadeiras causas da criminalidade», afirma.

«A criminalidade não ocorre porque há indivíduos melhores e piores, mas porque a sociedade tem desequilíbrios que geram conflitos, exclusão e miséria. Estamos a lidar com pessoas. Não é como nos filmes, em que há bons e maus. Se calhar a pessoa que matou o nosso colega estava a roubar para mais um chuto, com a desesperada necessidade de comprar mais droga e teve um momento de pouca lucidez», refere.

José Vasconcelos lembra que a criminalidade que existe na zona do IST está englobada na criminalidade das imediações. «Não é por o Técnico estar lá que há assaltos, ao contrário do que acontece com algumas escolas secundárias. Os assaltos são mais frequentes na Alameda, um sítio onde passa muita gente e que está perto da linha vermelha do metro, uma linha ligada a zonas problemáticas, como Chelas.»

### Soluções

Este dirigente da JCP considera que é importante pôr mais polícias nas ruas, «mas isso só por si não resolve, porque os

problemas continuam lá». «A solução passa por criar centros de entretenimento, por práticas culturais e desportivas, no fundo dar sentido à vida dos jovens. Os jovens precisam de alguém que os compreenda. Muitas vezes os pais não os percebem ou não lhes ligam nenhuma, e os jovens não sentem nenhuma orientação na vida.»

E refere como exemplo o filme francês «Ódio», de Mathieu Kassovitz, onde as três personagens andam a vaguear pela cidade, expandindo a sua revolta.

### Responsabilidades

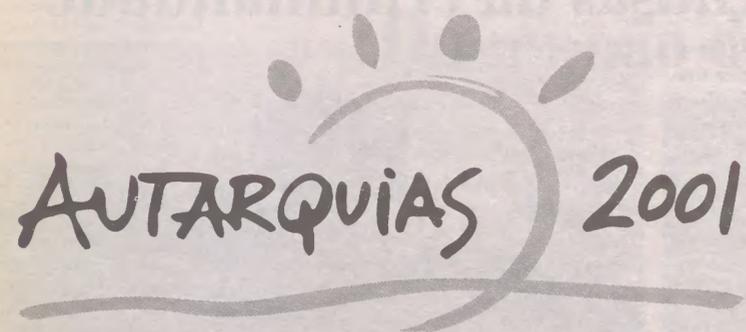
Muito se tem falado de aproveitamento político e de culpas, mas José Vasconcelos não hesita em afirmar que «a responsabilidade da CML é praticamente nula, visto controlar apenas a Polícia Municipal, que não tem funções de segurança. Quem controla a PSP é o Ministério da Administração Intern.»

«Acho que se está a procurar acusar a Câmara Municipal e gerar um movimento contra ela, quando a responsabilidade é do Governo», comenta.

E acrescenta que há alguns anos que não se discutia a insegurança no Técnico. «Até há semana passada, não se falava sobre o tema. É estranho que este assunto apareça agora com esta força.»



O IST de luto



# O ataque ao Poder Local

**A** aprovação do processo de alteração do sistema eleitoral para as Câmaras Municipais, proposto pelo PS, constituiria um elemento redutor da democraticidade do Poder Local e um novo factor de empobrecimento da vida política. Significaria também uma deslegitimação da vontade directa das populações, uma limitação à colegialidade e pluralismo na gestão das autarquias e um golpe nos mecanismos de fiscalização e controlo democrático do poder.

Os argumentos invocados a favor desta alteração são, por tão frágeis e inconsistentes, a prova de que as razões que levam o PS a querer substituir um sistema com provas dadas ao longo de 25 anos são ditadas mais por uma visão de exercício de poder absoluto e sem controlo do que por razões de interesse do Poder Local e das populações. É necessário travar a batalha para impedir a sua concretização. Não por

razões de cálculo de ganhos e perdas globais que, objectivamente e do ponto de vista de número de vereadores, nem seriam no imediato desfavoráveis ao PCP. Mas sim pela firme convicção de que o sistema actual tem um grande e insubstituível valor democrático que, a perder-se, levaria consigo o que de mais importante assegura em termos de eficácia, participação democrática e transparência de procedimentos.

A fragilidade dos argumentos invocados pelo Governo e pelos seus aliados do PS e do PSD – este apresentou um projecto que, embora um pouco diferente, garante também as maiorias absolutas aos partidos mais votados – fica clara com as 10 respostas, constantes de um folheto editado pelo Partido e que, dada a sua importância para a compreensão do que está em causa, o *Avante!* decidiu reproduzir.

## Mais 1% de estabilidade?

O argumento que pretende atribuir a estabilidade como objectivo a atingir com esta alteração é comprovadamente falso. Bastaria recordar que em sete mandatos autárquicos apenas por 19 vezes (que correspondem a menos de 1% dos 2135 executivos municipais constituídos nos sucessivos actos eleitorais) foi necessário recorrer a eleições intercalares e que em dez dessas situações a força maioritária que detinha a presidência se encontrava em maioria absoluta. E que a atestar esta estabilidade está o facto de desde 1990 apenas se terem realizado duas

eleições, a de Albufeira em 1996 e São Pedro do Sul em 2000. Ou recordar, àqueles que identificam a estabilidade com uma maioria absoluta de mandatos da força maioritária, que no actual mandato em 276 municípios dos 305 eleitos (ou seja, em 90% do total) a força política que detém a presidência dispõe da maioria absoluta dos mandatos. E, assim sendo, ninguém pode acreditar que seja por causa das situações de maioria relativa existentes apenas em 10% dos municípios que o PS pretenda impor uma tão drástica alteração do sistema eleitoral para as autarquias.

## Menos debate é mais eficácia?

Associado à ideia da estabilidade, procura-se com este argumento vender a ideia de que a presença de outros eleitos é por si um factor de perturbação ao andamento dos processos de decisão. É, por isso, oportuno sublinhar em desfavor deste argumento, três questões: Em primeiro lugar, é de salientar que, em regra e na generalidade das autarquias, uma elevadíssima percentagem das deliberações (por vezes próxima dos 80% ou mais) são tomadas por unanimidade; Em segundo lugar que, não raras vezes, é o processo de debate e de apresentação de pontos de vista diferentes que permite que se adoptem

as melhores decisões; Em terceiro lugar, em resultado da concentração de competências no Presidente, uma parte muito significativa dos actos de gestão que alegadamente seria afectada pela presença de outros, já hoje é decidida sem recurso a decisão do executivo e sem quebra de operacionalidade. E por último constatar que, apesar da concepção e orientação dominante do PS para um comportamento nas autarquias ditado por meros critérios de oposição, não são poucos os eleitos deste partido que têm optado por uma postura construtiva e de assunção de responsabilidades em situações de minoria.

## Poder absoluto é governabilidade?

A estabilidade no funcionamento dos órgãos e a comprovada eficácia nos processos de deliberação são o mais evidente desmentido de uma alegada falta de governabilidade que as autarquias enfrentariam como pretendem os promotores das alterações às leis eleitorais. A menos que, para esses, a governabilidade seja sinónimo de um

poder absoluto com reduzidos mecanismos de controlo. A haver factores que condicionem os níveis de governabilidade – entendida enquanto processo de desempenho célere e eficaz das competências que lhe estão cometidas – eles residem não no sistema eleitoral mas na legislação autárquica e na complexa teia de procedimentos necessários a cada acto administrativo que lhe está associada.

## Como valorizar as assembleias municipais?

A tentativa de apresentar esta alteração como um factor de valorização e afirmação dos órgãos deliberativos é um argumento pouco sério e inconsistente. Desde logo porque a afirmação e a dignificação do papel das assembleias municipais não é incompatível com a eleição directa dos executivos municipais nem se percebe por que teria que ser feita à conta da eliminação da presença dos vereadores dos partidos de minoria nos executivos municipais. A valorização do papel das assembleias municipais depende sobretudo do reforço dos poderes efectivos e dos seus meios e condições de funcionamento e não da atribuição da competência, pouco mais que formal, de selar com o seu voto a composição do executivo municipal moldado à partida pela força do voto da força ganhadora. É um facto que, ao

estabelecer como condição para a aprovação por um terço dos membros da assembleia municipal da proposta de executivo a apresentar pelo presidente, o papel da assembleia e das forças políticas não maioritárias é pouco mais que formal. É de recordar que praticamente nenhum partido conquista a Presidência da Câmara com menos de 33,3% dos votos e, por isso, em princípio, a força ganhadora terá quase sempre um terço dos votos na Assembleia Municipal. Só no domínio do cinismo é entendível que aqueles que em momentos sucessivos de alteração da Lei de Atribuições e Competências foram esvaziando o poder das assembleias municipais (no domínio orçamental, regulamentar e tarifário só para citar três exemplos mais evidentes) a favor da eficácia do poder executivo, venham agora em nome do que desvalorizaram sustentar esta alteração eleitoral.

## O que destrói a censura construtiva?

A proposta de moção construtiva, apresentada como a jóia do alegado renascimento das assembleias municipais como sede efectiva do poder deliberativo e de supervisão do órgão executivo, não passa do domínio do emblemático. O poder que, generosamente, o projecto do PS atribui à «oposição» para, através da moção construtiva, destituir a câmara municipal, dependente para ter eficácia da condição de ser aprovada por dois terços, não reúne na generalidade dos municípios condições para ter eficácia. De facto, de acordo com a actual composição das 305 assembleias municipais do país apenas numa, Alter do Chão, haveria condições para uma maioria de dois terços capaz de fazer aprovar, ao que consta do projecto do PS por duas vezes, a moção de censura capaz de obrigar à demissão do executivo.

Ou seja, no único momento em que seria possível questionar a formação do executivo municipal, a partir de uma proposta da exclusiva responsabilidade do presidente da Câmara Municipal, o êxito dessa iniciativa está à partida dependente da vontade da força maioritária e portanto votada ao fracasso. Aliás os defensores desta solução conhecem que este mecanismo de controlo não passa de um mero adorno democrático. Propõem-no porque o sabem inaplicável. Como o atesta as consequências que dele resultariam se funcionasse: ao prever que, no início de cada mandato, a proposta de executivo municipal se sujeita a duas votações de rejeição resultaria a convocação de eleições intercalares está bem à vista que este mecanismo constituiria, a ter aplicação, um factor de irremediável instabilidade e ingovernabilidade.

## Fiscalizar à distância é melhor controlo?

É incontestável que, em matéria de fiscalização legal e democrática, a presença de eleitos de outras forças políticas nas câmaras municipais é uma garantia mínima de legalidade, de efectivo conhecimento e verificação dos processos e actos de gestão e de decisão, indispensáveis a uma efectiva fiscalização que manifestamente a assembleia municipal não tem condições de assumir. A constituição de executivos monocores traduzir-se-á num efectivo empobrecimento dos mecanismos de fiscalização, mesmo

que o projecto do PS venha consagrar aquilo que sempre foi recusado (ao que consta, o projecto do PS disporá no sentido do estabelecimento de prazos e fixação de mecanismos para a resposta do executivo a solicitações da assembleia) e constituirá um rude golpe na transparência da gestão de muitas das autarquias. Bastará ver quanto reduzido é o efectivo poder de fiscalização da Assembleia da República, órgão com 230 deputados a tempo inteiro, sobre a acção do Governo para se avaliar o papel residual de fiscalização que uma assembleia municipal pode assumir.

## Por que deve o presidente ter mais poder?

A adopção desta alteração do sistema eleitoral constituirá um passo mais, e qualitativamente novo, no sentido da afirmação de um poder unipessoal centrado no presidente da câmara municipal. Não se trata já e apenas da concentração de poderes e competências que a legislação vem atribuindo ao presidente. Trata-se agora também de um novo poder resultante da escolha individual de pessoas, menos iguais e mais dependentes em matéria de legitimidade, do que as que resultavam da conquista do mandato por sufrágio directo. Ou seja, a errada e definitiva opção por um

regime liquidador do princípio do funcionamento colegial e co-responsável, que deverá prevalecer na gestão de um órgão autárquico. Conhecida que é a situação em muitos dos municípios geridos pelo PS, PSD e PP, onde os respectivos presidentes se relacionam com os eleitos dos seus próprios partidos ao nível de meros encarregados, fácil será adivinhar o que resultará de uma situação em que a sua escolha passe a depender de um gesto magnânimo e pessoal do presidente e não de uma eleição directa que lhes atribui um estatuto de idêntica legitimidade democrática.

## Muitos pequenos «parlamentos»?

O fim da eleição directa das câmaras municipais consagraria em definitivo a lógica de «parlamentarização» que o PS e outros partidos têm tentado impor ao funcionamento das autarquias. As autarquias deixariam de ser aquele espaço de procura da cooperação e do trabalho de eleitos de partidos diversos, mas unidos pela procura da resolução dos problemas e do progresso das respectivas terras, para se transformar num palco de debate entre o governo local e as

oposições, desperdiçando a confluência de vontades e fixando no plano da polémica e do confronto verbal o debate em torno de problemas e questões de interesse local. Reduzir o poder local, espaço privilegiado de união de vontades, ideias e capacidades de realização em favor das populações, a uma arena de confrontação e oposição cega entre vencedores e vencidos constituiria um grave factor de empobrecimento democrático.

## A decisão unipessoal do presidente aproxima-o dos eleitores?

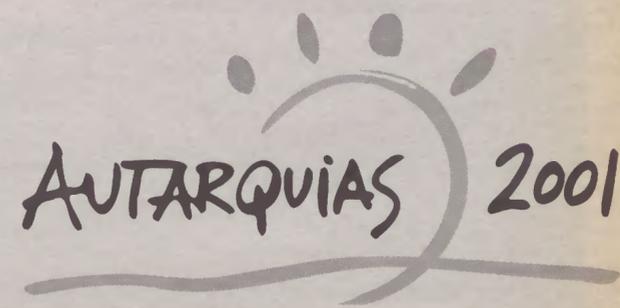
O sistema proposto traduzir-se-ia num novo factor de empobrecimento da vida política e de deslegitimação da vontade directa das populações. Em primeiro lugar, o que ocorre do facto de até agora a escolha em concreto de todos e de cada um dos vereadores que se ocuparão da gestão dos interesses do município que até agora são resultado da escolha directa de cada um dos eleitores passaria a ser, se a alteração fosse adoptada, da mera escolha unipessoal do futuro presidente da câmara. A relação de proximidade eleito/eleitor, resultante do actual

sistema, seria irremediavelmente afectada. Não só a relação de representatividade entre um eleitor e o vereador eleito com o seu voto desaparecerá, como na generalidade das situações mais de metade da população e dos eleitores deixarão de se ver representadas no executivo municipal. Com efeito, esta alteração que, a ser aprovada, reduz a presença nas CM's à força maioritária significaria, à luz da actual composição dos executivos municipais, que o PS passaria da sua actual presença em 288 Câmaras Municipais para 128, o PSD de 269 para 127, a CDU de 87 para 42 e o PP de 44 para 8.

## Bipolarização aumenta a representatividade?

O sistema eleitoral agora proposto afectará não apenas directamente o princípio da proporcionalidade na forma de eleição da câmara municipal como induzirá indirectamente outras distorções eleitorais. Ao consagrar um mecanismo assente na lógica do «tudo ou nada», o sistema proposto acentuará até ao limite a lógica de bipolarização, que acabará por condicionar vontades e disposições eleitorais em nome da utilidade do voto. Inevitavelmente

a escolha originariamente ditada pelo critério de eleger quem melhor nos represente e melhor promova a nossa terra daria lugar no futuro a uma opção determinada por razões de mera possibilidade de eleger este ou aquele para presidente de Câmara. A que acresce ainda o facto de, com a redução do número de eleitos para a assembleia municipal que a proposta de lei prevê, ficar também e ainda mais prejudicada a presença das forças em minoria nos próprios órgãos deliberativos.



## SPZS denuncia vagas negativas

O Sindicato dos Professores da Zona Sul (SPZS) denunciou que às 9.216 vagas colocadas a concurso pelo Ministério da Educação para o próximo ano lectivo correspondem 10.128 vagas negativas, ou seja, vagas que não serão preenchidas.

Em comunicado, o SPZS, afirma que as 7.600 vagas anunciadas pelo ME, que levariam à vinculação de outros tantos professores, mais não são do que uma «operação de marketing» e uma «atitude demagógica» da tutela.

No Sul, diz o sindicato, o cenário ainda é mais negro: às 856 vagas a concurso, correspondem 1.098 vagas negativas.

E mais: nos concursos para lugares de escola, o saldo é negativo, desde o pré-escolar até ao secundário, acusa o SPZS.

Para o sindicato, o «esquecimento» do ME em contabilizar as vagas negativas que coloca a concurso apenas pode ser explicado pela «incomodidade resultante da existência de milhares de professores contratados e desempregados que a política restritiva e economicista impede de entrar nos quadros».

## As seguradoras e as vítimas das cheias

«A gestão das seguradoras não está ao serviço dos segurados», denuncia o SINAPSA – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, em comunicado sobre a gestão das seguradoras e as vítimas das cheias.

O Sindicato lembra que «como os trabalhadores de seguros e suas organizações representativas têm vindo a expor, a prestação de serviços pelas seguradoras está cada vez mais degradada em resultado duma política obsessiva do lucro imediato».

A actividade seguradora tem características específicas – lembra o Sindicato – «desde logo o princípio mutualista que a deve animar – de todos para todos». Mas os que mandam nas empresas empurram para fora trabalhadores experientes, externalizam funções importantes e não criam novos postos de trabalho para jovens profissionais.

O SINAPSA sublinha que continuará a sua luta pela melhoria das condições de trabalho e pela dignificação do sector e recomenda, aos segurados e outros lesados, que «quando a prestação do serviço das seguradoras não for aceitável, façam chegar as suas reclamações aos Centros de Apoio ao Consumidor, ao Instituto de Seguros de Portugal e ao Instituto do Consumidor».

## Autarquias contra política de facto consumado

As autarquias recusam, para já, o projecto governamental de passar competências na construção e manutenção das escolas dos 2.º e 3.º ciclos para as câmaras municipais e acusam o Ministério da Educação de ter uma política de facto consumado.

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) coloca várias condições para aceitar o projecto do governo, nomeadamente, a elaboração das cartas educativas, defendendo a criação de um «diploma legal, específico, e que contemple o financiamento para aquele fim».

Condição prévia é, também, a análise do que se passa no pré-escolar e 1.º ciclo, onde a construção e conservação de edifícios já é da responsabilidade das autarquias.

Os autárcaas pretendem, ainda, a concordância dos vários parceiros educativos, como pais e sindicatos.

A ANMP considera positivo o trabalho feito pelas autarquias desde que assumiram a construção e conservação dos edifícios do pré-escolar e 1.º ciclo, designadamente, a maior cobertura da rede para crianças entre os 3 e os 6 anos, o alargamento de horários e a melhoria do parque escolar do 1.º ciclo.

No entanto, não deixa de criticar a forma como a transferência de competências foi feita.

## Um estudo da Unicef

Portugal é um dos países industrializados onde a taxa de morte de crianças por ferimentos (intencionais ou não) é maior, segundo um relatório da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) agora divulgado.

O documento (elaborado pelo Centro de Investigação Innocenti, da Unicef), revela que no quinquénio 1991-95 morreram anualmente em Portugal uma média de 17,8 em cada 100 mil crianças (até aos 14 anos) devido a ferimentos. Mais do triplo da taxa verificada na Suécia (5,2), país que encabeça a lista.

Estes dados colocam Portugal na 24.ª posição da lista, que integra 26 países: 14 da União Europeia (o único ausente é o Luxemburgo), cinco outros europeus (Noruega, Suíça, Hungria, República Checa e Polónia), três americanos (Canadá, Estados Unidos e México), dois asiáticos (Japão e Coreia do Sul) e dois da Oceânia (Austrália e Nova Zelândia).

Comparativamente ao período entre 1971 e 1975, Portugal, como de resto todos os países listados, registou um decréscimo significativo da taxa, que era então de 31,1 mortes por cada 100 mil crianças.

A maior parte dos ferimentos causadores das mortes das crianças é originada, em todos os países, por acidentes de viação. No caso de Portugal, estes correspondem a quase metade da taxa (precisamente 8,7).

Tempestades voltam a assolar o País e atingem zonas já afectadas

# A urgência de respostas

**Os prejuízos ainda não foram contabilizados. Há bem pouco foram a enterrar as vítimas mortais das tempestades, de Vila Real ao lugar de Ariz. O desespero de quem tudo perdeu, da casa aos haveres, mantém-se vivo. Entretanto as tempestades voltaram. A imprimir ainda maior urgência às respostas necessárias.**

No início da semana, e face à evidência de novo agravamento do estado do tempo, foram mobilizados diversos meios, humanos e materiais, dos bombeiros e forças militares a embarcações e veículos pesados. As maiores preocupações dizem respeito a zonas como o distrito de Coimbra ou a área de Santarém.

Em Coimbra, as populações estão avisadas e há meios preparados para a eventual necessidade de evacuação de pessoas e bens. Em Santarém, onde há várias estradas cortadas, foi accionado o sistema de protecção civil, enquanto as descargas efectuadas pelas barragens espanholas faziam subir o nível das águas do Tejo. No Porto, o serviço distrital de Protecção Civil alertou para a possibilidade de a chuva provocar cheias nas pequenas linhas de água. A circulação de comboios na Linha do Norte esteve interrompida, devido à inundação da via férrea. Poderá ainda haver novas derrocadas e queda de árvores, como resultado dos ventos fortes que se fazem sentir.

Em Alfange, Santarém, a situação é particularmente crítica. Cerca de 70 metros da estrada que liga o planalto de Santarém ao bairro ribeirinho de Alfange *desapareceram* durante a noite de sábado. O pedaço de estrada derrocou

juntamente com a barreira, obrigando à retirada de 15 pessoas do bairro de Alfange. Há mesmo sérias preocupações quanto às alternativas para os residentes do bairro. As crianças que frequentam as escolas do planalto estão a ser transportadas num autocarro da Câmara, mas a estrada alternativa, que passa pela Ribeira de Santarém, está também condicionada devido ao deslizamento de barreiras.

Recorde-se que, no início de Janeiro, foi a barreira junto à Alcôvoa que ruiu, levando consigo cerca de 15 metros de muralha da cidade e deixando em perigo de derrocada outros 30 metros, o que obrigou ao encerramento,

desde essa altura e por tempo indeterminado, da estrada nacional 114 entre Santarém e a ponte D. Luís.

Uma situação para que «Os Verdes» oportunamente alertaram, exigindo a «intervenção sobre todo o planalto de Santarém».

### Prejuízos e balanço

O levantamento dos prejuízos iniciais das cheias nas explorações agrícolas dos concelhos de Coimbra, Soure, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz deverá ficar concluído dentro de três semanas. Estão a ser alvo deste levantamento explorações agrícolas de 30 freguesias afectadas pelas cheias do Baixo Mondego.

Um balanço a que se vai procedendo em diversas zonas do país. E que a recordar outras situações graves que, ou não tiveram as respostas atempadas que exigiam, ou foram mesmo ignoradas.

**As tempestades voltaram. A imprimir ainda maior urgência às respostas necessárias**

## As maiores cheias

Segundo informações disponíveis no *site* da Protecção Civil na *Internet*, foram as seguintes as maiores cheias registadas em Portugal nos últimos cinquenta anos:

- Novembro de 1967, no rio Tejo (500 mortos, um número indeterminado de casas destruídas bem como muitos quilómetros de infra-estruturas danificadas);
- Fevereiro de 1979, também no rio Tejo (a cheia durou nove dias, causou 2 mortos, 115 feridos e 1.187 evacuados. Esta é considerada a maior cheia do século);
- Novembro de 1983, no Tejo (morreu uma dezena de pessoas, 610 habitações foram completamente destruídas, 1.800 famílias desalojadas. Os prejuízos atingiram os 18 milhões de contos);
- Dezembro de 1989, nos rios Tejo e Douro (1 morto, 61 pessoas evacuadas no Distrito de Santarém e 1.500 no Distrito de Vila Real).

## Lino de Carvalho no Baixo Mondego

O deputado, do PCP, Lino de Carvalho defendeu, em visita realizada a semana passada ao concelho de Montemor-o-Velho, a atribuição às vítimas das cheias de apoios financeiros a fundo perdido e alertou para a «falta de manutenção» da obra hidroagrícola do Baixo Mondego.

«Verifica-se que há uma gritante falta de manutenção da obra por parte da Direcção Regional do Ambiente», disse Lino de Carvalho aos jornalistas, em Coimbra.

O deputado afirmou que cerca de 400 hectares de milho foram destruídos pelas enxurradas no vale do Mondego, ascendendo a 100 mil contos os prejuízos só no sector agrícola. Segundo Lino de Carvalho, em algumas áreas, designadamente em termos de manutenção do leito e margens do Rio Mondego, «parece que se voltou atrás». Uma «questão séria» que vai levar o PCP a interpelar o ministro do Ambiente, José Sócrates, na Assembleia da República.

«É preciso darmos as mãos para que o que é urgente e

prioritário seja realizado», disse Lino de Carvalho ao jornalista e anunciou que, no âmbito das comissões parlamentares de Agricultura e Equipamento Social, o PCP vai propor que uma delegação da Assembleia da República (AR), constituída por

deputados de todos os partidos com assento na AR, visite em breve a área do distrito de Coimbra mais devastada pelas cheias.

Lino de Carvalho lembrou que os comunistas viabilizaram, na AR, a decisão do Governo de apoiar as vítimas

É o caso da vila de Mora, atingida pelas inundações de Maio de 2000, e cujos prejuízos foram oficialmente considerados como «sem significado».

Em reunião agora realizada pela Câmara de Mora, foi aprovada por unanimidade uma moção de protesto, em que se lembra esse facto e, de par de uma pública expressão de «solidariedade com as populações e autarquias afectadas pelos temporais», se exige do Governo que, em relação à vila de Mora, sejam tomadas medidas idênticas às que «contemplam as pessoas e os municípios agora afectados pelo mau tempo».

Entretanto, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) reclama do Governo a atribuição de verbas a fundo perdido às autarquias para fazer face aos prejuízos provocados por condições climáticas «adversas e anormais».

Salientando a importância das medidas entretanto adoptadas – uma linha de crédito bonificada – a ANMP defende a atribuição dessas verbas como «única expressão de verdadeira solidariedade nacional para com os portugueses mais penalizados».

Recorde-se que o temporal fustigou principalmente o Norte e Centro do País, causando sete mortos, quatro feridos e cerca de 500 desalojados, na sua maioria em Montemor-o-Velho, onde os diques estavam preparados para um volume de 1.200 metros cúbicos de água, mas que chegou a atingir 2.100 metros cúbicos por segundo.



O PCP defende ajudas a fundo perdido às vítimas das cheias



O aumento dos preços dos produtos alimentares é uma das grandes preocupações das famílias

## MDM lança Campanha Contra o aumento do custo de vida

O aumento de custo de vida e, em particular, o sobreendividamento das famílias, constitui neste momento uma das preocupações do Movimento Democrático de Mulheres – MDM, que recentemente lançou uma Campanha para lutar contra esta situação.

«O sobreendividamento das famílias cria espaço para que as pessoas, especialmente as mulheres, fiquem submissas e receptivas a todo e qualquer emprego, sem condições e sem direitos, e cria condições para as afastar da vida colectiva, social, comunitária e política», denuncia o MDM em documento elaborado no quadro da Campanha contra o aumento do custo de vida, entregue ao primeiro-ministro por uma delegação do Movimento.

O documento baseia-se num conjunto de quase três centenas de entrevistas, recolhidas no Porto, Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Lisboa, Santarém, Beja, Setúbal e Faro, englobando mulheres das mais variadas faixas etárias, profissões e agregados familiares.

Das entrevistas efectuadas ressaltam, como preocupa-

ções particularmente sentidas, quatro itens mais importantes: o aumento dos combustíveis; o aumento das prestações ou rendas de habitação; o aumento dos produtos alimentares, cabaz de compras; o aumento do gás doméstico, electricidade e água.

**Os aumentos de salários têm sido muito abaixo da inflação**

Neste estudo o aumento dos combustíveis surge como o factor que «mais influenciou negativamente o orçamento familiar dos inquiridos» seguido, de muito perto, pelo aumento dos produtos alimentares, vulgarmente designado de cabaz de compras.

A opinião hierarquizada das inquiridas varia entretanto em função de determinadas variantes.

Por exemplo – a localização geográfica. Nas cidades, o aumento das prestações ou rendas habitacionais adquire especial importância.

A idade é outro elemento a considerar. Entre estudantes o aumento dos livros e materiais escolares tem maior peso. No caso dos reformados, o aumento dos medicamentos e dos cuidados de saúde supera em importância os demais factores.

Neste quadro, o MDM lembra que os aumentos de salários têm sido muito abaixo da inflação. Sublinha, em particular que «Portugal é o país da União Europeia onde o rendimento *per capita* é mais baixo. Onde os baixos salários e pensões são factor de agravamento da pobreza e exclusão social».

Estes dados – sublinha-se no documento – vêm comprovar a razão de ser e a luta do MDM, que «sempre associou as reivindicações pela igualdade das mulheres à luta por melhores condições de vida e de trabalho com direitos; pela habitação condigna, escolaridade gratuita, saúde para todos, e actualização permanente das pensões e reformas de velhice; e pela acessibilidade universal aos equipamentos sociais de apoio a todas as camadas sociais, especialmente crianças, jovens, idosos e cidadãos portadores de deficiências».

## O lixo atrai lixo

A luta contra a co-incineração de resíduos industriais perigosos na cimenteira da Secil, no Outão, constitui um «teste à dignidade e cidadania de todos os setubalenses», afirmou o Movimento de Cidadãos pela Arrábida, em conferência de imprensa em que apelou à participação numa concentração de protesto que teve lugar ontem, em Setúbal.

Em nota distribuída à imprensa, a comissão executiva do Movimento de Cidadãos pela Arrábida alertou ainda para o facto de a co-incineração na cimenteira do Outão se revelar como um factor decisivo para a atracção de diversas indústrias poluentes, porque o «lixo atrai lixo».

«É o que já se está a passar

com a vinda do Aterro de Resíduos Industriais, o Terminal de Graneis Líquidos, da Quimigal, da Lisnave, da Tecnogomes, etc», sustenta o movimento.

«Fica-nos cada vez mais a sensação de que a requalificação do Tejo e da região de Lisboa – já que muitas indústrias poluentes é daí que vêm –, está a ser feita à custa da degradação ambiental do Sado e da região de Setúbal», acrescenta o documento.

O Movimento de Cidadãos pela Arrábida aproveitou também para criticar a recente deslocação do ministro do Ambiente, José Sócrates, para anunciar a requalificação ambiental da cimenteira da Secil, considerando que a

«pretensão requalificadora da Secil é altamente hipócrita, quando se sabe que a cimenteira está a fazer descargas ilegais e poluentes, de carvão e clínquer, no cais da Eurominas».

O Movimento também não poupou críticas ao Governo por não ter cumprido uma directiva comunitária que o obrigava a promover a deposição de resíduos industriais, até Fevereiro de 1999.

Tal como já tinha sido anunciado, caso o ministro insista em prosseguir com a co-incineração, o Movimento de Cidadãos pela Arrábida vai interpor um «recurso contencioso de anulação e uma providência cautelar de suspensão de eficácia da decisão».

## Vem aí novo folhetim

• Jorge Sarabando

Os percalços, as incertezas, as ditas e as contraditas, os erros graves e as más emendas nas obras do Metro do Porto, estão a atingir os limites da irresponsabilidade e da insânia. Primeiro, foram as sucessivas falsas partidas, por incúria administrativa; depois foram as vicissitudes do transporte e montagem da tuneladora; a seguir, as demoradas avarias da mesma; mais recentemente, as derrocadas em habitações (que causaram uma vítima mortal), a evacuação de muitas mais, com a angústia dos moradores, fora aqueles que vivem em suas casas atentos aos ruídos e a espreitar fissuras, com o credo na boca.

A culminar tudo isto, as declarações levianas do Presidente da Junta e da empresa, a vetusta figura do prof. Vieira de Carvalho, ansioso por mostrar quem manda, a prever a ocorrência de outros acidentes parecidos. E, logo a seguir, a antecipar as conclusões do inquérito oficial, o que motivou desmentidos e esclarecimentos posteriores e mais declarações contraditórias, em função das quais é legítimo admitir que a culpa é afinal da tuneladora holandesa, a malvada...

Entretanto, o menosprezo e a desatenção com que estão a ser tratadas as vítimas são já uma negra página do empreendimento, e a comprovação de que, ao contrário do *slogan* eleitoral, não são as pessoas, mas os milhões, que estão primeiro.

As ligações ao Aeroporto e a Gondomar são reconhecidamente indispensáveis, mas nas obras já em curso não estão consideradas as futuras vias do Metro. Continuam os atrasos na Ponte do Infante e na Senhora da Hora, onde a população, compreensivelmente, reclama o atravessamento subterrâneo. A desejada duplicação da linha da Póvoa é ignorada e os projectos da futura estação da Boavista continuam afectados por indefinições.

Todos os prazos do cronograma oficial estão largamente ultrapassados!

### A paixão pelos comboios

É neste quadro, onde aos transtornos naturais das obras se juntam a incompetência e a irresponsabilidade, nimbado ainda pelos títulos dos jornais operosamente engendrados pelo enxame de assessores de imprensa dos senhores presidentes, dos Vieiras, dos Cardosos, dos Menezes, dos Narcisos, dos Valentins, que lhes antecipam os propósitos, reproduzem as confidências, transcrevem os ofícios, citam as frases, recitam os almoços entre uns e outros, é neste quadro que faltava uma notícia que iluminasse o presente sombrio com as hossanas de um futuro ridente. E a notícia é... o TGV, comboio de alta velocidade, que há-de atravessar o Porto, vindo de Lisboa, rumo à Galiza, qual mensageiro do progresso e garante da Invicta como capital do noroeste peninsular.

Aponta-se já uma data – 2006; nomeia-se um Gabinete, que funcionará em Madrid, com chefia de um português; a travessia da cidade poderá ser feita, segundo um técnico, pela Avenida da República, em Gaia, e a Ponte D. Luís, aproveitando a futura linha do Metro. Tudo fácil, como se vê, talvez porque ao engenheiro Guterres, depois da paixão pela educação e pela saúde, lhe dará a paixão pelos comboios.

Com a vantagem da originalidade neste domínio já não pertencer a Coimbra, onde uma velha automotora deixou de passar pelo centro da cidade, passando assim para o Porto, onde o moderno TGV atravessará uma avenida central e uma ponte centenária, o que poderá constituir, quem sabe, um atraente cartaz turístico...

Depois do folhetim do Metro vamos ter, então, caros leitores, o folhetim do TGV.



## Tensão na Indonésia

Milhares de apoiantes do presidente indonésio Abdurrahman Wahid incendiaram no início da semana duas sedes do antigo partido no poder, o Golkar, em protesto pelas iniciativas do Parlamento para afastar o chefe de Estado, acusado de envolvimento em escândalos de corrupção. Segundo a Lusa, os ataques ocorreram poucas horas antes de os parlamentares entregarem à polícia documentos que alegadamente provam o envolvimento de Wahid em dois casos de corrupção, que podem conduzir à sua destituição. Os manifestantes, membros de uma autodenominada Frente de Defensores (de Wahid), exigem a dissolução do Parlamento e ameaçam marchar sobre Jacarta. Wahid, acusado de envolvimento em dois casos de suborno no valor de vários milhões de dólares, continua a proclamar a sua inocência e recusa demitir-se.

## Manifestação em Espanha

Cerca de 50 mil pessoas manifestaram-se na segunda-feira em Barcelona contra a nova lei de estrangeiros e em apoio aos 600 imigrantes que permanecem fechados em oito igrejas da capital catalã em sinal de protesto à referida legislação.

Os manifestantes, convocados por várias organizações de imigrantes com o apoio de associações civis e políticas de esquerda, reclamam a regularização dos imigrantes que ficaram de fora do processo administrativo, a funcionar antes da entrada em vigor da nova lei de estrangeiros. A manifestação foi liderada por um grupo de imigrantes clandestinos que transportavam faixas com a frase «legalização para todos», e terminou na Praça de Palau, onde está instalada a sede da delegação do governo da Catalunha.

## Deutsche Bank despede 2600 trabalhadores

O Deutsche Bank vai eliminar 2600 postos de trabalho, no âmbito de um plano de reestruturação das suas actividades. Após anunciar um lucro líquido recorde em 2000, a instituição, a segunda maior do mundo, informou que vai unificar as suas cinco unidades em duas, com o objectivo de manter o máximo de eficiência.

Nesse processo, os postos de trabalho serão reduzidos principalmente na Alemanha, mas também nas filiais de Londres e Nova Iorque. Os cortes ocorrerão, de acordo com o anunciado a semana passada, nas áreas de tecnologia e operacional.

A NATO mentiu. As baixas sofridas pela UCK no ataque a um posto da polícia sérvia foram apresentadas como vítimas civis

# Racak, o massacre que nunca existiu

O chamado massacre de Racak, que serviu de pretexto para a agressão à Jugoslávia, nunca existiu, confirma Helena Ranta, coordenadora da autópsia às alegadas vítimas.

A NATO, além de ser uma fábrica de contaminação, morte e destruição, também é um centro de produção de mentiras como acaba de confirmar a coordenadora da autópsia às alegadas vítimas do chamado massacre de Racak, o qual na altura serviu de pretexto para o desencadear da agressão contra a Jugoslávia. A dra. Helena Ranta rompeu com dois anos de silêncio a que o ministro Fischer e a NATO a tinham obrigado a remeter-se para explicar que o massacre de Racak nunca existiu. À mesma conclusão já tinham chegado os Institutos de Medicina Legal da Finlândia, da Ucrânia e da Sérvia.

O general alemão, Heinz Loquai, no seu livro sobre o conflito no Kosovo - «O Con-

flito no Kosovo - uma guerra que se poderia ter evitado», pág. 144. Heinz Loquai. *Nomos, Baden-Baden. 2000.*, descreve as circunstâncias estranhas que então rodearam o chamado massacre de Racak. Já na altura existiam fortes indícios que apontavam estar-se perante uma montagem da UCK em colaboração com a CIA e a NATO, e em que as baixas sofridas pela UCK no ataque a um posto da polícia sérvia foram apresentadas como vítimas civis.

O general Loquai, que ainda não há muito tempo numa entrevista desmascarou o ministro da Defesa da Alemanha, Scharping, como o inventor do chamado «plano ferradura», com o qual a NATO pretendeu acusar a Sérvia de planejar a limpeza étnica do Kosovo, constata que «existe uma relação directa entre o «massacre de Racak» e o «plano ferradura». O comandante da KVR, Walker, acendeu com a sua não comprovada versão de «Racak» o rastilho da guerra contra a Jugoslávia. Scharping, com o seu «plano ferradura», apagou a crítica à guerra. As duas acusações foram, sem provas, consideradas verdadeiras. E apesar de existirem sérias dúvidas, conseguiram atingir o seu objectivo».

### A maquinação continua

Entretanto, na sua recente viagem a Belgrado, a inquisidora da NATO, Carla del Ponte,

abandonou furiosa a capital jugoslava e sem o previsto comunicado conjunto. O presidente Kostunica recusou entregar-lhe os cidadãos jugoslavos que ousaram resistir à NATO, impedindo assim a concretização das represálias e a vingança tão desejadas por aquela aliança militar.

Se o tribunal da Haia existisse para cumprir aquilo que apregoa, isto é, julgar crimes contra a humanidade, não lhe faltariam, no interior da própria Aliança, réus suficientes para justificarem a sua existência. Poderia começar pelo vice-presidente dos Estados Unidos, o multimilionário da indústria petrolífera, Cheney, responsável, enquanto antigo ministro da Defesa,

### Racak foi uma montagem do UCK em colaboração com a CIA e a NATO

pela contaminação do Iraque e pelo holocausto que já vitimou milhares e milhares de crianças na Mesopotâmia; ou ainda pelos assassinos do povo curdo e dos democratas turcos, desde Ecevit ao general Evren, sem esquecer toda a clique militar da NATO no Bósforo, armada e protegida por Washington, Berlim, Londres e Paris. Mas como para a NATO matar quem resiste ao poder dos EUA não é um crime mas uma bem-aventurança, não faz sentido exigir ao tribunal da Haia que condene os seus patrões. Seria o mesmo que imaginar a PIDE a prender Salazar por o ditador ter mergulhado Portugal e os povos africanos na guerra colonial.

Depois de o presidente jugoslavo, Kostunica, ter mais uma vez aconselhado del Ponte a ocupar-se com os crimes de guerra da NATO, a inquisidora suíça dirigiu-se à cimeira de Davos para expor o seu desapontamento aos vencedores da globalização e atribuir a Milosevic a responsabilidade pelas vítimas mortais do ataque perpetrado pela NATO contra a TV de Belgrado. Como na fábula do Lobo e do Cordeiro (tenho de devorar-te de qualquer maneira «se não foste tu, foi o teu pai»), del Ponte consegue um fantástico exercício de loucura, um verdadeiro atentado à capacidade de raciocínio, concluindo que os culpados de ataques contra alvos civis à revelia de todas as regras do direito internacional, não são os seus autores, não é a NATO, mas as suas vítimas.



A NATO transformou a morte, em combate, de 45 membros do UCK num «massacre» de civis. Foi o pretexto que faltava para a bárbara agressão à Jugoslávia

## Encenação macabra

1 - Os corpos de 45 albaneses são descobertos a 15 de Janeiro, em Racak, no Kosovo.

As vítimas foram encontradas juntas e alinhadas por uma missão da OSCE, cuja visita ao local era do conhecimento das autoridades sérvias. As imagens, chocantes, são insistentemente divulgadas por todo o mundo.

2 - O norte-americano Walker, chefe da «Missão de Verificação no Kosovo», acusa de imediato a polícia sérvia de ter cometido um massacre, afirmando que os corpos encontrados são de civis «mortos com um tiro na nuca».

3 - Belgrado rejeita as acusações, afirmando que os mortos são membros do UCK abatidos em combate.

4 - O correspondente do jornal francês *Le Monde* (21.1.99), presente no local, admite a possibilidade de se estar perante uma encenação macabra, e que os corpos dos separatistas caídos em combate tenham sido recolhidos num único local para simular a ocorrência duma matança a sangue frio.

5 - Walker, ao discursar no funeral colectivo dos mortos de Racak, fala em «crime

contra a Humanidade», afirmando: «o Diabo visitou Racak e a vida foi totalmente eliminada» (*Público*, 12.2.99).

6 - Javier Solana, secretário-geral da NATO, num documento divulgado em Bruxelas, faz saber que a NATO «não tolerará um regresso aos combates e à política de repressão no Kosovo», e admite a possibilidade de uma operação militar contra Belgrado, em represália contra o alegado massacre.

7 - Em fins de Fevereiro de 1999, os peritos jugoslavos, bielorrussos e finlandeses que efectuaram as autópsias aos 45 albaneses mortos em Racak concluem que as investigações «demonstram formalmente que as vítimas foram mortas por balas disparadas à distância e que os seus ferimentos ocorreram quando estavam vivos, não tendo sido, portanto, alvos de execução ou de massacre». A conclusão reúne a «unanimidade de pontos de vista» dos peritos.

8 - A NATO ignora as conclusões, insiste na tecla do «massacre» e, a 24 de Março de 1999, dá início ao ataque à Jugoslávia. Em nome dos direitos humanos.

## Na Grécia aumentam os protestos contra a NATO

Em Atenas e Salónica, apesar do Inverno, milhares de manifestantes exigem diariamente o regresso dos soldados gregos do Kosovo e a saída imediata da Grécia da NATO. Em bandeirolas e dísticos pode-se ler: «Misericórdia! Já chega de ajuda humanitária!»

O diário «Elevtherotypia» informa que o ministro da Defesa, Akis Tsochatzopoulos, no seu regresso da visita que fez em Pristina, trazia a mala cheia com 142 pedidos de regresso imediato de soldados gregos da KVOR. Segundo o jornal do Partido

Comunista, «Rizospastis», cerca de metade dos soldados designados para marcharem para o Kosovo recusam-se a cumprir o serviço. Num grande manifestação realizada em Atenas, a 11 de Janeiro, e em que participaram milhares de pessoas, o soldado Kyrillos Papastravou fez uma intervenção na qual acusou a NATO e o governo grego de o ter enviado a ele e aos seus camaradas para uma invasão assassina na Jugoslávia. Kyrillos frisou ainda a falta de responsabilidade e de respeito assim demonstrada pela vida hu-

mana dos soldados e das populações.

Ainda na sequência do escândalo das armas de urânio, o cientista e físico professor Christos Zerefos abandonou o cargo de membro da direcção do Instituto público para as questões do ambiente na Universidade Aristóteles, em Salónica, por considerar irresponsável a posição tomada pelo Instituto relativizando o perigo das armas de urânio. O professor K. Papastefanou, presidente do laboratório de física nuclear, apoiou publicamente a decisão do seu colega.

Hoje na ARD

### «Tudo começou com uma mentira»

O 1.º Programa da TV alemã emite hoje, quinta-feira, 8 de Fevereiro, às 21.45h (20.45h, hora de Portugal) um programa que está a ser esperado com grande expectativa em toda a Alemanha. A emissão intitula-se: «Die Story» - «tudo começou com uma mentira» - «a primeira intervenção de soldados alemães numa guerra, desde 1945».

## Eleições em Israel

## O bulldozer assassino

A vitória anunciada de Ariel Sharon nas eleições de anteontem, marcadas por forte abstenção, nada augura de bom para o processo de paz no Médio Oriente.

Ariel Sharon, o bulldozer como lhe chamam os israelitas, é um assassino. Em 1982, como ministro da Defesa, foi responsável pela invasão do Líbano, cujo objectivo expresso era acabar com os militantes da Organização de Libertação da Palestina (OLP). Os massacres nos campos de refugiados de Shabra e Shatila, em Beirute, provocaram a morte de 2000 palestinianos, incluindo mulheres e crianças. Uma investigação oficial considerou Sharon responsável indirecto por essas mortes, o que o obrigou a deixar o exército israelita.

Nove anos depois, sem nunca ter sido acusado de crimes contra a humanidade, este homem de 73 anos volta a estar no centro das atenções. O retrato que dele fez o diário «Slate» é elucidativo: «um terço de senador MacArthur, um terço de Richard Nixon e um terço de uma granada de mão». O processo de paz no Médio Oriente está agora nas mãos desta mistura explosiva, o que nada augura de promissor para o futuro.

Sharon, que se define a si próprio como um pragmático, tem da paz um conceito

muito particular. Numa mensagem enviada a Yasser Arafat na véspera das eleições, deixou claro que sob o seu governo «Israel não negociará sob o fogo dos palestinianos», e que só haverá «conversações de paz quando acabar a violência».

Por «programa de paz» Sharon entende, entre outras coisas, «manter a unidade e a soberania sobre Jerusalém («preservarei Jerusalém, unida e indivisível, como a capital do povo judeu, a capital de Israel, para sempre»), o Vale do Jordão, os Montes Golã e os colonatos», o que significa na prática rasgar em definitivo os Acordos de Oslo.

## Instabilidade na ordem do dia

Segundo Ahmed Abdul Rahman, secretário-geral da Autoridade Palestiniana, um tal programa só poderá levar a «mais Intifada». «Se Sharon não quer negociar, a posição dos palestinianos é muito clara: resistência, Intifada, resistência e mais Intifada», disse.

O homem que a 28 de Setembro do ano passado,

num puro acto de provocação, visitou a Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém, acompanhado de 2000 soldados, dando origem à nova Intifada e à vaga de repressão que se lhe seguiu, cujo saldo ascende a mais de 400 mortos e milhares de feridos entre os palestinianos, não parece preocupado com estes aspectos. As suas atenções estão voltadas para a formação do novo governo.

A formação de um governo de unidade nacional com os trabalhistas ou um governo de coligação que lhe garante uma maioria parlamentar, são as duas hipóteses de Sharon para governar, dado o Likud não dispor de maioria no Knesset.

No primeiro caso, Sharon estará disposto a entregar aos trabalhistas algumas pasta-chave, como a dos Negócios Estrangeiros e a da Defesa. Caso os trabalhistas recusem integrar o governo, o Likud propõe-se fazer alianças com os partidos religiosos ultra-ortodoxos, os nacionalistas radicais e as organizações de ex-emigrantes russos. Seja como for, tentar obter uma maioria num parlamento de 120 lugares distribuídos por 20 formações não será tarefa fácil. Ariel Sharon necessita de pelo menos 61 votos para ser investido e para fazer passar o seu Orçamento de Estado. O mínimo desequilíbrio de forças bastará para levar à sua queda e à realização de eleições gerais antecipadas.

## Equador

## Três mortos em confrontos

Três mortos, uma dezena de feridos e uma centena de detidos é o primeiro balanço dos violentos confrontos entre forças militares e indígenas equatorianos. Na segunda-feira, pelo menos seis pessoas ficaram feridas quando a polícia tentou desalojar da Universidade Salesiana de Quito cerca de 5000 indígenas ali concentrados em protesto contra as medidas económicas recentemente aprovadas pelo governo.

A intervenção policial, ocorrida dias depois de o presidente Gustavo Noboa ter decretado o estado de emergência, havia sido anunciada pelos ministros da Defesa, Hugo Undo, e do Interior, Juan Manrique, que não hesitaram mesmo em garantir que as forças policiais estão preparadas para impedir «todo o tipo de protestos, manifestações e concentrações», e realizar «buscas aos domicílios» sem autorização judicial, ao abrigo do estado de emergência.

Segundo a Cruz Vermelha equatoriana, os confrontos mais graves registaram-se na província amazónica de Napo, onde três indígenas,

incluindo uma criança, foram mortos. A Cruz Vermelha informou ainda ter prestado assistência a nove pessoas com ferimentos de bala, quatro das quais em estado grave.

António Vargas, presidente da Confederação Nacional de Indígenas do Equador (Conaie), responsabilizou o governo pelos acontecimentos, e exigiu a demissão dos ministros do Interior e da Defesa, «culpados do assassinato do povo equatoriano». Vargas reafirmou a disposição de luta dos indígenas, lembrando: «Não é a primeira vez que vivemos esta situação, já enfrentámos piores condições com governos ainda mais repressivos».

A Confederação de Nacionalidades Indígenas exige que o governo revogue o aumento dos preços do gás doméstico, dos combustíveis e das tarifas dos transportes públicos, em vigor desde Dezembro último, bem como o congelamento dos preços da luz, água e telefone durante cinco anos.

Para pressionar a administração de Gustavo Noboa, 40

voluntários iniciaram no fim-de-semana uma greve de fome por tempo indeterminado. «Não vamos abandonar os protestos até que aceitem as nossas propostas», disse Angel Polívio, representante da organização Fenocin que representa 200 000 famílias de índios e negros.

Após a carga repressiva foram suspensas as negociações entre o governo equatoriano e os dirigentes indígenas. O diálogo tinha sido reatado no domingo graças à intervenção da Comissão Mediadora de Boa Vontade.

Dos 12,5 milhões de equatorianos, os índios, cerca de 4 milhões, são a parte mais pobre da população e as principais vítimas do novo programa económico.

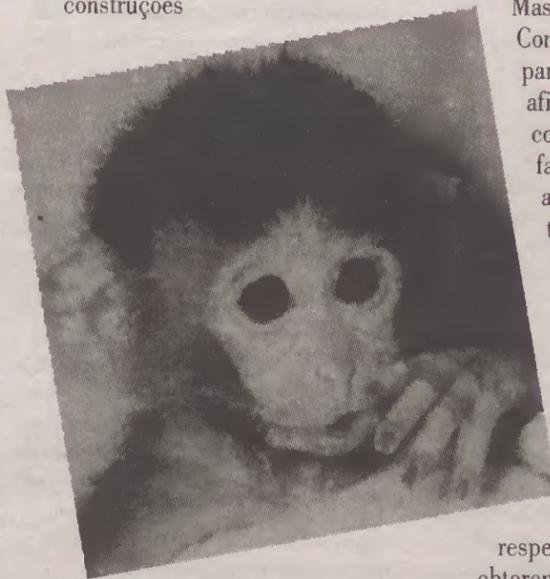
O país enfrenta uma grave crise económica, com a inflação mais alta da América Latina, e uma dívida externa superior a 11 mil milhões de dólares, o equivalente a mais de 80 por cento do Produto Interno Bruto.

Desconhecia-se, no encerramento desta edição, os efeitos da greve geral nacional convocada para ontem.

## A caminho da vida artificial

• Manoel de Lencastre

Cientistas americanos, envolvidos numa estranha aventura cujo fim não se descortina, criaram recentemente um bebé-macaquinho geneticamente modificado a que deram o nome de ANDi. Um ser vivo quase artificial que se construiu por meios quase industriais. Esta extraordinária iniciativa, dizem, pode acelerar o desenvolvimento de sistemas de tratamento para numerosas enfermidades que afligem o Homem do nosso tempo - diabetes, o cancro da mama, a doença de Parkinson, o terrível HIV propagador da Sida. É assim, pelo menos, que a criação do ANDi nos é apresentada. Disse o cientista chefe do grupo americano, o professor Gerald Schatten: «Conseguimos dar um passo em frente muito especial. Estamos a viver um extraordinário momento na história dos seres humanos.» Mas os adversários do avanço na criação de vida por meios não naturais ou por construções



Centre, que é parte da Faculdade de Ciências da Universidade de Oregon, explicou: «O ANDi é robusto e brinca com os seus companheiros de compartimento, normalmente.» No jornal «Science», escreveu: «Podemos, se o quisermos fazer, introduzir num destes animais um genes portador da doença de Alzheimer para acelerarmos o desenvolvimento de uma vacina contra essa doença. Macaquinhos como o ANDi ajudar-nos-ão a determinar se as terapias inovativas são, na verdade, efectivas e seguras.» Por seu lado, o professor Patrick Bateson, presidente da «Royal Society», a organização dos médicos ingleses que possui cientistas a trabalhar, igualmente, na criação de animais GM (geneticamente modificados), declarou: «Ainda que a produção destes seres possa dar lugar a grandes avanços para a medicina, sou da opinião de que esta espécie de trabalho deverá ser sujeita a rigorosa regulamentação para que não se prejudique o bem-estar deles...» Mas o Dr. Ray Greek, porta-voz do Comité dos Médicos Americanos para a Medicina Responsável, afirmou: «O que eles fizeram com o ANDi, andamos nós a fazer com ratos há já alguns anos. A verdade é que não temos tido êxito nos nossos trabalhos.»

## Milagre ou monstro?

Em duas palavras: os cientistas modificaram, geneticamente, 224 óvulos e procederam à

respectiva fertilização para obterem 40 embriões e cinco estados de gravidez cujo resultado foi o nascimento de três seres. O ANDi foi o único que recebeu os genes estranho à sua espécie. Agora, os cientistas terão de esperar vários anos até poderem determinar se o novo ser conseguirá transmitir esse genes aos seus descendentes. Filósofos, entretanto, juntaram-se às mil batalhas de comentários sobre a criação de ANDi. Será um milagre, o que se produziu, ou ter-se-á criado um monstro? Os olhos negros do macaquinho sugerem o possível aparecimento de novas e estranhas espécies neste mundo que é o nosso e transportam-nos a imaginação para eventuais conflitos num futuro impossível (?) entre os homens naturais e os artificiais.

O Homem, sem dúvida, quer a imortalidade ou a capacidade para viver centenas de anos se conseguir a produção de medicamentos novos que barrem o desenvolvimento de doenças. Mas esse Homem viverá infeliz e martirizado porque os mais poderosos entre eles tentarão estabelecer um novo universo de escravidão - os imortais desejarão controlar e submeter todos os que por falta de recursos financeiros jamais terão acesso às novas condições e continuarão a viver para morrer. Será um estranho mundo, esse...

genéticas, temem que o nascimento de ANDi, a 2 de Outubro do ano passado, acabe por dar lugar a novas iniciativas nesses campos e a experiências com animais, macacos, especialmente, tudo acabando naquilo que, particularmente, temem - o aparecimento de seres artificiais. Então, declararam: «O professor Schatten e os seus colaboradores estão a querer desempenhar o papel de Deus...» Naturalmente, a eventual criação de seres humanos geneticamente modificados levanta uma multidão de problemas. Quem dispuser de capital, poderá encomendar famílias inteiras segundo as especificações preferidas. Os seres humanos acabarão por dividir-se em naturais e GM além das divisões em classes sociais que já os separam. Será, na verdade, um estranho mundo novo.

## Robusto, já sabe brincar...

As técnicas usadas para a criação de ANDi vão ser, sem dúvida, melhoradas até que se consiga o «fabrico» em série de macaquinhos de laboratório com genes humanos. O professor Schatten, que trabalha no Oregon Regional Primate Research



## A Primavera que nos espera...

• Pedro Carvalho

A Cimeira de Lisboa, realizada o ano passado sobre os auspícios da presidência portuguesa da União Europeia (UE), deu um novo impulso ao processo de integração económica e monetária europeia. A «Estratégia de Lisboa» culminou um processo de três anos, definindo um novo objectivo estratégico para a UE – de, numa década, «tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo» –, e representou «um reforço o papel de orientação e coordenação desempenhado pelo Conselho Europeu», através da realização dos Conselhos de Primavera e da introdução de «um novo método aberto de coordenação» que permite avançar informalmente em objectivos e metas comuns e à margem das competências directas do Tratado da UE.

As referências à reconquista das «condições de pleno emprego» e ao reforço da «coesão social e regional» não ocultam o objectivo estratégico decidido Lisboa, nem as principais linhas políticas definidas – a aceleração do processo de reforma estrutural, a conclusão do mercado interno e a «modernização do modelo social europeu». Será com a presidência sueca que irá realizar-se o primeiro Conselho da Primavera, em Estocolmo, nos dias 23 e 24 de Março de 2001. O ponto da agenda mais importante será o balanço da Estratégia de Lisboa e a aferição do desempenho de cada Estado-membro. Ocorrerá uma avaliação dos processos de liberalização em curso, nomeadamente no sector dos produtos energéticos, assim como da Agenda Social Europeia. A Comissão apresentará um relatório sobre as finanças públicas e sua sustentabilidade, onde se prevêem recomendações no domínio da revisão dos sistemas de pensões, do sistema de benefícios da segurança social e da reforma fiscal. Por outro lado, espera-se um novo impulso no pacote legislativo relacionado com os mercados de capitais e regulamentação dos serviços financeiros, onde os fundos de pensões, sua regulação e fiscalidade, terão um papel de destaque. Por último, o Conselho irá aprovar as grandes orientações económicas e no domínio social para o ano 2001.

### Fundos de pensões e mercado interno

Espera-se, por isso, que do Conselho da Primavera saia uma «Estratégia de Lisboa» mais consolidada com vista à criação de um espaço económico que garanta novas oportunidades de negócio para as empresas

transnacionais (ETN) europeias. As linhas políticas definidas cumprem assim três objectivos. Primeiro, consolidar o mercado interno em todos os domínios, fazendo pressão sobre sectores historicamente ligados ao sector público. Neste campo, a orientação é acelerar a liberalização e a privatização em todos os domínios: serviços (contratos públicos), gás, electricidade, transportes (aéreo, ferroviário e rodoviário) e telecomunicações, enquanto se criam os mecanismos que permitem às ETN mais facilmente tirar vantagens, como é o caso do Euro, do Estatuto da Empresa Europeia e do Código de Conduta Fiscal. É de esperar um aumento do processo de concentração e centralização do capital, assim como a concentração geográfica e a especialização económica. As ETN poderão expandir-se a novos mercados e reduzir os custos de internalização. Segundo, criar um mercado de trabalho mais flexível, com menos restrições na venda da mercadoria trabalho, ao mais baixo preço, aumentando o seu grau de mobilidade. Para atingir este objectivo, foi aprovada na Cimeira de Nice, a Agenda Social Europeia, que marca para os próximos cinco anos as propostas legislativas no domínio da política social. Empregabilidade, flexibilização dos despedimentos, renovação do processo de formação dos salários, novas tipologias contratuais, nova organização do tempo de trabalho, maior adaptabilidade e maior mobilidade serão alguns dos «avanços» para reformar o mercado de trabalho. Para trás ficam alguns chavões e algumas medidas chamadas de «contenção». Terceiro, possibilitar às ETN o acesso a uma fonte de (re)financiamento à sua expansão e à especulação. Neste quadro, o objectivo é levar as pensões para uma lógica de rentabilização privada, em nome da sustentabilidade do sistema de finanças públicas. E quando falamos em reformar as pensões, o objectivo são os fundos de pensões profissionais. O plano de acção dos serviços financeiros irá regulamentar o acesso ao mercado destes fundos. Serão propostos os instrumentos legislativos para a criação de um mercado único para as reformas complementares e sua fiscalidade, no âmbito da regulamentação dos fundos de investimento. Prova-se a insustentabilidade das finanças públicas, para a privatização parcial dos sistemas de pensões nacionais, baseados na sua maioria no método da repartição. Assim, consolida-se o processo de integração económica capitalista que acelera o passo na UE apesar das contradições e dificuldades. Que Primavera nos espera?!

OIT afirma que os despedimentos em massa são a causa directa do fracasso das fusões

## Banca do desemprego

Trezentos mil empregos vão desaparecer até 2002 na Europa Ocidental, na sequência das fusões em curso e esperadas na banca e finanças ocidental, afirma um relatório da Organização Internacional do Trabalho.

O documento publicado na passada segunda-feira, refere que na década de 90 desapareceram 130 mil empregos e que este número vai continuar a aumentar devido à aceleração das aquisições e ao esperado abrandamento do crescimento económico mundial.

A OIT considera que as supressões em massa de postos de trabalho estão na origem do fracasso ou do menor êxito das próprias fusões, tornando as empresas incapazes de atingir os objectivos pretendidos.

A OIT aconselha os patrões a informarem melhor e a negociarem com o respectivo pessoal as fusões ou aquisições bancárias, destacando o interesse social, mas também eco-

nómico de tal abordagem para o êxito destas operações que «em dois terços dos casos não atingem os seus objectivos». Segundo um perito citado pela OIT, «o factor humano só é tomado em consideração em cinco por cento das fusões e aquisições, independentemente do sector».

Um dos autores do relatório, John Sendanyoye, sublinhou em conferência de imprensa que «os gestores de recursos humanos são muito vezes integrados na fase final do processo em vez de participarem desde o início».

Segundo Sendanyoye, citado pela Agência Lusa, é preciso encontrar soluções concertadas para reduzir o impacto dos planos sociais – que pas-

sam nomeadamente pela redução do tempo de trabalho, por uma melhor repartição da massa salarial, pela suspensão de novos recrutamentos –, mas também para evitar a desmobilização dos assalariados que vão ser integrados na estrutura do novo gigante bancário.

O choque entre culturas de empresa – mais complexo e profundo quando as fusões se realizam entre bancos de países diferentes –, a carga de trabalho acrescida, a ansiedade, a paralisia e o stress, têm como consequência «a redução das performances num clima de intensa competição», observa o relatório.

«O fracasso da fusão entre o Deutsche Bank e o Dresdner Bank em Abril de 2000 mostrou que as resistências internas podem reduzir a nada as estratégias da empresa», consideram os relatores, recordando que esta fusão foi responsável por seis mil despedimentos.

## Portugal recuou em 2000

A aproximação de Portugal ao clube dos ricos foi interrompida em 2000, ano em que, de acordo com estimativas dos serviços da Comissão Europeia, o PIB por habitante do país recuou para 75,3 por cento da média dos Quinze. Já em 1990 o nosso país recuara face aos parceiros comunitários, com o rendimento per capita a baixar para 58,5 por cento de 59,4 por cento no ano anterior.

Entretanto, o estudo afirma que Portugal passou de um PIB por habitante de 59,2 por cento da média comunitária em 1988 para 76,1 por cento em 1999, uma progressão de 16,9 pontos percentuais. Este índice é medido em unidades em paridades poder de compra, indicador utilizado em comparações internacionais porque tem em conta o nível de preços de cada país.

No mesmo período a Grécia subiu de 58,3 por cento para 66,8 por cento (mais 8,3 pontos percentuais), a Espanha de 72,5 por cento para 82,5 por cento (mais 10 pontos percentuais) e a Irlanda de 63,8 por cento para 114 por cento (mais 50,2 pontos percentuais).

A Comissão Europeia prevê que Portugal, Espanha e Grécia necessitem de 20 a 30 anos para eliminar a distância de rendimento que têm em relação à média europeia, mas realça o bom resultado da Irlanda, que fazia parte das zonas mais pobres e que saltou em 1999 para um nível superior ao da média da riqueza comunitária.

O comissário europeu responsável pela Política Regional, Michel Barnier, observou no entanto que o desenvolvimento do nosso país nos últimos dez anos «é considerável» devido aos progressos alcança-

dos «principalmente na região de Lisboa», frisando que é necessário distribuir esse progresso a todas as regiões.

Numa Europa alargada dos actuais 15 para 27 países, dez da Europa de Leste e as ilhas mediterrânicas de Chipre e Malta com quem já foram iniciadas as negociações de adesão, Portugal passará a pertencer a um grupo intermédio que compreende os actualmente menos desenvolvidos (Portugal, Espanha e Grécia) e ainda os mais ricos dos que vão aderir (Chipre, Malta, Eslovénia e República Checa), com um rendimento médio de cerca de 80 por cento da UE.

A grande alteração em relação à situação actual é que passará a haver um terceiro grupo com os oito países candidatos restantes, cujo rendimento médio é inferior a metade da média na UE (cerca de 40 por cento).

## Parlamento Europeu rejeita Plano Colômbia

O Parlamento Europeu rejeitou o Plano Colômbia de luta contra a droga defendido pelos Estados Unidos e pronunciou-se por uma estratégia europeia que não recorra a opções militares para alcançar a paz.

A resolução, apresentada pelo deputado do PCP, Joaquim Miranda, presidente comissão parlamentar para o desenvolvimento e cooperação, foi adoptada, na quinta-feira, passada por 474 votos contra um. Já na véspera o comissário europeu para o desenvolvimento, Poul Nielson, criticara num debate no PE, a vertente militar do Plano Colômbia e preconizou uma abordagem europeia distinta

para com este país na América Latina. «Não somos parte interessada no Plano Colômbia. A Comissão não tem intenção de tomar parte na iniciativa militar» do Plano, sublinhou o comissário europeu.

O plano de luta contra a droga, anunciado em Agosto pelos presidentes norte-americano, Bill Clinton, e colombiano, Andrés Pastrana, visa alegadamente eliminar a produção de droga na Colômbia através dos cultivos alternativos e da fumigação das plantações de coca. Prevê ainda uma chamada «vertente social» destinada a reorientar as populações afectas à colheita da folha de coca

para outras ocupações e combater as deficientes condições de vida, e uma vertente militar de combate à guerrilha e aos traficantes de droga.

A resolução do Parlamento Europeu considera que o Plano Colômbia «inclui aspectos que são contrários às estratégias de cooperação e aos projectos em que a União Europeia já está envolvida». O texto sublinha que a intervenção da UE deve obedecer «a uma estratégia própria, não militarista, conjugando neutralidade, transparência, participação da sociedade civil e envolvimento dos actores em presença em torno da mesa de negociações».

## Defesa antimíssil

Numa entrevista publicada na terça-feira no *Herald Tribune*, o secretário-geral da NATO, George Robertson, afirmou que os Estados Unidos estão determinados a criar um escudo antimíssil, observando que «os aliados europeus têm de se conformar com a intenção dos EUA de ir por diante». O número um da NATO acrescentou mesmo que a equipa presidencial do novo presidente George W. Bush, «redefiniu o programa de forma muito mais ambiciosa», propondo um sistema de protecção que poderia incluir os países europeus, se estes assim quisessem. Desfeitas as dúvidas quanto à intenção dos americanos de prosseguir com este projecto, Robertson resumiu o assunto ao alcance de «um compromisso dentro da NATO entre os Estados Unidos e os outros aliados sobre o como e o quando», afirmou.

## Queixas dos consumidores

A Comissão Europeia decidiu criar uma rede que permitirá solucionar os litígios no mercado interno entre consumidores e prestadores de serviços que se encontram estabelecidos num estado-membro que não aquele no qual reside o queixoso. Envolvendo 35 sistemas nacionais, entre os quais os portugueses Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa e a Comissão do Mercado de Valores Imobiliários, o novo sistema comunitário envolve sectores como a banca e os seguros, considerados os mais problemáticos em matéria de queixas, e os organismos de defesa dos consumidores nacionais. A dificuldade de obtenção de recurso extrajudicial constitui um obstáculo ao desenvolvimento dos serviços transfronteiriços, em especial no sector dos serviços financeiros, que é susceptível de comprometer o desenvolvimento do comércio electrónico, explica Bruxelas. Diante da apresentação de uma queixa, o consumidor é posto em contacto com o sistema de resolução de litígios do país de origem do fornecedor, através do organismo de defesa do seu país, sendo os serviços grátis ou de baixos custos. A existência de métodos rápidos, eficientes e baratos para a resolução de litígios é essencial para o fomento do desenvolvimento de um verdadeiro mercado a nível europeu no sector dos serviços financeiros de retalho, justificou o comissário para o mercado interno, Frits Bolkestein. Para ajudar na solução dos problemas, Bruxelas publicou ainda um guia explicativo de Como fazer valer os seus direitos no Mercado Único Comum, que se encontra disponível no site <http://europa.eu.int/citizens>.

## Segurança alimentar

# A falência da PAC

**A crise das «vacas loucas» obrigou Bruxelas a reconhecer graves erros cometidos nos últimos 20 anos. Os deputados europeus do PCP afirmam que não bastam declarações e exigem reformas profundas.**

A multiplicação de casos da BSE na União Europeia, incluindo em países cujos governos se consideravam imunes ao problema, e o aumento do número de casos, sobretudo em Inglaterra, da nova variante humana da BSE mostram que é preciso proceder rapidamente a uma profunda transformação da PAC.

Esta é a posição dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, salientando que os estrangulamentos orçamentais comunitários «não podem ser desculpa para não se tomarem as medidas necessárias à circunscrição do problema e de apoio à fileira produtiva».

Uma nova reforma da PAC não deve ter como objectivo realizar poupanças orçamentais, afirmam, sustentando que «às novas necessidades

**Uma nova reforma da PAC não pode ter como objectivo realizar poupanças orçamentais**

deverão corresponder novos meios, o que implicará uma revisão do actual quadro financeiro decidido em Berlim, em 1999».

O PCP defende uma PAC que «promova uma produção de qualidade com respeito pela natureza, que tenha em conta a modificação dos processos de produção, que apoie os produtos regionais (como as raças autóctonas) e o abastecimento dos mercados locais, e não priorize a lógica do lucro, mas,

antes, garanta o rendimento dos pequenos e médios agricultores, através de um preço justo à produção, a segurança alimentar, a saúde dos consumidores, o reequilíbrio na distribuição das ajudas entre países, produtores e produtores, tendo em conta as especificidades regionais e a realidade do sector agrícola em cada Estado-membro».

### Rever acordos

Os comunistas consideram igualmente fundamental que, no âmbito das negociações agrícolas da Organização Mundial de Comércio, «se revejam os acordos internacionais sobre alimentação animal, como o acordo de Blair House, de 1992, entre a UE e os EUA que proíbe a UE de produzir mais do que 25 por cento das suas carências em proteínas vegetais, tornando-a assim, dependente de importações, em particular dos EUA».

«Não é admissível, por exemplo, que a UE apenas produza quatro por cento da soja que utiliza e somente 30 por cento do girassol», afirmam os deputados do PCP concluindo que «a defesa da soberania alimentar é também uma condição essencial para a reforma da PAC e para a defesa do mundo rural».

Reconhecendo alguns aspectos positivos nas medidas actuais de combate à crise da BSE, o PCP qualifica-as de «tardias, temporárias e claramente insuficientes para resolver um problema ainda não totalmente clarificado, incluindo as suas consequências para a saúde humana e animal, para a fileira produtiva e ao nível orçamental».

Por fim, os deputados do PCP exigem o levantamento da proibição dos bovinos portugueses, notando que se trata do único embargo europeu em vigor.

## Reino Unido vendeu sangue contaminado

O Reino Unido exportou para 11 países derivados de sangue contaminado com a versão humana da doença das «vacas loucas», ou seja, a nova variante da doença de Creutzfeldt-Jakob. Os preparados, que foram feitos com sangue doado por três vítimas da referida doença, podem ter sido utilizados por milhares de pessoas entre 1996 e 2000.

Apesar de o contágio por via sanguínea desta encefalopatia não ter sido demonstrado cientificamente até ao presente, a verdade é que o próprio Reino Unido compra desde 1998 aos Estados Unidos o plasma que é utilizado nos hospitais públicos. A notícia foi divulgada na passada segunda-feira pelo jornal britânico *The Guardian*, segundo o qual os países importadores foram a Irlanda, Brasil, Dubai, Turquia, Índia, Egipto, Brunei, Oman, Marrocos, Singapura e Rússia. Segundo os últimos dados conhecidos, a variante humana da encefalopatia espongiforme bovina (BSE) já vitimou 94 pessoas no Reino Unido. Treze dos falecidos foram doadores de sangue, parte do qual acabou recebida por 23 britânicos. O restante foi aproveitado para todo o tipo de derivados sanguíneos que foram administrados a numerosos pacientes.

O governo só na semana passada disse que pensava alertar as associações de hemofílicos para a utilização de sangue infectado, contrariando alegadamente os conselhos dos médicos que teriam preferido manter o silêncio para evitar alarmes que consideram inúteis, tanto mais que se desconhece se existe de facto o perigo de contágio.

Todavia, o Ministério da Saúde recomendou a utilização de instrumentos descartáveis em algumas operações, nomeadamente às amígdalas e apendicites, uma vez que a proteína infecciosa que provoca a BSE não é destruída nos processos habituais de esterilização.

O próprio executivo já destinou uma verba de 200 milhões de libras (cerca de 60 milhões de contos) para a compra de novos instrumentos de cirurgia. Apesar disso, e como não existe uma proibição oficial do uso destes instrumentos, algumas fundações de saúde continuam a enviá-los para países do terceiro mundo, como por exemplo a Índia que recebeu um endoscópio para explorações internas de órgãos que antes tinha sido usado num paciente que mostrava sintomas de encefalopatia, embora mais tarde as análises tenham sido negativas.

Recorde-se que o Reino Unido, depois de ter proibido no seu mercado interno o uso de farinhas animais, continuou a exportá-las para cerca de 70 países até 1996, incluindo toda a União Europeia. Quando a proibição se estendeu a todo o espaço europeu, os britânicos foram à procura de novos mercados.

## Alerta da ONU

# Pobreza flagela meios rurais

**O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) concluiu que 75 por cento dos 1200 milhões de pessoas que vivem com menos de um dólar (215 escudos) por dia encontram-se nas zonas rurais.**

Quase metade das populações mais pobres do mundo – 44 por cento – vive no sul da Ásia, 24 por cento na África subsaariana, 24 por cento no leste asiático e 6,5 por cento

na América Latina e nas Caraíbas, refere o relatório do IFAD.

Esta realidade, segundo aquela agência das Nações Unidas, é uma consequência

da redução em dois terços das ajudas à agricultura, verificada entre 1987 e 1998, período em que foram igualmente cortados os investimentos globais na agricultura e nas zonas rurais. «Os actuais esforços de desenvolvimento continuam a negligenciar totalmente os camponeses e o povo rural», afirmou Michael Lipton, director da unidade de pesquisa sobre a pobreza da Uni-

versidade de Sussex, no Reino Unido, e um dos técnicos que contribuíram para este estudo, divulgado na segunda-feira, na sede da ONU em Nova Iorque. «O enorme esquecimento a que foi votada a pobreza rural em todo o mundo tem de ser alterado», acrescentou Lipton.

Na Cimeira do Milénio, em

Setembro passado, cerca de 150 dirigentes mundiais comprometeram-se a reduzir para metade, até 2015, o número de pessoas que vive em situação de extrema pobreza, mas o relatório põe em causa este objectivo, afirmando que a ajuda não está a ser dirigida para onde a maioria dos pobres vive e trabalha.

### Concepção errada

«O falhanço é originado em grande parte pela concepção errada de que o problema da pobreza se mudou da província para as megacidades do mundo desenvolvido», considerou Fawzi Al-Sultan, presidente do IFAD.

Para atingir o objectivo aprovado na Cimeira, 30 milhões de pessoas teriam de sair da pobreza todos os anos, mas apenas 10 milhões o conseguem. A pior situação verifica-se na África subsaariana, onde o ritmo de redução da pobreza teria de aumentar seis vezes para atingir a meta de 2015, sublinha o relatório.

Deste modo, o combate à pobreza requer que seja dada uma nova atenção ao desenvolvimento agrícola e às necessidades das populações rurais. O relatório apela a um esforço global para melhorar o acesso à terra, à água, tecnologia e capital, assim como a mercados mais abertos. Apela ainda à concretização de reformas agrárias e novas políticas de combate à discriminação contra as mulheres, que constituem a maioria dos pobres rurais e cuja pobreza é muitas vezes acentuada por obstáculos legais e culturais.



Metade dos mais pobres estão na Ásia e em África

## Pesca

# CE prolonga ajudas

A Comissão Europeia decidiu prorrogar até 30 de Junho as ajudas aos pescadores portugueses e espanhóis impedidos de pescar em águas marroquinas devido ao fim do acordo com aquele país do norte de África. Esta medida, adoptada na terça-feira, corresponde a uma decisão tomada no passado mês de Dezembro pelo Conselho Europeu de Nice.

Bruxelas anunciou ainda a

intenção de propor brevemente um plano de reestruturação dos frotas afectadas que deverá passar pelo desmantelamento de parte das embarcações.

No entanto, o comissário europeu Franz Fischer declarou que a Comissão não tem intenção de esperar até ao final do novo prazo para concluir um novo acordo com Rabat, mostrando assim acreditar ainda no sucesso das negociações.

O último acordo de pesca com Marrocos vigorou entre Dezembro de 1995 e 30 de Novembro de 1999, data a partir da qual a frota dependente dessas águas foi obrigada a parar. As ajudas concedidas a Portugal e Espanha elevaram-se a 9 e a 59 milhões de euros, respectivamente, aos quais se somaram os montantes das contribuições nacionais.

• Carlos Nabais  
Texto

Ilda Figueiredo sobre Fórum Social Mundial

# «Porto Alegre foi uma expressão da

O Fórum de Porto Alegre promoveu um vasto conjunto de debates reunindo participantes das mais diversas proveniências. Nessa diversidade foi possível chegar a pontos de vista comuns?

Penso que o fundamental foi este fórum ter-se realizado pela primeira vez e a forma como tal aconteceu. Participaram de facto pessoas de cerca de 120 países - representantes de organizações diversas, de partidos políticos, de sindicatos, universitários, especialistas, etc. - com um objectivo comum: a denúncia desta globalização neoliberal.

O debate foi muito rico, cruzou opiniões e pontos de vista diversos mas convergentes nesta ideia: o mundo como está não serve os interesses das populações, é discriminatório, tem agravado desigualdades e criado pobreza, quando hoje, aproveitando os progressos tecnológicos, havia todas as condições para, através de uma melhor redistribuição da riqueza e com uma outra forma de organização política, dar respostas às actuais carências. Ficou também a ideia de desenvolver a nível local, nacional e internacional acções de denúncia e de luta por uma alternativa, com a convicção de que «um outro mundo é possível».

Isto criou um ambiente de uma grande alegria e confraternização que, de algum modo, a mim e a outros comunistas portugueses que lá estavam, lembrou-nos a nossa Festa do «Avante!». Havia algo de semelhante na forma como se viveu naquela cidade durante os dias do Fórum.

Esta iniciativa vem na decorrência das manifestações de Seattle e de outras que se lhe seguiram?

A proposta de criar o Fórum Mundial Social, como aliás os próprios organizadores afirmam, decorre das mobilizações ocorridas na Europa contra o

Acordo Multilateral de Investimentos, 1998, das grandes manifestações de Seattle contra a Organização Mundial do Comércio, em 1999, e das realizadas em Washington contra as políticas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. O Fórum veio reforçar e alargar este movimento, procurando dar um salto qualitativo em termos de organização do debate e da conjugação de esforços.

E conseguiu-se dar passos nesse sentido?

Penso que Porto Alegre marcou de alguma forma uma viragem que terá agora de ser continuada tal como foi assumido pelos seus organizadores e por toda a gente que por ali passou. Todos sentimos a necessidade de dar continuidade, de melhorar e reforçar a organização deste movimento, sem perder simultaneamente a diversidade de organizações que o integram e a participação popular.

Muitos atribuem às ONG's (organizações não-governamentais) um papel determinante na organização da sociedade civil. Isso verificou-se em Porto Alegre?

Nesse particular, Porto Alegre distinguiu-se de acções anteriores por congregar as diferentes formas de organização social, política e associativa. Participaram partidos políticos de esquerda da América Latina, da Europa e de outras partes do mundo, parlamentares e autarcas. O próprio poder político teve um envolvimento decisivo, quer a nível autárquico quer a nível do estado do Rio Grande do Sul, que é governado por uma coligação de esquerda formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). Mas, simultaneamente, participaram activamente as universidades, especialistas em diferentes áreas, e também, em grande número, organizações não-governamentais.

Não é, portanto, verdade quando se afirma que o Fórum Social Mundial foi uma criação das ONG's?

Não. Até porque os principais organizadores foram os responsáveis do município e do estado de Rio Grande do Sul, em estreita cooperação com os sindicatos, a Universidade Católica de Porto Alegre e também com o apoio da Associação ATTAC, liderada pelo *Monde Diplomatique*, para além de muitas outras associações e organizações.

Esta foi a primeira vez que o PCP esteve presente numa iniciativa deste género?

Sim, mas este foi também o primeiro Fórum do género que até hoje se realizou. Tivemos camaradas a participar em diversas actividades, quer em

representação oficial do PCP, que era o meu caso, quer de outra forma. Estiveram eleitos autárquicos, nomeadamente da Câmara de Palmela e de Loures, um dirigente sindical da Interjovem da CGTP-IN, entre outros.

Para além de representar o PCP, integrei igualmente a delegação do Grupo da Esquerda Europeia/Esquerda Verde Nórdica que se fez representar com seis deputados de vários países, nomeadamente, para além do nosso, da Espanha, França, Dinamarca e Itália.

A pluralidade de organizações não traz alguma confusão ao movimento, podendo a prazo esvaziá-lo de sentido?

Creio que não. O mundo é feito desta diversidade e é preciso ter isso em conta na construção de alternativas, que não têm de ser iguais para todos em todo o lado. O fórum teve essa grande riqueza. Soube manter a diversidade de maneiras de ser, de estar e de ver o mundo, que no entanto convergem no repúdio pela forma como ele está hoje organizado.

Mas também é verdade que as reivindicações que reúnem consenso no movimento são ainda limitadas, por exemplo, a aplicação de uma taxa Tobin, ou o perdão da dívida ao terceiro mundo. Foi por isso que não houve nenhuma declaração final do Fórum?

É verdade que não saiu do Fórum Social Mundial uma declaração comum, a não ser a decisão de realizar já no próximo ano um novo fórum em Porto Alegre, e um apelo às diferentes organizações para que realizem outros eventos noutras cidades do mundo alargando esta ideia mobilizadora de luta contra esta globalização capitalista. Mesmo esta expressão, «globalização capitalista», não é utilizada por todos, mas dizem-se contra a globalização neoliberal e a favor de uma globalização social solidária.

Isso significa que nem todos põem em causa a natureza do sistema?

Estavam ali pessoas que, como eu, defendem o socialismo, como uma alternativa a este sistema, e outros que não sabem bem se é isso que querem. Todos querem uma alternativa e acham que é possível um outro mundo. Sobre a forma de lá chegar e sobre o tipo de organização desse mundo não há apenas uma, mas muitas soluções. Por isso, não há por enquanto uma plataforma global quanto ao tipo de alternativa. É uma questão tem de continuar a merecer um grande debate, porque cada um tem a sua forma de ver, a sua cultura e formação política e ideológica.

A questão central é de facto ideológica, embora

«A esperança que esteve presente no fórum é de que é possível construir um mundo novo, mais humano, e isso vai exigir a participação de todos os homens e mulheres de boa vontade, cabendo aos políticos à esquerda um papel fundamental»

## luta de classes»

alguns insistam que este movimento antiglobalização rejeita filiação ideológicas... Sentiste isso em Porto Alegre?

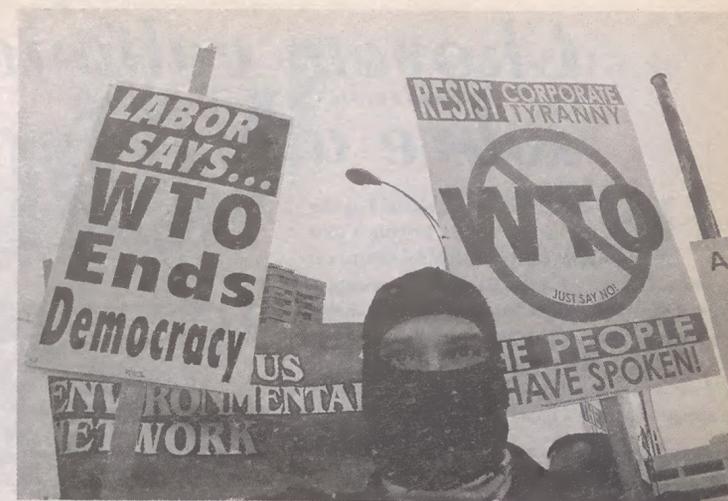
Não, pelo contrário. Ali as questões e diferenças ideológicas estiveram muito presentes em vários debates.

Achas que isso se deveu à participação de partidos políticos?

Claro que foi importante a participação dos vários partidos comunistas e de outras formações de esquerda. O pólo aglutinador de todos os que ali estavam era dizer: esta globalização não serve, queremos políticas alternativas mais justas que coloquem as pessoas no centro das atenções. Em nossa opinião essa alternativa passa pelo socialismo, outros não têm essa opinião, mas isso não retirou importância a este grande fórum que se manifestou claramente contra a exploração capitalista.

Estamos inteiramente de acordo. O impacto desta iniciativa é inquestionável e o próprio clube de Davos acusou a pressão crescente que o movimento exerce sobre a opinião pública. Desta vez, como de resto já tinha acontecido noutras ocasiões, os adversários do capitalismo não foram pura e simplesmente ignorados...

É verdade, embora tenham começado por ser. O próprio presidente brasileiro mostrou inicialmente indiferença e distanciamento em relação ao Fórum de Porto Alegre. Com o decorrer das iniciativas as coisas alteraram-se, chegando mesmo a realizar-se já na parte final uma vídeo-conferência entre Davos e Porto Alegre. Independentemente do que foi dito nela, foi a prova de que mesmo Davos não pôde ignorar o Fórum.



## «O capitalismo não é burro»

A vídeo-conferência não foi de certo modo uma manobra inteligente por parte dos participantes de Davos, com vista domesticar este movimento que começa a ter dimensões assustadoras?

Creio que capitalismo não é burro, nem tenho ilusões quanto à sua «generosidade». Por isso, algum abrandamento nas suas posições e algumas palavras de «preocupação social» que surgem pela primeira vez nas conclusões de Davos têm de ser entendidos como uma conquista das lutas de que o Fórum Social Mundial de Porto Alegre é uma expressão. Claro que se por um lado é uma conquista, sabemos também que este recuo visa desmobilizar futuras lutas.

Como interpreta a declaração de George Soros (o famoso especulador financeiro) de que concorda com a aplicação da taxa Tobin, apesar de ser contra os seus interesses pessoais?

Não é senão uma grande hipocrisia que visa a tal desmobilização que referimos. Mas, já agora que fique claro: este movimento não existe apenas para exigir a aplicação da taxa Tobin. Essa é uma ideia muito redutora, apesar de terem lá estado organizações que lutam por esse objectivo central.

O Fórum Parlamentar Mundial (um dos três fóruns que se realizaram em Porto Alegre), para além de se associar às várias campanhas em curso - incluindo a taxa Tobin, a supressão dos

paraísos fiscais e a abolição da dívida dos países pobres - defendeu igualmente na sua declaração final uma profunda reforma da organização mundial de comércio e das instituições financeiras internacionais; o respeito dos objectivos ecológicos da agenda 21; a proibição do patenteamento de seres vivos; apoiou os objectivos da marcha mundial das mulheres contra a discriminação e a violência; e incumbiu aos parlamentares o papel de sustentar a acção dos sindicatos e associações com finalidade social democrática ou ambiental que estão envolvidas na viabilização da alternativa à ordem neoliberal.

A declaração manifestou-se pelo respeito da soberania democrática e popular, priorizando os objectivos de desenvolvimento humano face à multiplicação dos acordos de livre mercado e à liberdade crescente do capital em detrimento dos direitos sociais e ecológicos. Foi ainda recusada a mercantilização e privatização dos bens e serviços públicos necessários para responder às necessidades dos povos.

São propostas que vão muito além da aplicação de uma taxa sobre os movimentos de capitais e que foram aprovadas por mais de 400 parlamentares de vários países do mundo.

O Fórum Parlamentar decidiu igualmente criar uma rede internacional de parlamentares. Como irá funcionar?

Está tudo em aberto, uma vez que não houve ainda nenhuma experiência. Não se trata da criação de qualquer estrutura, mas tão-só uma rede de contactos. O objectivo é que os parlamentares de esquerda de todo o mundo possam de futuro trocar entre si informações e concertar acções. Por exemplo, se num determinado dia os parlamentares decidirem promover um debate sobre o perdão da dívida aos países pobres, isso terá sem dúvida grande impacto público.

Isso prova que os partidos são as organizações mais consequentes?

Sem dúvida. Prova que onde os políticos estiveram (comunistas e não comunistas, mas com uma visão à esquerda) foi possível elaborar um documento que apresenta de forma clara quais são os seus objectivos, as linhas de trabalho e principais orientações, embora sem qualquer objectivo de hegemonia.

Pode estabelecer-se uma ligação entre o Fórum de Porto Alegre e outras acções contra o liberalismo e as manifestações europeias de Lisboa, Porto e mais recentemente de Nice?

Não existe qualquer tipo de estrutura organizativa entre estas diferentes manifestações, apesar de haver pessoas que participaram em várias delas. No entanto há um fio condutor que é a luta contra as políticas que caracterizam a fase actual do capitalismo. São objectivos comuns que impulsionam e demonstram que existe uma luta de classes não só a nível local e nacional, mas também internacional e que é preciso desenvolvê-la e dar-lhe maior expressão pública.

Em Porto Alegre, essa luta de classes teve uma expressão pública muito visível no plano internacional.

Durante muito tempo o capitalismo tentou fazer crer que havia um pensamento único e que toda a gente estava acomodada com esta situação porque não havia outra solução. Ora o que hoje está a começar a ficar claro, e o Fórum é disso expressão, na sequência de todas as lutas anteriores, é que há uma força importante no mundo - de pessoas, organizações, instituições, de políticos, de professores universitários, de sindicalistas, de populações que dizem: «Estamos descontentes. Isto não serve. É necessário lutar por outras políticas e um mundo melhor é possível.»

Alguns observadores concluem, de forma não inocente, que o movimento antiglobalização é um prenúncio do fim dos partidos políticos, como organizadores e intérpretes das lutas e reivindicações das populações, que seriam substituídos por um outro tipo de organizações. Concordas?

Quem esteve no Fórum Social de Porto Alegre certamente que não terá essa visão. Por uma razão fundamental: os partidos políticos estiveram lá e participaram activamente nas diversas iniciativas. Estiveram lá os seus militantes, muitos dos seus dirigentes e até se realizou um fórum parlamentar mundial que reuniu centenas de políticos de esquerda do mundo e um fórum de autoridades locais (de autarcas). Estes fóruns foram de resto os únicos terminaram com a aprovação de declarações finais.

Isso prova que os partidos são as organizações mais consequentes?

Sem dúvida. Prova que onde os políticos estiveram (comunistas e não comunistas, mas com uma visão à esquerda) foi possível elaborar um documento que apresenta de forma clara quais são os seus objectivos, as linhas de trabalho e principais orientações, embora sem qualquer objectivo de hegemonia.

Este movimento é um obstáculo sério ao capitalismo?

Não tenho nem demasiado optimismo (de que estamos perto de acabar com o sistema capitalista a curto prazo) nem a ilusão de que o capitalismo vai passar a ter um rosto mais humano. Mas tenho a esperança, e esta esperança esteve presente no fórum, de que é possível construir um mundo novo, mais humano, e isso vai exigir a participação de todos os homens e mulheres de boa vontade, cabendo aos políticos à esquerda um papel fundamental.



Por toda a cidade de Porto Alegre decorreram as diversas iniciativas do Fórum Social Mundial. Na foto, Ilda Figueiredo com o eurodeputado espanhol Pedro Marret, frente à Câmara Municipal



O Fórum Social Mundial reforçou e ampliou o movimento antiglobalização capitalista, cuja força já tinha nas grandes manifestações de Seattle (nas fotos em cima e em baixo)

O Fórum Social Mundial

# Chovem calúnias

## sobre a

# Venezuela

## bolivariana

● Miguel Urbano Rodrigues

**D**esde os tempos da Unidade Popular chilena que não se assistia a uma campanha internacional contra um governo da América do Sul tão permanente, intensa e abrangente como a que tem hoje por alvo o de Hugo Chavez. É uma campanha simultaneamente feroz e caluniosa que apresenta a peculiaridade de ter como pólos de irradiação fundamentais a Colômbia e os Estados Unidos.



Nos últimos meses a oligarquia colombiana conseguiu a proeza de ultrapassar em agressividade a direita venezuelana nos seus ataques a Chavez.

Os insultos ao presidente do país vizinho são agora o pão-nosso-de-cada-dia nos grandes diários de Santa Fé de Bogotá.

Uma campanha assim precisa, obviamente, de ser alimentada com factos. Uma central da contra-informação e da desinformação fabrica as «notícias» susceptíveis de gerar tensão entre os dois países e difunde-as a partir da Colômbia e dos Estados Unidos. A máquina da intriga e da mentira foi cuidadosamente montada e, com frequência, consegue envolver e confundir gente séria.

Para que os leitores do «Avante!» possam avaliar a perversidade destas manobras citarei dois episódios que geraram tamanha tensão entre a Colômbia e a Venezuela que o governo de Andrés Pastrana chamou o seu embaixador em Caracas para consultas, num gesto que expressou o mal-estar existente.

Tudo começou com o alarido levantado em Bogotá pela divulgação de críticas ao Plano Colômbia formuladas na capital venezuelana por uma representante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC-EP.

O noticiário foi de tal modo cozinhado que somente com atraso ficou claro que as autoridades venezuelanas eram totalmente alheias àquilo que se passara. A porta-voz das FARC falara, afinal, num simpósio promovido pelo Parlamento

Latino-americano, convidada por deputados dessa instituição supranacional.

Hugo Chavez teve dias depois a oportunidade de pôr tudo em pratos limpos quando se encontrou no México com Pastrana, durante a cerimónia da posse de Vicente Fox. Mas a intriga já havia produzido, parcialmente, os efeitos que visava.

Logo a seguir outra campanha, mais envolvente e ambiciosa, abalou as relações entre os dois países caribenhos.

Quem a desencadeou foi o presidente da Comissão de Relações Exteriores do câmara baixa da Colômbia, Manuel Velasquez, ao definir Hugo Chavez como «um perigo», responsabilizando-o por uma política de agressividade supostamente praticada pelas Forças Armadas da Venezuela na fronteira com o seu país.

A acusação não tinha pés nem cabeça. A simples divulgação dos incidentes de fronteira a que aludiu demonstrou posteriormente que eram relativos ao período 1982-2000. Ora Chavez foi eleito há apenas dois anos...

### Campanha orquestrada

Mas Velasquez cumpriu apenas o papel do incendiário que põe fogo na floresta. Logo a seguir, numa campanha orquestrada, jornais colombianos e norte-americanos acusaram frontalmente Chavez de manter vínculos pessoais com as FARC e de lhes fornecer armas. Em Bogotá foram exibidas armas do exército venezuelano, com a numeração gravada no aço.

Teriam sido capturadas à guerrilha das FARC por tropas colombianas.

A revelação obteve eco imediato nos EUA. Provocou assombro.

Peter Romero, subsecretário de Estado para Assuntos Latino-americanos, bem conhecido pelas suas posições de ultradireita, aproveitou a oportunidade e, numa entrevista ao Miami Herald - jornal intimamente ligado à máfia cubana da Florida - acumulou injúrias e acusações caluniosas contra Chavez.

O homem, que não brilha pelo talento, desbocou-se. Tanta asneira e aleivosia disse que a própria embaixadora dos EUA em Caracas, Donna Hrinak, achou indispensável deitar água na fervura e convocou a imprensa para apresentar desculpas. Não foi feliz. Ao esforçar-se por melhorar a imagem de Romero enterrou mais o subsecretário. Na sua opinião o fofoso diplomata fora ingénuo, ao acreditar que as suas inocentes «focadas» não seriam «gravadas e publicadas», pois estava a falar confidencialmente (*off the record*) com os repórteres do «Miami Herald».

O presidente venezuelano enviou um protesto ao governo dos EUA. Mas não gastou muito tempo com Romero. Limitou-se a qualificá-lo de «agitador internacional» que se comporta como um provocador reincidente.

Chavez chamou fundamentalmente a atenção para a extrema gravidade das calúnias que visavam as Forças Armadas da Venezuela.

Inesperadamente, a sua conferência de imprensa foi transformada em cenário de um filme policial de *suspense*. Numa mesa foram colocadas armas. Esses fuzis do exército venezuelano tinham os números daqueles que haviam sido exibidos em Bogotá.

O presidente usou palavras duras para expressar o que pensa da escória política colombiana que, no seu amoralismo, desce à baixeza de clonar armas falsas.

Aos promotores da calúnia não passou pela cabeça que nos quartéis venezuelanos se encontravam os originais das armas falsificadas que eles haviam exibido.

### O que está em causa

Dirigindo-se aos jornalistas - sobretudo aos norte-americanos - Hugo Chavez fustigou a oligarquia colombiana, por ele qualificada de «venenosa e selvagem», disposta a recorrer a quaisquer meios para atizar ventos de guerra entre os dois países. Leu então passagens de um livro em que Ernesto Samper, ex-presidente da Colômbia, conta como a direita conservadora colombiana, por ele hostilizada, mandou colocar pacotes de droga no seu avião quando viajou para os EUA em visita oficial. Tal iniciativa inseriu-se na campanha que apresentou Samper como ligado ao narcotráfico, campanha que levou Washington a negar-lhe posteriormente visto de entrada...

Se agiram assim com o presidente do seu próprio país, que se pode esperar dessa gente relativamente à Venezuela bolivariana? - perguntou Chavez.

Aliás, a ultradireita colombiana não falsificou apenas fuzis. Divulgou também fotografias de militares venezuelanos, cujos nomes publicou, identificando-os como contacto da guerrilha. Supostamente eram dois oficiais da reserva. Na realidade, a fotografia fora tirada em Cartagena de Índias durante uma Cimeira de Presidentes latino-americanos. E os dois oficiais eram ajudantes de Chavez.

A propagação de calúnias deste nível passou a ser tão comum, tão rotineira, que órgãos de informação influentes acabam por morder o anzol, servindo aos objectivos dos inimigos da Venezuela bolivariana.

Aconteceu isso, por exemplo, com a revista «Cambio», de que é director Gabriel Garcia Marquez.

A fotografia acima referida apareceu nas suas páginas. O incidente motivou um comentário do ministro dos Negócios Estrangeiros da Venezuela e, palavra puxa palavra, Garcia Marquez acabou envolvido numa polémica em que para defender a redacção da sua revista teve a aplaudi-lo a fina flor da oligarquia colombiana.

O episódio coloca o leitor perante aspectos mal conhecidos, mas dolorosos, da ofensiva caluniosa que tem por alvo a Venezuela e sobretudo o seu presidente.

A personalização excessiva dos ataques nessa campanha pode, porém, gerar ilusões. O que está em causa na pátria de Bolívar não é um homem, mas a recusa de um sistema, um desafio à ordem imperial, um projecto de sociedade de classes em curso na Venezuela, encarna o espírito de combate e a vontade de independência do seu povo. Por isso mesmo aparece ao imperialismo norte-americano como um estorvo e uma ameaça.



## Comunicação

• Francisco Silva

Tenho de voltar ao assunto. Isto, após ter prometido a mim mesmo que iria mudar de terreno, pelo menos nos próximos tempos. Com efeito, pareceu-me que não valeria a pena continuar a fazer chover no molhado. Por um lado, já muitos se terão apercebido da existência de problemas graves relacionados com o uso das munições de urânio empobrecido e que os responsáveis já há bastante tempo estão conscientes disso, incluindo os «periféricos» políticos portugueses. Por outro lado, já começou a haver bastante matéria publicada sobre o assunto por cientistas portugueses nos órgãos da Comunicação Social. Isto é, os ditos «fazedores de opinião» já terão suficiente matéria para exercer com eficaz denodo o tal Quarto Poder, contra esta cegueira da barbárie às nossas portas! Isto, se realmente estiverem interessados em o fazer, para mais alguma coisa do que os conflitos institucionais e de capelas cá do burgo.



## Das palavras

### aos actos ou de como os responsáveis se (não) informaram sobre o urânio empobrecido

(Não parece ser esta, aliás, a opinião de Pacheco Pereira - vide, por exemplo, o *Público* de 25 de Fevereiro último -, pronto a considerar que, pelo menos neste caso, estes meios têm justificado os fins; e, julgo percebê-lo nas entrelinhas, que, os meios talvez não se justificassem se militares «ocidentais» estivessem a ficar programados para uma morte a prazo mais ou menos curto devido à sua participação nestas acções de guerra/«paz», o que não parece ser o caso - ele acrescentando.)

Mas, porque o debate vai continuar a prazo - com altos e baixos, é claro - e porque irão continuando a chegar preciosas achegas tanto sobre o conhecimento por parte dos responsáveis políticos e outros acerca da matéria como sobre a substância do assunto em si mesmo, não resisto à tentação de voltar à carga. Mais que não fosse, para procurar ajustar a pontaria sobre certos pontos comunicacionais ainda não explicitamente focados por mim em textos anteriores.

Hoje quero, portanto, alinhar, aqui, alguns comentários sobre a questão do conhecimento dos factos, da responsabilidade política ou institucional e do papel dos meios de comunicação.

Anotem, desde logo, que escrevi meios de comunicação e não meios de comunicação social, ou *media*, como também é costume designá-los. Ou seja, entre a Internet e a realidade por ela representada também devem ser consideradas.

Os factos: em diversos países da NATO gerou-se inquietude por causa dos efeitos das munições de urânio empobrecido sobre os «seus» militares envolvidos em operações no Kosovo e na Bósnia. Muito trabalho através da Comunicação Social foi, então, desenvolvido com vista a assegurar que os riscos são mínimos e que nada se pode provar. Resultado: no essencial, a opinião pública parece não ter ficado muito pre-

ocupada e a questão, tal como outras ondas que atravessam a Comunicação Social, teria rapidamente entrado em desvanecimento.

Outros factos: a chamada de atenção para as consequências sobre os povos do Iraque e dos povos da antiga Jugoslávia não parece preocupar muito as populações, as dos países da NATO, pelo menos é o que nos querem fazer crer - uma prova seria a do novo presidente jugoslavo, que bem tentou chamar a atenção para tal, mas os dirigentes ocidentais parecem contar com populações confiantes neles... ou pouco interessadas em tais calamidades.

Outros factos comunicacionais: o papel da Internet nisto tudo - tanto se fala dela e agora parece não ter a informação, a que através dela se pode aceder, importância para o conhecimento destas matérias.

Disseram: se não sabiam, deviam saber! De acordo. Não é a incúria, nem o fingir, nem a ignorância, que podem desresponsabilizar o cidadão, nem, muito menos, os detentores de cargos em órgãos de soberania.

As perguntas: numa época em que um governo como o português tem apadrinhado *urbe et orbe* tudo quanto cheire a sociedade da informação, a e-Europa, a grande «iniciativa portuguesa» na UE, em particular, o Chefe do Governo e o seu braço armado para tais fins, o ministro da Ciência e Tecnologia, terá cabimento não considerar a existência da Internet como um inescapável meio de comunicação para o *dossier* do urânio empobrecido? Ou só contam os relatórios oficiais e, quando muito, as televisões, as rádios e os jornais de referência? Ou só contam os *sites* dos órgãos de Comunicação Social?

É em alturas destas, quando surge uma contradição séria, que desaparecem paixões e aparece a nudez do que parece soar a parlapatice.

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### O olhar e a memória

Francisco Miguel

Beijo-te as mãos. Purificadamente como, em petiz, na hóstia consagrada recebia a mensagem desvendada para a força eficaz de estar presente.

Fico a olhar-te. Olhar-te simplesmente para gravar em mim cada pegada do além, cada expressão, e cada ruga, palavra, unção, menção, semente.

Ali, bicho da terra tão pequeno, queimado de suor e de veneno eu, mísero, senhor de alta fazenda

só por saber, olhando, que afinal a lenda é bem maior porque és real e o real é bem maior, porque és mais lenda.

### Globalização

Saem dos fumos, ébrios, os cavalos. crinas de fogo soltas pelo vento. Já se queima na urze o pensamento a Terra estremecendo dos abalos.

Os próprios deuses são os seus vassallos raivas do inferno, fornos do fermento as púrpuras retraçam no convento. Saem dos fumos, ébrios, os cavalos.

Sombras comem a cal de altas paredes febres, túneis, ardis, desertos, sedes medos penteando os seus cabelos ralos.

E os olhos das crianças perguntando «pai, que vamos fazer agora?» quando saem dos fumos, ébrios, os cavalos.

### Porquê?

Podia, em vez de lodo, haver jardim em vez das longas lágrimas, um beijo as mãos semeando em vez deste bocejo em vez de vermes, rostos no cetim.

Podia, em vez de fome, haver festim e de astros, em vez de ostras, um cortejo à noite, um sonho em vez de um percevejo em vez de espanto, a voz de Bernardim.

Eu podia, em vez de eu, ser outro ser Em vez de irmos morrendo, compreender. Em vez do pó, o mar doutra maré.

Ter uma asa, em vez de um ferro em brasa. Se outra podia ser a nossa casa, meus amigos, porquê, por que não é?

### Hoje

Tempo em que a morte andava ao nosso lado. Em cada passo, em cada gesto, um perigo. Dias Coelho, Alex, sabem o que digo. A morte - e nem um simples obrigado.

Pois, sendo assim, nem um gesto de enfado uma palavra de ódio ou de castigo tudo tão natural como ir o trigo espalhando nos sulcos do arado.

Era tudo tão fácil! Hoje em dia é preciso maior sabedoria para entender o rosto da História.

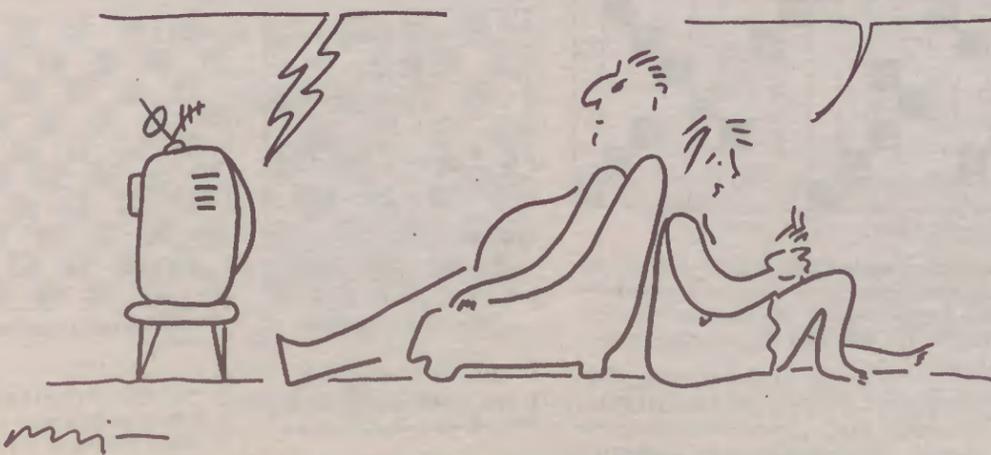
Hoje heroísmo é estar, aguentar sendo o que sempre fomos, conformar a força do olhar e da memória.

## Cartoon

• Monginho

PS E PSD  
QUEREM AS CÂMARAS  
MUNICIPAIS DIRIGIDAS  
POR UM SO' PARTIDO.  
... É O APROFUNDAMENTO  
DA DEMOCRACIA!

DIGA ANTES AFUNDAMENTO!  
E QUANDO OÍÇO COISAS DESTAS  
LEMBRO-ME SEMPRE DO  
BERTOLT BRECHT...  
"... E QUANDO ME LEVARAM  
JA' ERA TARDE "



## Religiões

• Jorge Messias

É curioso verificar-se como aparentemente, nos tempos presentes, os grandes problemas e as suas potenciais soluções caminham a galope. Soluções demasiadamente apressadas, diríamos, ao sabor dos mercados: Vaticano II, guerra fria, lutas pela paz, fundamentalismos, separação ou aproximação das igrejas, colonialismos ou independência dos povos, capitalismo ou socialismo, tudo nos é descrito como processos encerrados por uma espécie de varinha mágica de condão. E, afinal, as raízes dessas velhas feridas ressurgem a cada passo.

No mundo religioso, o ecumenismo nasceu mal, como estratégia de uma igreja da Reforma para alcançar hegemonia sobre as suas congéneres. A intenção era negativa, geradora da ânsia do poder. Mas depois, como ideia passada à prática, o ecumenismo teve capacidade para se autocriticar e para se envolver nas questões sociais do mundo exterior. Desde então, o movimento ultra-



# Chicanas da liberdade religiosa

passou as suas limitações iniciais e universalizou-se, assumindo-se como humanista em terras onde as religiões perdiam já a sua influência tradicional. Com o Concílio Vaticano II o ecumenismo ganhou uma nova dimensão. Abertas as portas aos outros credos, as religiões passariam a unir os homens em vez de cultivarem os ódios e alimentarem projectos de riqueza e de poder. Mas em muito pouco tempo, como também como se sabe, o Vaticano II transformou-se num amontoado de palavras vazias de sentido. As igrejas ocidentais - católicas ou não - foram agentes activos dos interesses de um dos sistemas políticos em confronto. O movimento ecuménico contraiu uma doença mortal. Ao fazerem a sua escolha política, as hierarquias religiosas distanciaram-se automaticamente das comunidades. Passaram a gerir-se em função de lucros e de perdas. Surgiu a tese da globalização e a confusão foi total: a globalização capitalista correspondia, aparentemente, aos princípios de paz, unidade e justiça, propostos pelo ecumenismo cristão. Este erro de julgamento (semiconsciente) das igrejas completar-se-ia, em seguida, com as falsidades das leis da liberdade religiosa. O deslumbramento produzido pela ideias de reconciliação e de liberdade suscitou muitas simpatias entre as minorias religiosas, mas não só por isso: haveria mais dinheiro disponível e as igrejas pequenas poderiam partilhar migalhas do poder. Erro elementar, como depois se viu. Enquanto após encontro, a hierarquia católica nada acabaria por ceder. Assim, em Portugal (e não só) as igrejas reformadas estão a encetar uma dolorosa experiência e as amarguras de uma dura lição. Um caminho talvez sem regresso. É que no mundo interconfessional nada é diferente do mundo político. Quem detém o poder não o cede movido por ideais conciliatórios. Ou é derro-

tado ou eterniza-se no seu trono. O combate tem que ser de carácter revolucionário. Revolver é revolver, misturar. Um tipo de acção que não implica o uso da violência. E não exige, por parte dos que lutam, qualquer ódio ou sentido de segregação do adversário. Porém, implica - em religião ou em política - que as convicções sejam firmes e honestamente vividas. O imobilismo não é a paz, nem a acção exige a guerra. Também as cedências e os silêncios não promovem a unidade. Nem a partilha dos erros e dos vícios deve ser erigida ao nível das virtudes. Importa ser-se humilde mas firme. Tudo isto conduz a uma proposta de conclusão: em religião ou na política, as questões do poder devem ser olhadas com desconfiança. Quem está, quer ficar e não transige; quem luta por objectivos declarados, nem sempre o faz honestamente. Os erros graves e não corrigidos a tempo são imperdoáveis. É certo que nada é perfeito, sobretudo a convicção de que um projecto é perfeito. Nada é acabado. Nada pára no tempo, tudo muda. Mas os princípios permanecem. Não se aceita entrar nos jogos do poder ao lado do mais forte. Não se vende a alma por um prato de lentilhas. Tudo isso é inútil. A força dos cristãos é o Cristianismo e a força dos socialistas o Socialismo. Quando se esgotam internamente as energias convergentes das suas convicções, uns deixam de ser cristãos, os outros socialistas. Uns, deixam de ser católicos, outros, reformados. Uns, deixam de ser comunistas, outros capitalistas. Os mais fortes subordinam os mais fracos. Por vezes, apenas através do uso da palavra.

Os homens e as instituições - esperemos - acabarão por sobreviver. Encontrar-se-ão onde os seus caminhos se cruzarem. Sem jogos de poder, chicanas ou combinações de gabinete.

## Pontos Cardeais

### Balcãs

O ministro Mariano Gago continua alegremente a garantir que não há qualquer contaminação anormal nos Balcãs derivada dos bombardeamentos com urânio empobrecido e foi esta semana ao ponto de igualmente asseverar que «a informação que temos é que o número de casos de leucemia (entre os expedicionários dos Balcãs) se situa nos níveis normais da população. Não há motivo para procurar causas de um fenómeno que não existe».

Tanta convicção sobre a ausência de riscos na saúde dos outros impressiona, sabendo-se como se sabe - e Gago, com a sua formação científica, deve sabê-lo melhor que a generalidade dos cidadãos - que as «certezas» são inimigas da ciência e a sua assunção, na base de critérios ditos «científicos», são regular fonte de dramáticos erros e decisões catastróficas. Veja-se, por exemplo, como a «certeza» de que as radiações numa explosão nuclear deixavam de ser perigosas quando assentava a poeira foi tragicamente desmentida pela fatal contaminação de indeterminados milhares de militares e técnicos norte-americanos que se deslocaram aos locais das primeiras explosões para «analisar» os resultados.

Entretanto, uma pergunta a Mariano Gago: tem algum familiar próximo ou amigo íntimo em serviço nos Balcãs? Fazemos a pergunta, porque seria importante saber se é capaz de levar tanta convicção para a sua própria casa...

### Trocas

Informa o Público que empresários portugueses e estrangeiros de sectores exportadores, como os de vestuário e calçado, estão a abrir fábricas em países onde a mão-de-obra é mais barata e as leis laborais mais «flexíveis» (leia-se

ineficazes). Os exemplos já são mais que muitos: a Goela Fashion foi para a China e a Eslováquia, o grupo Klarks para a Índia, o grupo Ricker para a Tunísia, enquanto empresas portuguesas aproveitaram igualmente a «pechincha» e vão abrindo novas unidades noutros países: a Têxtil de Vizela no Leste Europeu, a Maconde na Roménia, a Eurotêxtil em Marrocos, enquanto o grupo japonês Yazaky poderá vir a fechar a sua fábrica em Serzedo, Gaia, pondo em perigo 7600 postos de trabalho.

Eis no que dá entregar todas as alavancas do poder económico aos interesses privados: pondo o lucro a mandar no mundo, é a própria humanidade que se perde...

### Simpatias

Na sequência dos avultados estragos e prejuízos verificados principalmente no Norte do país em consequência do mau tempo, o Governo de António Guterres pediu ajuda à União Europeia. Resposta textual, pessoalmente afirmada pelo comissário da Política Regional, Michel Barnier: «Para a União Europeia, além da mensagem de simpatia e solidariedade para com as famílias atingidas, a resposta é simples e clara: não temos na UE linhas orçamentais para dar mais dinheiro.»

Alguém acredita que a UE «não tem dinheiro» para ajudar os países membros numas cheias?! Por outro lado, com tal resposta que sentido faz a UE e a sua propaganda sobre «solidariedade comunitária» - aliás, o argumento-chave para a sua criação? Imagine-se o Governo de qualquer país virar-se para os seus cidadãos vítimas dumas cheias e responder-lhes: «tomem lá a nossa solidariedade, que daqui não levam mais nada».

Cá nos queria parecer que, com amigos destes, não precisamos de inimigos.

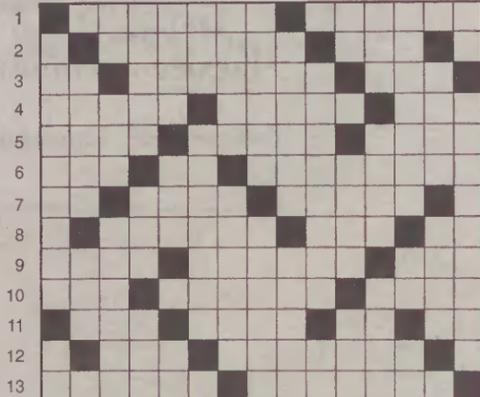
## Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 - Produz frutos; tainha grande. 2 - Qualidade do que é miúdo; prep. designativa de falta, exclusão, excepção. 3 - Atmosfera; carinhosa; certamente. 4 - Osso situado na parte inferior da coluna vertebral e formado pela associação das cinco vértebras sagradas; escamas finas que se levantam na pele, especialmente no couro cabeludo; bebida alcoólica, proveniente da destilação do melaço. 5 - Fita; limpar ou cortar os ramos inúteis das árvores; guarnição da extremidade de uma peça de vestuário. 6 - A mãe do pai ou da mãe; caminhar; protelara. 7 - Sódio (s.q.); ave palmípede, espécie de pato; réptil sáurio; interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc. 8 - Suportar; aqui; fruto da ateira, também chamado fruta-do-conde (bras.). 9 - Agastamento; irasível; costumar. 10 - Discurso laudatório; importante; unir por casamento. 11 - Sulca; rejeitar; batráquio anfíbio aquático, anuro, da família dos ranídeos. 12 - Fileira; madrugador. 13 - Secreção aquosa, transparente, insípida, levemente alcalina, segregada pelas glândulas sublinguais e submaxilares e que, pela ptialina que contém, actua sobre os alimentos; festa de arraial.

**VERTICAIS:** 1 - Mata de castanheiros; nome da letra l (pl.). 2 - Aversão; reduza a pó. 3 - Algum; jogo de cartas em que o ganho é para o parceiro que primeiro reúne um naipe completo; espécie de aranha dos desertos da Líbia, que se diz os Árabes comerem. 4 - Dignidade pontifícia (fig.); argola; naquele lugar. 5 - Caminho; partida; avenida (abrev.). 6 - Caminhado; recompensar. 7 - O que se coloca em volta de; borda. 8 - Atordoada; ressonar. 9 - Tostado; mata de castanheiros mansos. 10 - Curral; anuência. 11 - Aquelas; dignidade militar entre os Turcos; planta gramínea de haste oca, nós e entrenós. 12 - Possui; declama; curar. 13 - Baraço; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.); lftio (s.q.). 14 - Ponto cardeal oposto ao norte; incendiar. 15 - Neste lugar; macho muito grande.

**SOLUÇÃO:** HORIZONTAIS: 1 - Frutífero; fátiga. 2 - Fútil; fátiga. 3 - Frutífero; fátiga. 4 - Frutífero; fátiga. 5 - Frutífero; fátiga. 6 - Frutífero; fátiga. 7 - Frutífero; fátiga. 8 - Frutífero; fátiga. 9 - Frutífero; fátiga. 10 - Frutífero; fátiga. 11 - Frutífero; fátiga. 12 - Frutífero; fátiga. 13 - Frutífero; fátiga. 14 - Frutífero; fátiga. 15 - Frutífero; fátiga.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



## Xadrez

DCLXXVII - 8 DE FEVEREIRO DE 2001

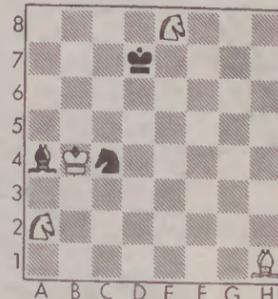
PROPOSIÇÃO N.º 2001X05

Por: F. Richter

«Práxe», 1953

Pr.: [3]: Cc4 - Bb4 - Rd7

Br.: [4]: Cs. a2, f8 - Bb1 - Rb4



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO [N.º 2001X05 / F.R.]

1. Cf6+, Rf6; 2. Cg4, Bg6; 3. Rf4, Bb2; 4. Rb4!, B:a2; 5. Cc3+ B:d4

## Damas

DCLXXVII - 8 DE FEVEREIRO DE 2001

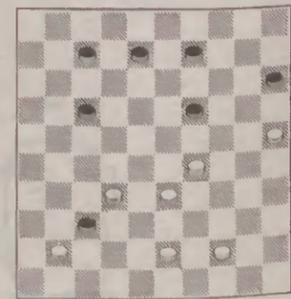
PROPOSIÇÃO N.º 2001D05

Por: W. B. Monsma

NL., 1933

Pr.: [7]: 7-8-9-15-17-19-37

Br.: [7]: 25-29-32-33-41-43-44



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO [N.º 2001D05 / W.B.M.]

1. 33-28, (37x40=D); 2. 28-22, (46x38); 3. 22x21, (38x20); 4. 25x3=D. 4



AVANTE! AO PROLETARIADO DE PORTUGAL. CAMARADAS: Antes de mais, desejamos a todos os camaradas...

# 70° aniversário do Avante!

## Sessão Pública no CT Vitória Sábado 10 Fev. 17 horas

Com a participação dos camaradas Arménio Carlos, Fernando Vicente, Fernando Correia, Jorge Cortez, Bruno Dias, Rui Paz

**Borba**  
Dia 18 de Fevereiro às 10h no Celeiro da Cultura  
**Colóquio sobre o «Avante!»**  
no seu 70.º aniversário com a participação de José Casanova

**Seixal**  
Dia 17 de Fevereiro às 17h no Clube Recr. e Desp. das Paivas  
**Debate sobre o «Avante!»**  
com a participação de José Casanova

**Lisboa**  
Dia 15 de Fevereiro às 21h no Centro de Trabalho da Ajuda  
**Debate sobre o «Avante!»**  
promovido pelas Orgs. das Freguesias de Belém, Ajuda e S. Francisco Xavier.  
Com a participação de Leandro Martins

### Lisboa «Reabilitação Urbana dos Bairros Históricos: objectivos para um próximo mandato»

- debate promovido pela Direcção da Cidade de Lisboa  
Sábado, dia 10, das 14h30 às 19h, no CT Vitória.

### Guimarães «Política Internacional no início do Séc. XXI»

- debate com o camarada Albano Nunes, inserido no ciclo de Debates/Conferências em curso na Organização de Guimarães  
Sábado, dia 10, às 15h, no auditório do CT

### Póvoa de Varzim «Alteração da Lei Eleitoral Autárquica»

- debate com o camarada João Amaral,  
Sexta-feira, dia 9, às 21h45, na Biblioteca Municipal

### Alhandra «Pelo fim da presença militar portuguesa nos Balcãs»

- debate com o camarada Ângelo Alves,  
Sábado, dia 10, às 15h30, no CT

### Ermesinde «Urânio empobrecido, presença militar portuguesa nos Balcãs e novo conceito estratégico da NATO»

- debate com o camarada João Amaral,  
Sábado, dia 10, às 21h30, no CT



### Litoral Alentejano Debate sobre Marxismo-leninismo

com o camarada Carlos Aboim Inglez  
*Convívio*  
Em Sines, no CT do PCP,  
Sábado, 10, às 15h

**Grândola**  
**Alcoolismo e toxicod dependência em debate**  
numa iniciativa denominada «Debate e Moelas», que inclui obviamente petiscos mas também música...  
Sexta-feira, 9, às 19h30, no CT do PCP

## Plenários de militantes

### Leiria

Plenário concelhio de militantes sobre a situação política e social e as eleições autárquicas de 2001: sábado, 10, às 15h30 no Centro de Trabalho de Leiria.

### Lisboa

Plenário de militantes da freguesia de Santa Catarina, designadamente sobre a situação política e eleições autárquicas: sexta-feira, 9, às 18h30, no Centro de Trabalho Vitória  
Plenário de militantes da freguesia do Beato: sábado, 10, às 15h, no Centro de Trabalho do Beato.

### Santa Iria da Azóia

Plenário de militantes da freguesia, sobre a situação política e as eleições autárquicas, com a participação de um camarada do CC: sexta-feira, 9, às 21h, no CT de Santa Iria.

### Setúbal

Plenário de dirigentes e activistas sindicais, sobre a situação política e a luta dos trabalhadores: quarta-feira, 14, às 14h30, no CT da DORS (Edifício Arrábida), com a participação de Jerónimo de Sousa.

### Porto Salvo

Plenário de militantes da freguesia sobre a situação política e planificação da actividade da organização em 2001, incluindo as eleições autárquicas: sábado, 10, às 15h30, no Centro de Trabalho local, com a participação da camarada Leonor Barão.

### Vila Franca de Xira

Plenário de militantes da freguesia de Vila Franca sobre «Linhas de intervenção futuras do Partido»: sexta-feira, 9, às 21h30, com a participação da camarada Adelaide Alves.

## Comemorações da Revolução Cubana Lisboa

Sexta-feira 16 de Fevereiro, 20h  
**Jantar comemorativo**  
com a presença do Embaixador Reynaldo Calviac e a participação de Manuel Freire  
(Promovido pela Associação de Amizade Portugal-Cuba, este jantar esteve anteriormente marcado para dia 7.  
Reservas: 213857305)

## ATVer

**Blenda Blethyn** (à esquerda) foi a Melhor Actriz em Cannes neste **Segredos e Mentiras**, onde **Marianne Jean-Baptiste** (à direita) lhe deu réplica à altura



### O Messias

(Quinta-feira, 8 de Fevereiro, na RTP-2)

Na indigência cultural reinante nos canais televisivos cá do burgo, há que agarrar a mãos ambas esta oportunidade de ver (e gravar), hoje mesmo, a música de Haendel posta em filme por **William Klein**. Neste caso, temos o magnífico **Messias** interpretado pelo Coro e Orquestra dos Músicos do Louvre (Grenoble), sob a direcção do maestro **Mark Minkovsky**.

### Fúria de Viver

(Sexta-feira, 9 de Fevereiro, na RTP-2)

Na semana passada dissemos que **James Dean** era um grande actor. Conti-

por *Com Jeito Vai...* sempre pendeu para a grãçola pesada e o humor grosseiro. Ao fazer este **Não Perca a Cabeça** também não perdeu o cabotinismo, apesar de partir de uma ideia com pernas para andar - um aristocrata inglês glosa e goza o herói popular da Revolução Francesa, Pimpinela Escarlata, travestindo-se numa figura semelhante para salvar da guilhotina alguns aristocratas franceses. Chauvinismo britânico à solta numa comédia de rédea curta. Para entreter.



**Fúria de Viver**, um filme e um James Dean imperdíveis



**Dois jovens e um dinossauro**, mas o que se «safa» é os efeitos especiais

### O Fantasma

(Sábado, 10 de Fevereiro, SIC)

Vindo directamente de uma fugaz carreira no circuito de vídeo, este **O Fantasma** desilude o apreciador de banda desenhada em geral e da obra do desenhador Lee Falk em particular, embora se constitua num honesto esforço em levar para a tela mais um «super-herói». Na verdade, não há muito ali do misterioso «Walker», o «Fantasma da Selva», um herói (branco, pois claro) que Falk enxerta na África Negra protagonizando uma dinastia secreta de justiceiros criada há 400 anos por uma vítima de piratas que «jura» - em nome dele e de todos os seus descendentes! - combater o Mal onde quer que se manifeste na sua «jurisdição» que é, nem mais nem menos, que a selva profunda onde tem o seu «trono da caveira», um tesouro fabuloso e uma tribo de mortais e fiéis pigmeus ao seu serviço. Para quem não conheça o «Fantasma» dos quadrinhos, a desilusão não é grande... e a ilusão também não. Na verdade, estas surtidas do cinema norte-americano aos «seus» heróis da banda desenhada só vão longe com investimento a sério, como no **Superman** ou no **Batman**. Este **Fantasma** vale, sobretudo, pela curiosidade.

### Baby, o Segredo da Floresta Perdida

(Sábado, 10 de Fevereiro, SIC)

Mais valia repetirem a transmissão dos Parques Jurássicos de Spielberg, os verdadeiros responsáveis por esta mania dos dinossauros. Desta vez a historietta não está com meias medidas e coloca uma família de dinossauros numa ilha do Pacífico (como é que ali chegaram não interessa), extermina-a através de um grupo de «caçadores e de um cientista» e põe o bebé dinossauro a ser protegido e salvo por um casal de adolescentes que fazem dele o seu «animal de estimação». O grande sobrevivente é a equipa dos efeitos especiais.

## Quinta, 8

### ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
08.35 Guia Dia a Dia  
10.00 Praça da Alegria  
12.30 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Marcas da Paixão  
17.00 Rosalinda  
17.45 Quem Quer Ser Milionário?  
18.15 Quebra-Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Quem Quer Ser Milionário?  
21.40 O Café da Esquina  
22.10 Grande Entrevista  
23.20 Turnos de Risco  
24.10 24 Horas  
24.40 «O Guarani» (de Norma Bengell, Brasil/1995, com Marcia Garcia, Tatiana Issa, Clória Pires, Herson Capri. *Drama Histórico*)

## Sexta, 9

### ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
08.35 Guia Dia a Dia  
10.00 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Emoções Fortes  
15.30 Marcas da Paixão  
17.00 Rosalinda  
17.45 Quem Quer Ser Milionário?  
18.15 Quebra-Cabeças  
18.45 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Quem Quer Ser Milionário?  
21.45 Alves dos Reis  
22.45 Cromos de Portugal II  
23.20 Histórias da Noite  
24.00 24 Horas  
24.30 «Segredos e Mentiras» (de Mike Leigh, Grã-Bretanha/1996, com Brenda Blethyn, Timothy Spall, Marianne Jean-Baptiste. *Ver Destaque*)

## Sábado, 10

### ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Top +  
15.15 Sete em Miami  
15.50 Felicity  
17.00 «Não Perca a Sua Cabeça» (de Gerald Thomas, Reino Unido/1967, com Sidney James, Kenneth William, Jim Dale. *Ver Destaque*)  
20.00 Telejornal  
21.10 Moda 21  
21.40 Sábado à Noite  
23.10 Lei Marcial  
24.10 24 Horas  
24.30 Máquinas  
01.10 «A Perda da Inocência» (de Mike Figgis, EUA/1998, com Julian Sands, Saffron Burrows, Kelly MacDonald. *Drama*)

### ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Iniciativa  
14.00 Parlamento



«Pretender» série policial da TVI



«A Ilustre Casa de Blackadder» série inglesa

### ▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
13.00 Zapping  
14.00 Gente Remota  
15.00 Por Outro Lado  
15.30 Euronews  
16.30 Informação Gestual  
17.45 Querida Encolhi os Miúdos  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Andamentos IV  
19.45 Jackie, Behind the Myth (Estreia)  
20.10 Viver no Campo  
21.50 RTP Economia  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Artigo 37  
00.30 Longa Metragem

### ▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
13.00 Livres e Iguais  
14.00 Gente Remota  
15.00 Conversa Privada  
16.00 Euronews  
16.30 Informação Gestual  
17.45 Querida, Encolhi os Miúdos  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 100.000 Porquê (Estreia)  
19.45 Jackie, Behind the Myth  
20.15 Viver no Campo  
20.45 O Tal Canal  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Dharma e Greg II (Estreia)  
00.00 A Outra Face da Lua  
01.00 «Fúria de Viver» (de Nicholas Ray, EUA/1955, com James Dean, Natalie Wood, Sal Mineo. *Ver Destaque*)

### ▼ SIC

08.00 Buêréré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 História de Amor  
15.30 Chiquinha Gonzaga  
16.30 Acorrentados  
16.40 Malhação  
17.40 Uga Uga  
18.50 O Cravo e a Rosa  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Acorrentados  
21.30 Uga Uga/Laços de Família  
23.30 «Mulheres de Armas» (de Jonathan Kaplan, EUA/1994, com Andie MacDowell, Will Smith, Téa Leoni. *Ação*)  
01.30 Jogo Limpo  
03.30 Portugal Radical

### ▼ SIC

08.00 Buêréré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 História de Amor  
15.30 Chiquinha Gonzaga  
16.30 Acorrentados  
16.40 Malhação  
17.40 Uga Uga  
18.50 O Cravo e a Rosa  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Acorrentados  
21.30 Uga Uga/Laços de Família  
23.30 «Mulheres de Armas» (de Jonathan Kaplan, EUA/1994, com Andie MacDowell, Will Smith, Téa Leoni. *Ação*)  
01.30 Jogo Limpo  
03.30 Portugal Radical

### ▼ TVI

08.30 Animação  
12.10 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Tiro e Queda  
15.00 Big Brother II Extra  
15.30 Batatoon  
19.20 Big Brother II Extra  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Jardins Proibidos  
22.00 Big Brother II  
23.00 As Pupilas do Sr. Doutor  
23.50 A Bola É Nossa  
01.50 Última Edição  
02.40 Os Segredos de Verónica  
03.10 Pensacola

### ▼ TVI

08.30 Animação  
12.15 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
13.45 Contra-Ataque  
14.45 4ª a Fundo  
15.00 Caras Lindas  
17.00 «Águas Violentas» (de Scott Featherstone, EUA/1998, com Robert Curtis-Brown, She Farrell, Dnier Brown. *Ação*)  
19.00 Big Brother II  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Jardins Proibidos  
22.00 Bora Lá Marina  
22.50 112  
23.20 Lux  
00.20 «Mergulho de Morte» (de Steven Hilliard Stern, EUA/1997, com Mario Lopez, Michael Murphy, Rosemary Dunsmore. *Drama*)  
02.20 «Protector» (de D.B. Clark, EUA/1994, com Mario Van Peebles, Era Dawn Chong. *Suspense*)  
04.40 Juízo Final-Episódio 2-1.ª Parte (de Joseph Sargent, com Brian Dennehy, David Strathairn, Michael Tucker. *Histórico*)

**Nota:** A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



O Fantasma chegou ao cinema, mas continua melhor na banda desenhada

nua a sê-lo neste seu segundo (e penúltimo) filme - **Fúria de Viver**, realizado por **Nicholas Ray** em 1955, logo a seguir à estreia de Dean em **A Leste do Paraíso**, que o canal dois transmitiu há uma semana. Na sua passagem meteórica pelo cinema e pela vida, James Dean teve tempo de exibir um talento fulgurante de actor e a sorte - se de «sorte» se pode falar em relação a um jovem que morreu tragicamente aos 20 e poucos anos - de ter protagonizado dois filmes geniais e um terceiro a que ele próprio deu grande parte do brilho com que passou à história do cinema (referimo-nos a **O Gigante** que, esperamos, a RTP-2 dará na próxima semana, completando esta revisitação à «trilogia de James Dean»). Neste **Fúria de Viver** (uma tradução imbecil de **Rebel without a Cause** - «Rebelde sem Causa» - um título fabuloso defenestrado pela «tradução» censória do fascismo) James Dean regressa à pele do jovem rebelde e torturado só que, desta vez, no quadro de uma América puritana, hipócrita e rural mas já na antecâmara de confrontos geracionais e culturais que abanariam o país na década seguinte. Um filme grandioso e absolutamente imperdível.

### Segredos e Mentiras

(Sexta-feira, 9 de Fevereiro, na RTP-1)

Após a morte da mãe adoptiva, uma jovem negra de 27 anos descobre que a sua mãe biológica é branca. Procura-a e encontra-a a viver com uma outra filha num bairro degradado, desenvolvendo ambas, e em segredo, um inesperado laço de amizade, desembocando a história num ajuste de contas com o passado envolvendo toda a gente na assunção de segredos, mentiras e equívocos. Um melodrama girando à volta da questão racial que a inteligência e a sensibilidade do realizador **Mike Leigh** tratam com assinalável talento.

### Não perca a cabeça

(Sábado, 10 de Fevereiro, na RTP-1)

A equipa britânica que produziu e realizou a série de humor **Carry On** (traduzida em português

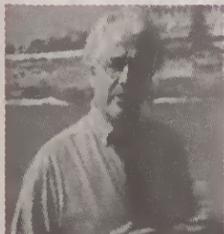
## Domingo, 11

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
12.10 Jet 7  
13.00 Jornal da Tarde  
13.50 Ciclismo: Volta ao Algarve (1.ª etapa)  
16.45 Providence  
17.45 Agora é que são eles  
19.45 Ciclismo: Volta ao Algarve  
20.00 Telejornal  
21.10 Histórias da Vida Como Ela É  
22.05 Domingo Desportivo  
23.30 24 Horas  
01.15 «O Poder da Paixão» (de Nick Hamm, EUA/1998, com Polly Walker, Vincent Perez, Marisa Paredes. *Drama*)

## ▼ RTP 2

07.00 Euronews  
09.30 Programa Religioso  
10.30 Missa  
11.30 Horizontes da Memória  
12.45 Palácio de Cristal



João Caraça apresenta na RTP2 os «100.000 porquês»

13.35 Com a Criança nos Braços  
14.00 Desporto  
18.30 Sobre Humano  
19.30 Uma Mulher de Branco  
20.30 Onda Curta («As Estações» de Artavazd Pelechian, URSS. *Curta Metragem*)  
21.00 Futurama  
21.30 Artes e Letras - «Boulgakov»  
22.30 Jornal 2  
23.00 Travessa do Cotovelo  
00.15 «Breaking Glass» (de Brian Gibson, Reino Unido/1980, com Phill Daniels, Hazel O'Connor, Jon Finch. *Musical*)

## ▼ SIC

07.00 Zip Zap  
12.00 BBC Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Acorrentados  
15.30 Big Show SIC  
17.30 «007 e o Homem da Pistola Dourada» (de Guy Hamilton, EUA/1974, com Roger Moore, Christopher Lee, Britt Ekland. *Ação*)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Acorrentados  
21.30 «Riquinho» (Longa *Metragem*)  
23.30 Cuidado com as Aparências  
24.10 Esta Semana  
01.40 «Fogo no Arranha-Céus» (de David Warren Smith, EUA/1999, com Eric Roberts, Juergen Prochnow. *Ação*)  
03.40 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.30 Animação  
11.00 Espaço Religioso  
11.15 Missa  
13.00 TVI Jornal  
13.30 Aquanautas  
14.00 «Dura Escolha» (de Joyce Chopra, EUA/1997, com Thomas Calabro, Britney Powell, John Terry. *Suspense*)  
16.00 «Grizzly, o Ourso Selvagem» (de Sean Menamara, EUA/1999, com Daniel Baldwin, Michel Greene, Riley Smith. *Aventura*)  
18.00 «O Último Comando» (de Sheldon Lettich, EUA, com Dolph Lundgreen, Sherri Alexander, Joe Michael Burke. *Ação*)  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 Big Brother II  
23.35 112  
24.05 «Um Homem Inocente» (de Peter Yates, EUA/1989, com Tom Selleck, F. Murray Abraham, Laila Robins. *Ação*)  
02.35 «Chora, Terra Amada» (de Darrell Roodi, EUA/1995, com James Earl Jones, Richard Harris, Leleti Khumalo. *Drama*)  
04.35 Juízo Final-Episódio 2-2.ª Parte (de Joseph Sargent, com Brian Dennehy, David Strathairn, Michael Tucker. *Histórico*)

## Segunda, 12

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
08.35 Guia Dia a Dia  
10.00 Praça da Alegria  
12.30 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Ciclismo: Volta ao Algarve  
15.30 Emoções Fortes  
17.00 Rosalinda  
17.30 Quem Quer Ser Milionário?  
18.00 Quebra-Cabeças  
18.30 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.00 Quem Quer Ser Milionário  
21.35 A Febre do Onro Negro  
22.35 Jogo Falado  
24.05 24 Horas  
24.30 «Farinelli» (de Gérard Corbiau, França/Bélgica/Itália/1994, com Stefano Dionisi, Jacques Boudet, Elsa Zylberstein. *Drama Histórico*)



«Jackie, Behind The Myth» na RTP2 documentário biográfico

## ▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
13.00 2010 (R)  
14.00 Gente Remota  
15.00 Parlamento (Rep.)  
16.00 Euronews  
16.30 Informação Gestual  
17.45 Querida, Encolhi os Miúdos  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Rotações  
19.30 Os Homens de Confiança de Hitler (Estreia)  
20.15 Viver no Campo  
20.45 Por Outro Lado  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Os Sopranos  
24.00 Artes de Palco - Blast  
01.40 Andamentos

## ▼ SIC

08.00 Buééré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 História de Amor  
15.30 Chiquita Gonzaga  
16.30 Acorrentados  
16.40 Malhação  
17.40 Uga Uga  
18.50 O Cravo e a Rosa  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Acorrentados  
21.10 Laços de Família  
22.00 Roda dos Milhões  
23.30 Noites Marcianas  
01.30 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.30 Animação  
11.30 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Big Brother II Extra  
14.30 Tiro e Queda  
15.30 Batatoon  
19.15 Big Brother II Extra  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Jardins Proibidos  
22.10 Super Pai  
23.10 Big Brother  
24.10 Pretender IV  
01.10 Os Homens do Presidente  
02.10 Última Edição  
03.00 Mercy Point  
04.00 Os Segredos de Verónica III  
04.30 Pensacola

## Terça, 13

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
08.35 Guia Dia a Dia  
10.00 Praça da Alegria  
12.30 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Ciclismo: Volta ao Algarve  
15.30 Emoções Fortes  
17.00 Rosalinda  
17.30 Quem Quer Ser Milionário?  
18.00 Quebra-Cabeças  
18.30 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Quem Quer Ser Milionário  
21.35 Patilhas e Ventoinha  
22.30 Milionários à Força  
23.15 Liga de Campeões  
00.00 Futebol de Praia: Portugal/ Estados Unidos  
01.00 24 Horas  
01.30 «Independência ou Morte» (de Carlos Coimbra, Brasil/1972, com Tarcísio

Meira, Glória Menezes, Dionísio Azevedo. *Drama Histórico*)

## ▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
13.00 O Lugar Da História  
14.00 Gente Remota  
15.00 A Outra Face da Lua  
16.30 Informação Gestual  
17.45 Querida Encolhi os Miúdos  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Bombordo  
19.30 Os Homens de Confiança de Hitler  
20.10 Viver no Campo  
20.40 O Triunfo dos Porcos  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Conversa Privada  
24.00 «Norma Jean e Marilyn» (de Tim Fywell, EUA/1996, com Mira Sorvino, Ashley Judd, Josh Charles. *Drama*)  
02.20 Rotações

## ▼ SIC

08.00 Buééré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 História de Amor  
15.30 Chiquita Gonzaga  
16.30 Acorrentados  
16.40 Malhação  
17.40 Uga Uga  
18.50 O Cravo e a Rosa  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Acorrentados  
21.30 Laços de Família  
23.00 Noites Marcianas  
01.00 Noites Longas (Depardon: Tibesti Too, 10 Minutes de Silence pour John Lennon, New York - New York, Le Petit Navire)  
04.00 Vibrações

## ▼ TVI

08.30 Animação  
12.10 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Big Brother II Extra  
14.30 Tiro e Queda  
15.30 Batatoon  
19.15 Big Brother II Extra  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Jardins Proibidos  
21.10 Big Brother Directo  
00.30 Ally McBeal  
01.30 Última Edição  
02.25 Os Segredos de Verónica III  
03.00 Pensacola

## Quarta, 14

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
08.35 Guia Dia a Dia  
10.00 Praça da Alegria  
12.30 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Ciclismo: Volta ao Algarve  
15.30 Emoções Fortes  
17.00 Rosalinda  
17.30 Quem Quer Ser Milionário?  
18.00 Quebra-Cabeças  
18.30 Ajuste de Contas  
19.35 Futebol Liga de Campeões: Valência/ M. United  
21.35 Telejornal  
22.30 Quem Quer Ser Milionário?  
23.00 Liga de Campeões  
23.45 Turnos de Risco  
00.45 24 Horas  
01.15 «Se Don Juan Fosse Mulher» (de Roger Vadim, França/Itália/1973, com Brigitte Bardot, Jane Birkin, Maurice Ronet. *Drama*)

## ▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.30 Onda Curta  
13.00 O triunfo dos Porcos  
14.00 Gente Remota  
15.00 Travessa do Cotovelo  
16.00 Euronews  
16.30 Informação Gestual  
17.45 Querida, Encolhi os Miúdos  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Bombordo  
19.30 Os Homens de Confiança de Hitler  
20.10 Viver no Campo  
20.40 O Triunfo dos Porcos  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Conversa Privada  
24.00 «Norma Jean e Marilyn» (de Tim Fywell, EUA/1996, com Mira Sorvino, Ashley Judd, Josh Charles. *Drama*)  
02.20 Rotações

## ▼ SIC

08.00 Buééré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 História de Amor  
15.30 Chiquita Gonzaga  
16.30 Acorrentados  
16.40 Malhação  
17.40 Uga Uga  
18.50 O Cravo e a Rosa  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Acorrentados  
21.30 Laços de Família  
23.00 Noites Marcianas (Depardon: Jan Palach, Tehad 1- L'Embascade, Tehad 2- Une Histoire très Simple)  
03.30 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.30 Animação  
12.10 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Big Brother II Extra  
14.30 Tiro e Queda  
15.30 Batatoon  
19.15 Big Brother II Extra  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Jardins Proibidos  
22.00 Big Brother II  
23.05 Tic Tac Milionário  
01.00 Última Edição  
01.50 «A Sombra da Dúvida» (de Brian Dennehy, EUA/1995, com Brian Dennehy. *Thriller*)  
03.55 Os Segredos de Verónica III  
04.25 Pensacola

## TVisto

Correia da Fonseca

## Entrevistas

Deixem-me começar por uma pequena história, aliás verdadeira. Era uma vez uma grande figura da vida política portuguesa que estava a ser entrevistada por uma jovem jornalista de televisão. Pergunta, resposta cortês, pergunta, resposta cortês, por aí fora, até que a dado passo a resposta não satisfaz a jornalista que, por isso, achou que podia retorquir contrapondo supostos argumentos ao que o seu interlocutor dissera. Este, sem alterar o tom mas com uma ponta de frieza na voz, perguntou-lhe então qualquer coisa como isto: «A senhora não julga que vai discutir comigo, pois não?» Não recorro já se a partir daqui, a entrevista prosseguiu por mais uma ou duas perguntas, não mais porque de qualquer modo era uma entrevista breve, mas sei de certeza que a jornalista não voltou a tentar subir além da chinela, como se diria citando Apeles. Lembrei-me deste pequeno mas inesquecível episódio ao assistir há poucos dias, no SIC-Notícias, a uma entrevista feita por Ricardo Costa a uma outra figura da nossa vida política, por sinal (mas creio que não por acaso) do mesmo partido do entrevistado que acima lembrei. Também neste caso, e por mais de uma vez, o jornalista cedeu à tentação, ou ao hábito, ou ao vício, ou a motivação ainda pior, de discordar da resposta obtida e encetar com

desmentir a mentira implícita e em neutralizar a armadilha: nada será totalmente eficaz porque, como bem se sabe e o jornalismo talvez mais que ninguém, da mentira e da calúnia sempre alguma coisa fica. É por isso que quando um comunista é abordado pela TV para uma entrevista longa ou breve, tanto faz, sabe que pode estar a pisar terreno armadilhado, talvez até que essa é a mais provável das hipóteses. Mas é claro que não pode recusar-se ao risco, por várias razões entre as quais avulta a de que os comunistas e o PCP existem, pelo que «estarem» na televisão é um seu direito básico a que não podem renunciar. Sabem-no, de resto, os jornalistas hostis ou os que se tornam hostis por mimetismo ou contágio, quando não por ignorância. É porque o sabem, para fazerem pagar tão caro quanto possível o exercício desse direito, é que alguns multiplicam emboscadas no caminho das respostas. Por outro lado, ingenuamente convencidos de que são de facto um quarto poder, como muito é repetido com múltiplos objectivos, e não apenas, em muitos casos, instrumentos do poder económico-financeiro que é o seu patrão, cresceram nos entrevistadores de TV, e creio que não apenas nos de TV, o convencimento de que entrevistador passou a ter o direito de se alçar em parceiro de um debate a haver com o entrevistado. Nesta linha, que é uma linha

paradigmaticamente torta, são muitos os que se excedem e, abusando do facto de estarem «a jogar em casa», com perdão da fórmula eivada de futebolês, aproveitam para serem insolentes quando não simplesmente malcriados. escuso de nomear a jornalista que nessa tristíssima modalidade ganhou a condição de recordista nacional. E o caso é que são raros os entrevistados que reagem aos descatos como ao espectador indignado parece que seria indicado.

Entrevistados que, de paciência esgotada, optaram por abandonar o estúdio a meio da emissão, não conheço mais do que dois, um em França outro em Lisboa. Por mim não preconizo tanto. Creio, porém, que a passividade total e quase extrema é excessiva e que, de tanto abdicar de uma resposta vigorosa, o entrevistado acaba por ter a sua imagem reduzida na avaliação do telespectador. Contaram com isso, de resto, os que deliberadamente quiseram inflingir-lhe algum grau de humilhação pública.

Não foi o caso, sublinhe-se, da referida entrevista conduzida por Ricardo Costa, que esteve muito longe de chegar a tanto. Porém, já que se tratava de entrevistas na TV, pareceu adequado lançar sobre o tema um relance mais amplo. Não sei se para proveito de alguém, duvido. Mas, sem dúvida, para reconfortante desabafo de quem muito olha a TV e muitas vezes se indigna em silêncio.



o entrevistado uma tendencial polémica. Não teve êxito nenhum, como aliás era previsível, excepto o de termos feito a pergunta. Parece pouco, e é-o de facto no plano do jornalismo e da informação tomados a sério. Porém, em muitos casos, não necessariamente neste, fico convencido de que o único êxito em vista é precisamente o de fazer a pergunta.

## A linha torta

A questão é que muitas vezes as perguntas são formuladas em tais termos que se tornam portadoras de sugestões, de insinuações, de imposturas, que lhes conferem a função afectiva de informação viciada para consumo do público desprevenido e, para mais, largamente «trabalhado» antes por campanhas de distorções ou calúnias. Pode, em resposta, o entrevistado empenhar-se em

## A talhe de foice

• Henrique Custódio

### A reforma

Bush Júnior subiu à presidência dos EUA a garantir uma «reforma profunda» no ensino público, promessa a que ninguém ficou indiferente. O crónico desinvestimento no sector já colocou a qualidade do ensino nas escolas oficiais dos EUA ao nível da Malásia ou pouco à frente da Tunísia ou das Filipinas, situação particularmente grave numa superpotência que tem 90% da sua população escolar do básico, preparatório e secundário a frequentar o ensino público.

Aliás, os resultados não enganam, como o algodão do outro: segundo estudos recentes (e a mania das estatísticas é quase uma religião nos EUA), as escolas norte-americanas estão em mau estado físico, a qualidade dos professores baixou na última década e são cada vez mais as crianças que saem da primária sem saber ler e contar correctamente. Entretanto, o analfabetismo funcional atinge percentagens assustadoras entre as camadas mais desfavorecidas da população, que nos EUA se contam às dezenas de milhões e se estendem dos brancos pobres às minorias étnicas, com relevo para os negros — uma «minoridade» que já vai nos 13% do censo populacional.

Com um panorama destes, a reforma do ensino público tinha de vir à cabeça de qualquer promessa eleitoral.

Foi o que Bush Júnior fez, chegando agora o momento de enviar a sua proposta de reforma do ensino público ao Congresso dos EUA, o órgão que manda nos dinheiros federais. E que propõe Bush?

Resumidamente, uma coisa extraordinária: «castigar» (sic) as escolas públicas que registem maus resultados no aproveitamento global dos seus alunos. Como? Retirando-lhes verbas e subsídios, ao mesmo tempo que se financia com 1500 dólares/ano cada aluno dessas escolas que pretenda transferir-se para o ensino privado. E de onde virão esses 1500 dólares/ano para cada aluno? Nem mais nem menos que... da verba federal destinada às escolas públicas.

Et voilà. Está resolvido o problema do ensino público nos EUA: primeiro, tiram-lhe mais dotações e investimentos, depois castigam-no retirando-lhe os alunos pelos maus resultados e, finalmente, pega-se nas verbas astronómicas assim «economizadas» (estamos a falar de milhares de milhões de dólares) e entrega-se aos negociantes do ensino privado.

Como Bush Júnior também prometeu uma «reforma profunda» na assistência social dos EUA, os norte-americanos que se preparem: primeiro, irão ser (ainda) mais reduzidas as verbas que existem para o sistema, depois os hospitais e organismos públicos correlativos serão «castigados» por não darem assistência às pessoas e, finalmente, os doentes e fragilizados serão devidamente subsidiados pela República para irem morrer tranquilamente nas instituições privadas. Assim, a médio prazo (provavelmente lá para o final do mandato), Bush alcançará um sucesso ainda mais extraordinário: os sistemas públicos de ensino e de assistência social deixarão de ser definitivamente um problema, dado que morrerão de desaparecimento natural.

Chegará então a altura de acabar com essa treta dos subsídios aos pobres. Verbas públicas, só para os verdadeiramente necessitados: os empresários que vendem a educação e a saúde aos norte-americanos.

E viva a América!

## Para aprovar plano reivindicativo STAL reúne amanhã

O plenário nacional de dirigentes e delegados sindicais vai analisar uma resposta ao Governo, que provocou perdas salariais em 2000 e insiste na degradação do poder de compra dos trabalhadores em 2001.

Realizada sob o lema «2001 – Valorizar e dignificar os trabalhadores», o plenário do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local deverá discutir «a marcação de uma grande acção de luta para o próximo mês de Março», adiantou a direcção do STAL, na resolução divulgada após a sua reunião da semana passada.

Ao plenário de amanhã, a direcção vai propor que aprove um plano reivindicativo que inclua, entre os seus objectivos, a recuperação do poder de compra, quer relativamente às perdas de 2000, quer nos valores previstos para o corrente ano. Condenando o processo negocial de 2001, que acabou com a Fesap/UGT a aceitar a im-

posição de apenas 3,71 por cento para a actualização salarial, o STAL defende a construção de uma nova proposta, no âmbito da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública.

### A perder

A direcção do STAL analisou a situação social dos trabalhadores das autarquias, «tendo em conta nomeadamente a actual política governativa e os reflexos negativos que se têm feito sentir» em aspectos como a falta de cumprimento dos compromissos sobre carreiras profissionais e suplemento de insalubridade, penosidade e risco, o aumento das privatizações e a des-

truição dos serviços públicos.

Quanto à degradação dos salários, os sindicalistas fizeram contas, com base em números oficiais, e confirmaram que os 2,9 por cento de inflação no ano 2000 «desnuda a mentira das previsões em que o Governo então se refugiou, para justificar a imposição do aumento salarial de 2,5 por cento, assim como a demagógica afirmação de que os trabalhadores teriam, com esse aumento, uma reposição de poder de compra na ordem dos 0,5 por cento».

Afinal, no ano passado, «os trabalhadores da Administração Pública não recuperaram o seu poder de compra, que foi agravado em 0,4 por cento» e o Governo «acabou também por esquecer a apregoada recuperação de 0,5 por cento». Os 3,71 por cento do ano corrente, «além

de não contemplarem a necessária e prometida recuperação do poder de compra dos trabalhadores, não corrigem os valores da inflação verificada em 2000, não têm em conta a recuperação prometida e apregoada de 0,5 por cento e, a atingirem-se os valores já hoje previstos para a inflação deste ano (nunca inferior a 3,5 por cento)», resultarão em agravadas perdas.

O STAL denuncia ainda o «profundo desrespeito e desinteresse por quem trabalha», da parte do Governo, quanto ao sistema de carreiras profissionais.

O suplemento de insalubridade, penosidade e risco, cuja regulamentação continua por fazer, quando o primeiro compromisso do Governo apontava para o verão de 1996, «ilustra claramente a má-fé e a falta de palavra» do executivo do PS.

**As promessas ficam por cumprir e os trabalhadores continuam a perder**

## Secundário hoje na rua

Os estudantes do ensino básico e secundário saem hoje à rua, em todo o País, prosseguindo a sua luta pela suspensão da revisão curricular, a implementação da lei da educação sexual, a revogação da lei de acesso e ingresso no ensino superior e a melhoria das condições materiais e humanas das escolas.

«O Ministério da Educação continua a ignorar os estudantes do Ensino Básico e Secundário», afirma a Delegação Nacional de Associações de Estudantes numa petição que enviou à Assembleia da República. O dia nacional de luta foi marcado num encontro nacional de associações, no dia 20 de Janeiro, convocada pelo Movimento de Associações de Estudantes de Coimbra.

Os alunos contestam a revisão curricular proposta pelo Ministério da Educação que, para além de ter sido elaborada sem ter em conta quer anteriores reformas quer a opinião dos parceiros educativos — estudantes e professores —, não só não resolve como agrava alguns dos principais problemas da educação. Uma vez postas em prática as medidas constantes na



Desde o início dos protestos, no ano lectivo passado, mais de 90 mil estudantes saíram à rua para contestar as políticas do Ministério

Revisão provocariam «o acentuar das desigualdades entre estudantes e acentuariam ainda mais o estado da educação em Portugal», diz o Movimento de Associações de Estudantes de Almada, em nota de imprensa. A mesma nota chama atenção também para a educação sexual que, apesar de já regulamentada na Assembleia da República, «carece das medidas práticas de implementação, como a formação de professores, a alteração dos programas curriculares e a alteração de gabinete

de apoio com médicos e psicólogos».

Os estudantes chamam ainda a atenção para as atitudes do Ministério, que tenta simular uma vontade de diálogo, «o que constitui uma

enorme hipocrisia, visto ter deixado bem claro que não cede uma vírgula no texto da Revisão», e não aceitam «discutir uma facto consumado», uma Revisão em plena fase de implementação.

## 500 contos por dia?

Acusando «ambições pessoais e de grupo(s) sobrepondo-se aos interesses da Empresa e do País» — instaladas na Petrogal —, a Comissão de Trabalhadores, em nota datada de 4 de Fevereiro, revela «afirmação de que os gestores executivos da Galp recebem mensalmente entre 10 a 15 mil contos cada (fora extras), o que, em média, segundo a Comunicação Social, se traduz em cada administrador ter por dia 500 contos».

A CT, mais do que discutir as remunerações dos gestores executivos, exige do Governo e restantes órgãos de soberania uma «tomada de posição clara relativamente à Petrogal/Galp, no sentido da sua

salvaguarda e dos interesses nacionais e com pleno respeito pelos direitos dos trabalhadores e pelas suas justas aspirações a uma vida melhor».

O comunicado da Comissão de Trabalhadores refere ainda a «política de privatização que vem sendo desenvolvida pelos sucessivos governos e intensificada pelo actual» que é responsável pelos graves problemas que a empresa atravessa.

## Faleceu António Carvalhas

Com 85 anos, faleceu no dia 4 o pai do camarada Carlos Carvalhas. No funeral de António José Bandeiras Carvalhas, que teve lugar domingo, em São Pedro do Sul, integraram-se vários membros dos organismos executivos do Comité Central do PCP. Em telegrama, o Secretariado do CC do Partido enviou a Carlos Carvalhas e toda a família «um forte abraço e o nosso sentimento fraterno, neste momento que sabemos triste e doloroso, pelo falecimento do vosso ente querido».

